



VII JORESP

JORNADA DE EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADES DO PARANÁ

II CESC - CONGRESSO DE EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADES CRÍTICA

UENP

Universidade Estadual do Norte do Paraná

ANAIS VII JORESP E II CESC

VII Jornada Regional de Educação Sexual do Paraná (JORESP)
II Congresso de Educação em Sexualidades Crítica (CESC)

Universidade Estadual do Norte do Paraná
Campus de Jacarezinho
Centro de Ciências Humanas e da Educação
Avenida Manoel Ribas, 711 – Centro
Jacarezinho – PR – CEP 86400-000 – BRASIL
Tel.: +55 43 3511 4350 e +55 43 3511 4354
Site: <https://eventos.uenp.edu.br/joresp/vii-edicao/>
E-mail: joresp@uenp.edu.br
Instagram: @joresp2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ

Magnífico Reitor
Prof. Dr. Fabio Antonio Neia Martini

Diretor do Campus Jacarezinho
Prof. Dr. Luiz Fernando Kazmierczak

Idealizador
Prof. Dr. Mateus Luiz Biancon

Design Gráfico
Edson Godinho

FICHA CATOLOGRÁFICA

Jornada de Educação em Sexualidades do Paraná.
Congresso de Educação em Sexualidades Crítica
(7. : II : 2024 : Jacarezinho, PR)
Anais 2024 [livro eletrônico] : VII Jornada de
Educação em Sexualidades do Paraná. II Congresso de
Educação em Sexualidades Crítica / organização
Mateus Luiz Biancon. -- Jacarezinho, PR : LNTS
Propaganda, 2025. PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-989073-0-3

1. Educação 2. Sociedade 3. Gênero

4. Sexualidade I. Biancon, Mateus Luiz.

25-307011.0

CDD-305

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Dr. Eliezer de Oliveira da Conceição
Prof. Dr. Guilherme de Toledo Figueiredo
Prof. Dr. Luiz Geraldo do Carmo Gomes
Prof. Dr. Mateus Luiz Biancon

IDEALIZADOR DO EVENTO

Prof. Dr. Mateus Luiz Biancon

AVALIADORES

Profa. Dra. Bruna Diniz
Prof. Dr. Eliezer de Oliveira da Conceição
Prof. Dr. Guilherme de Toledo Figueiredo
Profa. Dra. Maria Cristina Simeoni
Profa. Dra. Marília Cortes de Ferraz
Profa. Dra. Marina Marques de Sá Souza
Prof. Dr. Mateus Luiz Biancon
Prof. Dr. Nilson César Bertóli
Profa. Dra. Priscila Carozza Frasson Costa
Prof. Dr. Ricardo André Ferreira Martins
Profa. Dra. Vanessa Campos Mariano Ruckstadte

ESTUDANTES MONITORES

Ana Beatriz Anacleto da Silva
Giovanna Beatriz Honório da Silva
Inajara Adão Carvalho
Isabela Cristina Alcântara Adriano
Jamily de Paula
Laura Kloche Miter Breganholi
Letícia Galvão Nogueira
Marcos Matheus do Carmo Lima
Maria Clara Pereira de Castro
Maria Clara Spiller de Oliveira
Patricia Mayara Raimundo
Tiago Nazário Abeche
Vitor de Medeiros Corrêa

PREMIAÇÕES ARTIGOS E RESUMOS

1º LUGAR - RESUMO

Área: Educação em Sexualidades

**ATUAÇÃO DO NEDDIJ/UENP NO COMBATE
À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL**

Autoras:

Gabriele Machado

Maria Clara da Silva Vieira foi ganhador

1º LUGAR - RESUMO

Área: Direitos Sexuais e Direito Antidiscriminatório

**ADOLESCENTES COMO SUJEITOS DE DIREITO
DEMOCRÁTICO DE SEXUALIDADE**

Autoras:

Laura Candido De Lima

Natalia Raphaelli Lisot

1º LUGAR - ARTIGO

Área: Sexualidade, Gênero e Diversidade Sexual

**FALAS SISTEMÁTICAS: A LINGUAGEM NEUTRA
NUMA PERSPECTIVA DE NÃO BINARIEDADE DE
GÊNERO**

Autor:

Izak Noah Cruz de Araújo

2º LUGAR - ARTIGO

Área: Direitos Sexuais e Direito Antidiscriminatório

**ESTADO E REPRODUÇÃO: QUAL É O INTERESSE NO
CORPO FEMININO?**

Autoras:

Livia Grasselli de Oliveira Gomes Otani

Marielle Dos Santos Gabriel

3º LUGAR - ARTIGO

Área: Educação em Sexualidades

**EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL
ANOS INICIAIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE
PRODUTOS EDUCACIONAIS**

Autoras:

Juliana Martinez Rodrigues

Priscila Carozza Frasson Costa

4º LUGAR - ARTIGO

Área: Formação Inicial e Contínua de Professores:
Gênero e Sexualidade

**MODELOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE
CIÊNCIAS: UM OLHAR SOBRE A DIVERSIDADE
SEXUAL**

Autores:

Luísa Vilas Boas Simirio

Álvaro Lorencini Júnior

5º LUGAR - ARTIGO

Área: Corpo, Erotismo e Sexualidade

**POR ONDE ESCORRE O GOZO FEMININO: DERRE-
LIÇÃO E SEXUALIDADE EM A OBSCENA SENHORA D.**

Autoras:

Aline Candido Trigo

Amanda Teixeira Faria

PROGRAMAÇÃO

VII Jornada Regional de Educação Sexual do Paraná (JORESP)
II Congresso de Educação em Sexualidades Crítica (CESC)

Dia 20 de Setembro (Sexta-feira)

TARDE

CREDENCIAMENTO

Local: CAT – Conjunto Amadores de Teatro

Horário: 17h às 19h

NOITE

APRESENTAÇÃO CULTURAL DE RECEPÇÃO

Local: CAT – Conjunto Amadores de Teatro

Horário: 19h

Coral Popular da Universidade Estadual do Norte do Paraná

Nome da Apresentação: Qualquer maneira de amor vale o canto.

Participação especial: Bru Barboza e Kourtney Klose.

Regente: Lucas Marin

CERIMÔNIA DE ABERTURA

Local: CAT – Conjunto Amadores de Teatro

Horário: 20h

APRESENTAÇÃO MUSICAL

Local: CAT – Conjunto Amadores de Teatro

Horário: 20h15min.

Nome da apresentação: O filho negado de César

Músicas: Vira-Lata, Sete Mares + Uptown Funk.

Artistas: Felipe Cesário e Noemí Cesário

Grupo: Cesário

Horário: 20h30min.

Coreografia: Into the Groove, Boys!

Direção: Eder de Brito

Coreógrafo: Eder de Brito

Dançarinos: Ayana Lucas, Brenno Alexsander, Eder de Brito e Micahel dos Santos.

Grupo: Conjunto

Horário: 20h45min.

Coreografia: Eu, o sujeito Vulnerável!

Direção: Eder de Brito

Coreógrafo e dançarino: Eder de Brito

Grupo: Solo

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Local: CAT – Conjunto Amadores de Teatro

Horário: 21h

Tema: Gênero, Sexualidades e Direitos Humanos

Mesa redonda: Prof. Dr. Renan Quinalha (UNIFESP)

Profa. Dra. Claudia Ramos de Souza Bonfim (Faculdade Superior Dom Bosco)

Nathan Cavalheiros (Vice-Presidente da Comissão de Diversidade OAB Maringá)

Mediador: Prof. Dr. Mateus Luiz Biancon (UENP)

Dia 21 de Setembro (Sábado)

TARDE

PALESTRA E OFICINA DE DANÇA – JAZZ FUSION

Local: Galpão Cultural Romano Nunes “Cabelo” – Parque Universitário de Ciência, Cultura e Inovação da Universidade Estadual do Norte do Paraná

Horário: 14h

Nome da oficina: Dança em sua Vulnerabilidade

Professor: Eder de Brito

Dia 22 de Setembro (Domingo)

TARDE

SEXTA MARCHA CULTURAL DA DIVERSIDADE ALGBTI+ DE JACAREZINHO

Local: Centro de Ciências Humanas e da Educação e Centro de Letras, Artes e Comunicação do Campus Jacarezinho da UENP.

Horário: 14h às 22h

Tema: Nossa Noz, Nosso Poder: Conquistas Validadas pela Representatividade

Dia 23 de Setembro (Segunda-feira)

TARDE

APRESENTAÇÃO E EXPOSIÇÃO DE PÔSTERES – PRESENCIAL

Local: Espaço Cultural Prof. Isidoro Selonk (Cantina) do Centro de Ciências Humanas e da Educação (CCHE) e Centro de Letras, Comunicação e Artes (CLCA)

Horário: 14h às 15h

COMUNICAÇÕES ORAIS (ARTIGOS) – ONLINE

Horário: 15h às 17h

PALESTRA

Local: PDE – Programa de Desenvolvimento

Educacional – CJ/UENP

Horário: 15h

Tema: LGBT o que? – Conhecendo a sigla LGBTQIAPN+.

Adriane Moraes – Esp. Comunicação Diversidade e Inclusão nas organizações.

Horário: 16h

Tema: Reflexos da Luta Antimanicomial na proposta do

PET SAÚDE 2024: inclusão e equidade.

Adriano José Lopes – Psicólogo e Residente do PET-Saúde de Equidade

NOITE

MESA REDONDA

Local: PDE – Programa de Desenvolvimento

Educacional – CJ/UENP

Horário: 19h30min.

Tema: Proteção Penal das Famílias Homoafetivas e das Pessoas LGBTQIAPN+: enfrentamento da discriminação e judicialização dos Crimes Homotransfóbicos

Mesa redonda: Profa. Dra. Eliane Rose Maio (UEM)

Dr. Emanuel Fernandes Monteiro de Almeida (Delegado Chefe da Polícia Civil)

Dra. Caroline dos Santos Fernandes (Delegada Chefe da Delegacia da Mulher)

Dr. Bruno Fernandes Ferreira (Promotor de Justiça Titular)

Mediador: Dr. Luan Antunes (Advogado – Direitos da Comunidade LGBT+)

INTERVENÇÃO CULTURAL DO CENTRO ACADÊMICO DE HISTÓRIA (CAHIS)

Local: PDE – Programa de Desenvolvimento

Educacional – CJ/UENP

Horário: 21h

MESA REDONDA

Local: PDE – Programa de Desenvolvimento

Educacional – CJ/UENP

Horário: 21h30min.

Tema: Conversa sobre Arte, Filosofia e Ciência: a importância das ações da Universidade para com as pessoas LGBTQIAPN+.

Mesa redonda: Édson Godinho (Artista e Ilustrador)

Me. James Rios (Diretor de Cultura da UENP)

Prof. Dr. Mateus Luiz Biancon (UENP)

Dia 24 de setembro (Terça-feira)

TARDE

OFICINAS – ONLINE

Horário: 14h às 15h.

MESA REDONDA

Local: PDE – Programa de Desenvolvimento

Educacional – CJ/UENP

Horário: 15h

Tema: Reflexão sobre políticas de equidade de gênero, raça, etnia, saúde mental e inclusão de pessoas com deficiências – Projeto PET_Saúde

Mesa redonda: Prof. Dra Michelle Moreira Abujamra Fillis (UENP)

Prof Dra. Jéssica Kirsch Micheletti (UENP)

Residente: Gabriel Henrique Costa da Silva

NOITE

PREMIAÇÃO DOS TRABALHOS

AValiação DO EVENTO

Local: PDE – Programa de Desenvolvimento

Educacional – CJ/UENP

Horário: 19h

PALESTRA

Local: Auditório do PDE – Programa de Desenvolvimento

Educacional – CJ/UENP

Horário: 19h30min.

Tema: Gênero, sexualidade e as Pessoas Autistas

Participantes: Prof. Dr. Pierpaolo Negri (UEM)

Mediador: Dr. Luiz Geraldo do Carmo Gomes

Horário: 20h30min.

Tema: Direitos Intersexo: a importância do conhecimento

Participantes: Dra. Thais Emilia de Santos dos Campos

(Fundadora e Presidenta da ABRAI)

Mediador: Dr. Luiz Geraldo do Carmo Gomes

APRESENTAÇÃO CULTURAL DE ENCERRAMENTO

Local: Auditório do PDE – Programa de Desenvolvimento

Educacional – CJ/UENP

Horário: 22h

GRECES Acadêmicos Capiau

Nome da apresentação: Quem tem medo da diversidade?

RESUMOS

PROJETO PET SAÚDE SOBRE RAÇAS E ETNIAS NO BRASIL	09
CASOS DE AIDS EM JACAREZINHO-PR: ESTUDO DESCRITIVO	10
EDUCAÇÃO SEXUAL E PROMOÇÃO DE SAÚDE EM ADOLESCENTES	11
ATUAÇÃO DO NEDDIJ/UENP NO COMBATE À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL	12
ADOLESCENTES COMO SUJEITOS DE DIREITO DEMOCRÁTICO DE SEXUALIDADE	13
AÇÕES DE INCLUSÃO E EQUIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM RELATO INICIAL	14
ESTUDO PILOTO JUNTO AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO SUS DO MUNICÍPIO DE JACAREZINHO / PR	15
MÍDIAS SOCIAIS COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO PET	16
A APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA PARA MULHERES TRANSEXUAIS	17
DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE COTAS PARA PESSOAS TRANSGÊNERO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	18
INTERSECÇÃO ENTRE GÊNERO E SAÚDE NAS VITÍMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	19
DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DA MULHER: UM BREVE ESTUDO SOBRE O DIREITO AO ABORTO	20

OFICINAS

HISTORICIDADE QUEER, VIVÊNCIA E LUTA DA COMUNIDADE LGBTQIAPN+ E SUAS CONQUISTAS, UM BATE PAPO SOBRE REALIDADE	22
SUBVERTENDO AS NORMAS DE GÊNERO: QUANTAS NIMONAS CABEM NA EDUCAÇÃO?	24

ARTIGOS

EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE PRODUTOS EDUCACIONAIS	28
MODELOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS: UM OLHAR SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL	33
A EVOLUÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS NA MODA: UM ESTUDO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DE CORPOS “NÃO CONVENCIONAIS” E SEXUALIDADES EM COLEÇÕES E DESFILES DE MODA	38
ESTADO E REPRODUÇÃO: QUAL É O INTERESSE NO CORPO FEMININO?	48
PET SAÚDE: INCLUSÃO E EQUIDADE NO AMBIENTE DE TRABALHO DO SUS	53
DA DESCONSTRUÇÃO À DESARTICULAÇÃO: PÓS-ESTRUTURALISMO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O FEMINISMO	57
ENTRE TABUS E INCLUSÃO: A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS APAEs E O OLHAR DAS EDUCADORAS	61
FALAS SISTEMÁTICAS: A LINGUAGEM NEUTRA NUMA PERSPECTIVA DE NÃO BINARIEDADE DE GÊNERO	64
A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA CULTURA DE OBJETIFICAÇÃO DA MULHER BRASILEIRA: ANÁLISE DAS VIOLÊNCIAS SOFRIDAS	70
POR ONDE ESCORRE O GOZO FEMININO: DERRELIÇÃO E SEXUALIDADE EM A OBSCENA SENHORA D	74
DECOLONIZANDO O MUSEU: “MALUNGUEIRAS” NO MUSEU DE ARTE E CULTURA POPULAR DO NORTE DO PARANÁ	80
O PNLD LITERÁRIO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES	85
MUDANÇAS ‘QUE TRANSFORMAM: O “EU”, “VOCÊ”, OS “OUTROS” E O “TODOS NÓS”!	90
PROJETO DE LEI 5.167/2009 E A NECROPOLÍTICA CONTRA A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+	93

IMAGENS

GALERIA DE FOTOS	94
------------------	----

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos os Anais da VII Jornada Regional de Educação Sexual do Paraná (JORESP) e do II Congresso de Educação em Sexualidades Crítica (CESC), realizados pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), em parceria com instituições, entidades da sociedade civil organizada e movimentos sociais.

Entre os dias 20 a 24 de setembro de 2024, estes eventos se configuraram como espaços de formação, reflexão e crítica, nos quais os corpos, os gêneros e as sexualidades foram analisados em sua historicidade, articulando-se à educação, às artes, à ciência, à filosofia e às políticas públicas. A pluralidade das experiências compartilhadas por estudantes, docentes, pesquisadoras e pesquisadores, profissionais de diferentes áreas e representantes da sociedade civil evidenciou a centralidade da universidade pública enquanto locus de produção de conhecimento e de resistência frente às contradições sociais.

Nesta edição, a realização da I Mostra de Arte e Cultura LGBTQIAPN+, em diálogo com a 6ª Marcha Cultural da Diversidade, representou um marco ao integrar práticas artísticas, expressões culturais e militância política, ampliando os horizontes da crítica e fortalecendo a consciência social e coletiva. Tal articulação reafirma que a cultura, quando concebida como prática social, é também espaço de luta e mediação para a construção de novas formas de sociabilidade.

Os trabalhos aqui reunidos expressam não apenas a diversidade de temas e abordagens, mas sobretudo o esforço coletivo de compreender a realidade em sua totalidade e complexidade, visando à sua transformação. Fundamentados em perspectivas históricas, filosóficas e sociais, estes Anais registram um movimento de resistência e de produção de conhecimento comprometido com a emancipação humana.

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram – docentes, discentes, pesquisadores, artistas, colaboradores e apoiadores institucionais – pelo empenho e pela confiança no potencial crítico-transformador da educação, da arte e da cultura.

Que estas páginas se constituam como instrumento de reflexão e prática, fortalecendo a luta por uma educação comprometida com a justiça social, a valorização da diversidade e a formação plena do ser humano.

Prof. Dr. Mateus Luiz Biancon
Idealizador da JORESP

RESUMOS

PROJETO PET SAÚDE SOBRE RAÇAS E ETNIAS NO BRASIL

Pires, de Moraes, MILENE¹, Lopes, ADRIANO J.²,
Ribeiro, GABRIELLA³, Godoy, Vicente Beatriz GIOVANNA⁴,
Freitas, Calegário, Caroliny ANNY⁵

1. Enfermeira, Mestre, Diretora Geral de Gestão em Saúde
2. Psicólogo, Orientador de Serviço/Projeto de Psicologia-ONG Núbia Raf. Nog. ALGBTQIA+
3. Discente em Direito pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ
4. Discente em Fisioterapia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ
5. Discente em Fisioterapia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ

PALAVRAS-CHAVE

Raça;
Etnia;
Eixo;
Pet saúde;
Equidade

KEYWORDS

Race;
Ethnicity;
Axis;
Pet Health;
EquitySexualities.

GÊNERO, SEXUALIDADE E SAÚDE

RESUMO

INTRODUÇÃO: O projeto Pet Saúde (Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde) de Jacarezinho aborda, a partir de 2024, sobre a equidade e inclusão das populações vulneráveis e minoritárias, focando na diversidade das pessoas inseridas no ambiente de trabalho. O nosso Eixo, tem como ênfase a discussão conceitual para educação e capacitação dos próprios trabalhadores do SUS, pensando sobre a pluralidade étnica e racial dos servidores, assim como as questões de gênero e sexualidade da população LGBTQIAPN+ e Pessoas com Deficiências.

OBJETIVOS: Durante esse período, mergulhamos profundamente no estudo das raças e etnias brasileiras, abordando temas como injúria, discriminação, racismo e suas leis ampliando nosso entendimento sobre tema, onde exploramos também entender e compreender suas particularidades, para conseguirmos encontrar maneiras de ajudar essas populações.

METODOLOGIA: Realizamos diversas reuniões, encontros semanais e palestras ministradas por professores, que foram de grande aprendizado e reflexão, além de discussões em grupo para que, de forma coletiva possamos discutir sobre o tema, com apresentações e criações de perguntas para pesquisas de campo.

RESULTADOS: Neste primeiro semestre, já conseguimos aprender muito sobre as raças e etnias brasileiras, como a história, sobre a legislação, termos e nomenclaturas, pessoas importantes para as comunidades negras, indígenas, asiáticas, e entre outros diversos assuntos relacionados com o tema.

CONCLUSÃO: Apesar de ainda estarmos no começo do projeto, já é possível visualizar uma desvalorização dessas pessoas e como isso acaba prejudicando e refletindo nos profissionais da saúde e nos pacientes, e, portanto, faz-se necessária uma intervenção para garantir a equidade.

CASOS DE AIDS EM JACAREZINHO-PR: ESTUDO DESCRITIVO

Barbosa, José Maria¹, Daniel, Neiva de Souza², Barbosa, Julio Cesar de Oliveira³

1. Discente do Curso de Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ - barbosa@hotmail.com

2. Graduada em Saúde Coletiva e Mestranda em Saúde coletiva pela Universidade Federal do Paraná – UFPR

3. Discente do Curso de Medicina pela Universidade Privada Del Este - UPE

PALAVRAS-CHAVE

HIV,
Epidemiologia,
Vigilância em Saúde Pública.

KEYWORDS

HIV,
Epidemiology,
Public Health Surveillance.

GÊNERO, SEXUALIDADE E SAÚDE

RESUMO

Introdução: A AIDS, doença causada pelo vírus HIV, é o estágio avançado da infecção que acomete o sistema imunológico acarretando na vulnerabilidade do organismo a outras infecções. O combate a AIDS é de extrema importância e conhecer o perfil epidemiológico da doença permite ações eficientes dos serviços de saúde.

Objetivo: verificar o perfil dos casos de AIDS no município de Jacarezinho-PR, de 2013 a 2023.

Metodologia: estudo descritivo, retrospectivo, dos casos de AIDS notificados no município de Jacarezinho de 2013 a 2023, a partir de dados secundários do DATASUS.

Resultados: foram notificados 71 casos de AIDS em Jacarezinho de 2013 a 2023, desses casos nas faixas etárias de 20-34 anos (21 casos), 35-49 anos (22 casos) e 50-64 anos (21 casos), em relação ao gênero a maioria dos casos notificados é do gênero masculino (47 casos). Observa-se que o número de casos notificados vêm diminuindo de maneira geral, mas há ocorrência de maior notificação de AIDS no sexo feminino com faixa etária entre 35-49 anos e 50-64 anos, em 2022 houve um aumento no número de notificações no sexo masculino com faixa etária entre 35-49 anos.

Conclusão: conclui-se que em Jacarezinho os casos notificados são em sua maioria no sexo masculino e adultos jovens, mas verifica-se aumento das notificações em mulheres adultas e idosas. É preciso conhecer o perfil das pessoas com a doença para que as ações de combate à AIDS sejam direcionadas corretamente.

EDUCAÇÃO SEXUAL E PROMOÇÃO DE SAÚDE EM ADOLESCENTES

Leon, Cristine Freire Faria Silva¹, Ferrari, Rosângela Aparecida Pimenta²

1. Graduada em Enfermagem pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR
Pós Graduada em Enfermagem em Urgência e Emergência pela Faculdade Integrada do Vale do Ivaí – FIVALE - cristine.freire@uel.br
2. Professora Doutora pela Universidade Estadual de Londrina – UEL - ropimentaferrari@uel.br

PALAVRAS-CHAVE

Adolescência;
Sexualidade;
Educação.

KEYWORDS

Adolescence;
Sexuality;
Education.

EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADES

RESUMO

Introdução: A sexualidade pode ser entendida como uma dimensão central do ser humano que inclui: compreensão e relacionamento com o corpo humano, vínculo emocional, amor, sexo, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, intimidade sexual, prazer e reprodução. Ela é complexa e inclui dimensões biológicas, sociais, psicológicas, espirituais, religiosas, políticas, legais, históricas, éticas e culturais que evoluem ao longo da vida (PAHO; WHO, 2000; WHO, 2006a). Porém é na fase da adolescência, que vai dos 10 aos 19 anos, 11 meses e 29 dias segundo o Ministério da Saúde, que se inicia as principais transformações, hormonais, físicas e sociais.

Objetivos: Promover Saúde e bem estar á essa faixa populacional. Metodologia: Revisão bibliográfica.

Resultados: Na sociedade atual existe um apelo muito grande pela aparência física. Tal fato é estimulado pelas mídias e redes sociais, onde o corpo perfeito é almejado. A auto estima fragilizada e a busca pela aceitação em um determinado grupo pode deixar esse adolescente vulnerável. Sendo fundamental o acolhimento e promoção de saúde nessa faixa etária, trazendo conhecimento e segurança.

Discussão e Conclusão: A Educação em Sexualidade desempenha um papel essencial na preparação de jovens para uma vida segura, produtiva e plena para a qual o HIV e a aids, as IST, a gravidez não planejada, a violência baseada em gênero e a desigualdade de ainda representam riscos sérios para seu bem-estar. O acolhimento adequado a esse adolescente e família traz a segurança e a inclusão desse indivíduo na sociedade.

ATUAÇÃO DO NEDDIJ/UENP NO COMBATE À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

Vieira, Maria Clara da Silva¹, Machado, Gabriele²

1. Discente do Curso de Graduação em Pedagogia / Bolsista estagiária do Projeto de Extensão / NEDDIJ/UENP, financiado pela Unidade Gestora Paraná. / Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ - maria.vieira@discente.uenp.edu.br
2. Mestranda Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Norte do Paraná (PPed/UENP) / Bolsista Pedagoga do Projeto de Extensão NEDDIJ/UENP, financiado pela Unidade Gestora do Paraná. - gamachadoo@outlook.com

PALAVRAS-CHAVE

Abuso sexual;
Crianças;
ECA;
Escola

KEYWORDS

Sexual abuse;
Children;
ECA;
School

EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADES

RESUMO

O presente trabalho apresenta a atuação pedagógica do Núcleo de Estudo e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude (NEDDIJ), acerca do combate à violência sexual infantil, proporcionado anualmente no decorrer do mês de maio, nas escolas do município de Jacarezinho-PR. Dentre os nossos objetivos, estão: expor a relevância da discussão do tema “Maio Laranja: combate ao abuso e exploração sexual infantil” e destacar a importância do ambiente escolar como rede de proteção para as crianças. A metodologia teve como abordagem a pesquisa qualitativa (Gil, 2002) e procedimento técnico a pesquisa-ação (Thiollent, 1986). O Projeto ECA nas Escolas oportuniza aulas para os alunos dos 4º e 5º anos, em três escolas do município de Jacarezinho-PR, objetivando conhecer os direitos e deveres infantis, tendo como base o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Teoria Crítica (Freire, 2011). A fim de difundir o tema “Maio Laranja”, foi promovido dinâmicas como o “Semáforo do toque”, propondo viabilizar o conhecimento sobre o próprio corpo e identificar possíveis sinais de abuso. Conforme registrado pelo Disque 100, nos quatro primeiros meses de 2023, houve mais de 17,5 mil violações sexuais físicas e psíquicas contra crianças e adolescentes. Ainda, 14 mil ocorreram na casa da vítima, do suspeito ou de familiares. Conclui-se portanto, a notoriedade da aplicação da temática supracitada, como também, do papel da escola como rede de proteção, atuando, no processo de garantia dos direitos básicos desses indivíduos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 23 ago. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Disque 100 registra mais de 17,5 mil violações sexuais contra crianças e adolescentes nos quatro primeiros meses de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/disque-100-registra-mais-de-17-5-mil-violacoes-sexuais-contra-criancas-e-adolescentes-nos-quatro-primeiros-meses-de-2023#:~:text=Nos%20quatro%20primeiros%20meses%20de%202023%20foram%20registradas%2C%20ao%20todo,e%20explora%C3%A7%C3%A3o%20sexual%20E2%80%93%20e%20ps%C3%ADquicas>. Acesso em: 22 ago. 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

THIOLLENT, Michel. Metodologia Da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez, 1998.

ADOLESCENTES COMO SUJEITOS DE DIREITO DEMOCRÁTICO DE SEXUALIDADE

Lima, Laura Candido¹, Machado, Gabriele², Lisot, Raphaelli Natalia³

1. Discente do Curso de Graduação em Direito, Bolsista estagiária do Projeto de Extensão NEDDIJ/UENP, Financiado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI). Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ - lauracandido0711@gmail.com
2. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Norte do Paraná (PPed/UENP) Bolsista Pedagoga do Projeto de Extensão NEDDIJ/UENP, financiado pela Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI) gamachadoo@outlook.com
3. Graduada no Curso de Direito da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Bolsista Pedagoga do Projeto de Extensão NEDDIJ/UENP, Financiado pela Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI) - natalialisot@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Direitos sexuais;
Adolescência;
Sexualidade.

KEYWORDS

Sexual rights;
Adolescence;
Sexuality.

DIREITOS SEXUAIS E DIREITO ANTIDISCRIMINATÓRIO

RESUMO

De acordo com a pesquisa do Ministério da Saúde (ano?), a média de idade da primeira relação sexual da população brasileira é de 14,9 anos, ocorrendo portanto na adolescência. Além da introdução à vida sexual, esse período de desenvolvimento é marcado por questões identitárias ligadas à sexualidade e, para alguns, pela reprodução. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de promover um “direito democrático à sexualidade”, conceito defendido por Rios (2006), que abrange autonomia, liberdade sexual e os direitos garantidos aos adolescentes pelo ordenamento jurídico brasileiro. Este estudo adota uma abordagem metodológica de pesquisa bibliográfica do pesquisador Roger Raupp Rios, embasado nos conceitos sobre direitos sexuais e reprodutivos, visando fundamentar discussões contemporâneas sobre o tema. Ao analisar a adoção de um direito democrático à sexualidade na vida dos adolescentes, aliado aos direitos humanos e constitucionais fundamentais, busca-se promover políticas públicas que facilitem o acesso à informação e educação em saúde sexual e reprodutiva, métodos contraceptivos para evitar gravidezes indesejadas, proteção contra DSTs (Souza, 2017), e promover debates saudáveis sobre a sexualidade humana. Como resultado, espera-se fomentar um exercício responsável da sexualidade entre os futuros adultos, contribuindo para a efetivação do princípio democrático no âmbito da sexualidade, garantindo o direito ao livre desenvolvimento da personalidade, à igualdade e à valorização da diversidade na sociedade. Este estudo ressalta a importância de políticas públicas que promovam o acesso a informações e serviços relacionados à saúde sexual e reprodutiva, com base em direitos humanos e constitucionais, para garantir o desenvolvimento saudável e responsável da sexualidade na adolescência e além.

REFERÊNCIAS

- Brasil. Ministério da Saúde. Prevenir é sempre melhor - 99. Coordenação Nacional de DST e Aids. Brasília: Ministério da Saúde; 2000. p. 93.
- Brasil. Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - PNDS 2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança. Brasília: Ministério da Saúde; 2009.
- RIOS, Roger Raupp. Para um direito democrático da sexualidade. Revista Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, v. 12, n. 26, 2006.
- SOUZA, Luanna Tomaz. Os direitos sexuais das crianças e adolescentes no estupro de vulnerável. Revista de Direito Penal, Processo Penal e Constituição. Florianópolis, v. 3, n. 2, 2017.

AÇÕES DE INCLUSÃO E EQUIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM RELATO INICIAL

Freitas, Lucas Gabriel Dedoné de¹, Fermino, Thiago Henrique dos Santos², LCastro, Tayla Ketelin dos Santos Ribeiro de³, Bonfim, Isabelle Dias³, Campos, Anna Carolina Leonelli Pires de⁴.

1. Discente do Curso de Graduação em Fisioterapia Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ - lucacu13@gmail.com
2. Discente do Curso de Graduação em Fisioterapia Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ - thiagohenrique2632@gmail.com
3. Discente do Curso de Graduação em Fisioterapia Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ - tayllaketelincastro@gmail.com
4. Discente do Curso de Graduação em Odontologia Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ - isabelledias31211@gmail.com
5. Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, Mestre em Ciência e Tecnologia de Alimentos pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG e Doutora em Microbiologia pela Universidade Estadual de Londrina – UEL Professor do Centro de Ciências Humanas e da Educação e Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ anna.campos@uenp.edu.br

PALAVRAS-CHAVE

Deficiência;
Inclusão;
Educação; sensibilização;
Políticas sociais.

KEYWORDS

Disability;
Inclusion;
Education; awareness;
Social policies.

DIVERSIDADE SEXUAL

RESUMO

Este trabalho relata a experiência inicial de um projeto de extensão no âmbito da participação social e da educação de trabalhadores do SUS, realizado na comunidade de Jacarezinho, Paraná, com o objetivo inicial de educar, conscientizar e sensibilizar os participantes do projeto sobre as diversas deficiências, bem como diversidade sexual e seus efeitos na sociedade. Primeiramente, foram realizadas reuniões semanais com alunos de diversos cursos e professores, participantes do projeto, que compartilharam seus conhecimentos durante esses encontros, fornecendo informações detalhadas e criando discussões sobre deficiência física, emocional, mental e múltipla. Cada apresentação proporcionou uma compreensão profunda dos desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência e das opções de apoio disponíveis. A metodologia inicial incluiu, além das reuniões, postagens em redes sociais para conscientizar o público sobre os desafios diários das diversas deficiências de forma tangível e da diversidade sexual. As postagens destacaram as necessidades de políticas e práticas sociais que promovam a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente da sua condição física ou mental ou sexualidade. Posteriormente serão realizadas reuniões com a comunidade de trabalhadores do SUS com a finalidade de expandir o conhecimento e auxiliá-los com as dores. Os resultados demonstraram que as campanhas de sensibilização sobre a deficiência e sexualidade são fundamentais para criar uma comunidade mais inclusiva e informada. Através da educação e da colaboração, as pessoas com deficiência podem ser ouvidas e trabalhar em conjunto para superar barreiras e preconceitos. Concluímos que iniciativas como essas são essenciais para promover a inclusão social e a equidade.

ESTUDO PILOTO JUNTO AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO SUS DO MUNICÍPIO DE JACARAREZINHO / PR

Silva, Gabriel H. C. ¹, Macedo, Kaique F. S. ², Leopoldo, Gabriel S. E. ³, Fernandes, Tainara V. ³, Oliveira, Gabriela C. ⁴.

1. Pós-graduando do Curso de Fisioterapia - CCS / CJ

2. Discente em Fisioterapia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP / CJ

3. Discente em Direito pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP / CJ

4. Discente em Fisioterapia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP / CJ

5. Docente do Curso de Odontologia - CCS / CJ Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP

PALAVRAS-CHAVE

Equidade;
LGBTQIAPN+;
Saúde Pública;
Questionários.

KEYWORDS

Equity;
LGBTQIAPN+;
Public Health;
Questionnaires.

DIVERSIDADE SEXUAL

RESUMO

Introdução: O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-SAÚDE) é um projeto que visa a educação pelo trabalho, sendo voltado para o fortalecimento das ações de integração ensino-serviço-comunidade. Em 2024, a Universidade Estadual do Norte do Paraná foi contemplada a participação na vertente “Construindo Juntos: Um SUS que Valoriza, Respeita e Inclui”.

Objetivo: Diante desse cenário, o objetivo deste trabalho é mostrar um estudo piloto do questionário elaborado para aplicação futura aos profissionais do sistema único de saúde (SUS) do município de Jacarezinho.

Metodologia: Este estudo contou com a participação de 19 participantes, inicialmente, universitários, no qual responderam a um questionário que, foi possível, criar um levantamento a respeito dos conhecimentos sobre gênero, orientação sexual, ciclo de vida e experiência no âmbito de trabalho.

Resultados: Os dados coletados revelaram que os participantes, majoritariamente jovens, têm conhecimento dos temas abordados. Entretanto, 73,7% dos participantes afirmaram ter sofrido ou presenciado alguma discriminação. A totalidade dos participantes acredita que há falta de consciência pelo poder público.

MÍDIAS SOCIAIS COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO PET

Marcelino, Oliveira LETÍCIA¹, Proença, Henrique MIGUEL², Nepomuceno, Domingues GUSTAVO³,
Lima, Matheus MARCOS⁴, Micheletti, Kirsch JESSICA⁵

1. Discente em Fisioterapia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ

2. Discente em Fisioterapia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ

3. Discente em Odontologia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ

4. Discente em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ

5. Docente do Curso de Graduação em Fisioterapia Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ

PALAVRAS-CHAVE

Mídias Digitais,
Comunidade LGBTQIAP+;
Comunicação;
Conscientização;
Equidade.

KEYWORDS

Digital Media,
LGBTQIAP+ Community;
Communication;
Awareness;
Equity.

DIVERSIDADE SEXUAL

RESUMO

INTRODUÇÃO: O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), fundamenta-se na ideia de aprendizado por meio do trabalho, sendo crucial para desenvolver e aplicar programas de educação contínua que tratem de maneira integrada temas como identidade de gênero, sexualidade, raça, etnia e deficiências para os profissionais de saúde. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021). Nesse sentido, a utilização de mídias digitais é interessante na promoção e educação em saúde, pois contribui positivamente com a interação da comunidade e os profissionais e alunos do PET-Saúde.

OBJETIVO: O objetivo deste estudo é demonstrar o alcance e importância das mídias sociais para a comunidade.

METODOLOGIA: Trata-se de um relato de experiência vivenciado pelos participantes do Eixo 1, 11ª Edição, que utilizou o Instagram “petsaude_uenp” como ferramenta para compartilhar o conteúdo com a comunidade, de maneira periódica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Nos últimos 30 dias obtive um alcance de 7.612 contas; E foram realizadas cinco publicações com temas pautados na inclusão, conscientização, datas comemorativas e diretos da comunidade LGBTQIAPN+, com 233 curtidas, 16 comentários e 66 compartilhamentos. Esse número reflete, além do interesse das pessoas sobre o projeto, também a participação ativa dos integrantes voluntários e bolsistas na divulgação dos conteúdos.

CONCLUSÃO: As redes sociais são as ferramentas de comunicação mais importantes do século XXI, desse modo, com o nosso perfil foi possível levar informações e observar um engajamento importante dos alunos voluntários e bolsistas, dos professores e profissionais da saúde envolvidos, todos com o intuito de levar tais informações para toda a população.

A APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA PARA MULHERES TRANSEXUAIS

Pansanato, Laissa de Oliveira Fonseca Esteves¹
Brancahã, Luiz David²
Alves, Fernando de Brito³

1. Discente do Curso de Graduação em Direito Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ - laissa.pansanato@gmail.com

2. Discente do Curso de Graduação em Direito Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ - luizdavid2006@gmail.com

3. Doutor em Direito pela Instituição Toledo de Ensino - ITE Professor na Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ
fernandobrito@uenp.edu.br

PALAVRAS-CHAVE

Aplicabilidade;
Efetividade;
Lei maria da penha;
Mulheres transexuais;
Violência.

KEYWORDS

Applicability;
Effectiveness;
Maria da Penha Law;
Transgender women;
Violence.

DIVERSIDADE SEXUAL

RESUMO

A Lei Nº11.340/06 representa um marco histórico, com mecanismos inovadores na luta contra a violência doméstica e familiar. Porém, a efetividade desta lei para mulheres transexuais ainda é repleta de entraves, sendo o Brasil, o país com mais homicídios de pessoas transexuais no mundo, de acordo com o dossiê realizado pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) em 2024. O objetivo deste resumo é analisar a aplicação da Lei Maria da Penha para mulheres transexuais. Com esse propósito, aplicou-se o método dedutivo associado ao método quantitativo, por meio da pesquisa em fontes bibliográficas, entendimentos jurisprudenciais e dados oficiais. Em relação à aplicabilidade, é notável o avanço jurisprudencial, como no REsp nº 1977124, 6ª Turma, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, J. 05/04/2022, em que foi entendido que não se deve limitar o direito de proteção da lei à condição biológica feminina, mas considerar a relação dessa minoria com a lógica da violência doméstica contra a mulher. Similarmente, outras decisões entendem que é apenas necessário a identificação da vítima como mulher, sem precisar do registro civil e a resignação de sexo. Entretanto, ainda existem desafios para sua devida efetividade, como a discriminação, falta de preparo dos profissionais, violência institucional e exclusão social. Portanto, é necessário o fortalecimento dos entendimentos jurisprudenciais da aplicação da Lei Maria da Penha, em conjunto de políticas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulheres transexuais, com a finalidade de garantir os direitos fundamentais dessa comunidade.

DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE COTAS PARA PESSOAS TRANSGÊNERO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Rosa, Gabrielle da Silva³

1. Graduada em Matemática e Superior Tecnologia em Terapias Integrativas e Complementares Especialista em Sexualidade Humana Centro Universitário Faveni – UNIFAVENI, Especialista em Terapia Sistêmica e Psicanálise Ead pela Faculdade Iguazu, Especialista em Saúde Mental, Psicopatologia e atenção psicossocial pela Universidade Pitágoras Unopar.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas Públicas;
Ações Afirmativas;
Inclusão;
Pessoas trans;
Educação Superior.

KEYWORDS

Public Policies;
Affirmative Action;
Inclusion;
Transgender People;
Higher Education.

POLÍTICAS PÚBLICAS E AS RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SEXUALIDADES

RESUMO

Este relato de experiência aborda a implementação e os desafios enfrentados pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) na aplicação da Resolução nº 577, de 29 de setembro de 2023, que regulamenta as ações afirmativas na instituição. A Resolução assegura a reserva de 10% das vagas nos cursos de graduação para indígenas, quilombolas, camponeses/ribeirinhos e pessoas trans, ampliando as diretrizes da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012). Contudo, a inclusão da população trans tem gerado intenso debate, refletido em recursos contra os editais de seleção nas instâncias deliberativas da UNIR, que buscam vetar essa cota. Este relato examina como esses processos de resistência foram enfrentados e as estratégias empregadas para garantir a continuidade das cotas, apesar das pressões contrárias. A metodologia envolve a análise de documentos institucionais e acompanhamento de recursos administrativos. Os resultados indicam que, apesar das resistências internas, a Resolução 577/UNIR tem promovido maior diversidade no acesso à educação superior, contribuindo para a inclusão de grupos historicamente marginalizados. Além disso, foi identificado um movimento crescente de mobilização do grupo LGBTQIA+, com paralisações e protestos em defesa das cotas para pessoas trans, reforçando a necessidade de apoio contínuo e ação coletiva para a manutenção dessas políticas afirmativas. A experiência da UNIR, embora marcada por desafios significativos, representa um avanço crucial na luta por equidade e justiça social, especialmente na inclusão da população trans, reafirmando a necessidade de vigilância e mobilização contínuas para a efetivação dos direitos conquistados.

INTERSECÇÃO ENTRE GÊNERO E SAÚDE NAS VITIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Alves da Silva, Maria Eduarda¹, Cândido, Ana Carolina D'avanzo de Oliveira²

1. Discente do Curso de Graduação em Direito, Bolsista estagiária do Projeto de Extensão NEDDIJ/UENP, financiado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (Seti), Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ - meas224@hotmail.com

2. Mestre em Ciência Jurídica (PPGD/UENP) Bolsista Profissional de Direito do Projeto de Extensão NEDDIJ/UENP, financiado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (Seti) - anadavanzo.ad@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Violência Sexual;
Gênero;
Crianças e adolescentes;
Saúde.

KEYWORDS

Sexual Violence;
Gender;
Children and Adolescents;
Health.

GÊNERO, SEXUALIDADE E SAÚDE

RESUMO

A violência sexual infantil é uma grave violação aos direitos das crianças e adolescente, estes que são garantidos pela Constituição da República Federativa do Brasil e pela Lei nº 8.069/90 que institui Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse tipo de crime causa enormes danos à saúde física e mental e segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, 88,2% dos casos de estupro tem como vítima meninas, sendo que 61,6% são cometidos contra meninas com menos 13 anos. Ainda de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024 a cada hora, o Brasil registra sete estupros de crianças e adolescentes. Por meio de uma análise de dados e revisão bibliográfica (Bueno, 2024), foi possível desenvolver, a partir do debate sobre gênero e saúde, a compreensão da importância de interseccionar essas temáticas. A análise de dados revela que meninas e mulheres são predominantemente as vítimas de violência, devido unicamente ao fato de serem do sexo feminino. Em pesquisa realizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) sobre o impacto da violência física e sexual e a saúde, ficou constatado que a ocorrência de abuso sexual é um dos principais fatores indicativos de diversos comportamentos de risco à saúde, inclusive pensamentos suicidas e tentativas de suicídio. Portanto, compreender essa intersecção é fundamental para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção, propiciando a criação de políticas públicas que garantam o suporte necessário às vítimas e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024. São Paulo. 2024

FERRAZ, Maiara de Maria Pires; VELOSO, Milene Maria Xavier; CABRAL, Isabel Rosa. Violência sexual contra crianças e adolescentes: análise das notificações a partir do debate sobre gênero. Revista Desidades, n 27, p. 111-127, 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. Violência faz mal à saúde. Cláudia Araújo de Lima (Coord.)

et al.]. – Brasília, Ministério da Saúde, 2006.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DA MULHER: UM BREVE ESTUDO SOBRE O DIREITO AO ABORTO

SCUDELER, ANA JULIA¹, RODRIGUEIRO, MARINA².

1. Discente do Curso de Graduação em Direito Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ - najuscudeler@gmail.com

2. Graduada em Direito e Mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ Professora CRES no Curso de Graduação em Direito – UENP/CJ - marina.rodrigueiro@uenp.edu.br

PALAVRAS-CHAVE

Aborto;
Gênero;
Direitos sexuais;
Mulheres.

KEYWORDS

Aborto;
Gênero;
Direitos sexuais;
Mulheres.

DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS ANTIDISCRIMINATÓRIOS RESUMO

O presente trabalho busca trazer um estudo acerca da interferência dos estigmas sociais e morais de gênero sobre o direito ao aborto, proporcionando uma real compreensão dessa prática como exercício do direito à saúde, à dignidade da pessoa humana e à liberdade sexual. A pesquisa foi realizada por meio de estudo bibliográfico. Como ponto de partida, tem-se uma compreensão da perspectiva histórico-social e cultural da condição de ser mulher no Brasil. Entende-se que, diante da formação social brasileira, o papel do gênero feminino, enraizado socialmente, foi estabelecido de modo a colocar a mulher em uma posição de submissão, fato esse que, em diversas vezes, foi legitimado pelo ordenamento jurídico brasileiro. A opressão sobre o corpo da mulher existe desde a época da colonização e perdura até os dias atuais. Um reflexo dessa problemática enraizada é a forma como a questão do aborto está estabelecida atualmente. A legislação brasileira garante o direito ao aborto em casos específicos, limitando a completa liberdade do corpo feminino, não compreendendo o aborto como uma questão de saúde sexual e reprodutiva da mulher, mesmo diante dos dados alarmantes dessa prática ocorrendo de maneira insegura. Além da limitação da decisão da mulher sobre seguir ou não com uma gestação, os poucos direitos garantidos são frequentemente questionados, como tem ocorrido nos projetos de lei nº 478/2007 e nº 1904/2024. Percebe-se que a forma como o debate sobre o aborto está estabelecida fere os direitos fundamentais à saúde, dignidade da pessoa humana e liberdade sexual das mulheres.

REFERÊNCIAS

CANAVESE, Daniel. Saúde Sexual, Direitos Humanos e a Lei. Relatório Organização Mundial da Saúde. 2015. Coordenação: Prof. Dr. Daniel Canavese (UFRGS/DESCOL) e Prof. Dr. Maurício Polidoro (IFRS Restinga). Tradução e adaptação transcultural: Vitor Adriano Liebel. Revisão de tradução e adaptação transcultural: Prof. Dr. Marcos Claudio Signorelli (UFPR Litoral) e Profa. Dra. Martha Helena Teixeira de Souza (Universidade Franciscana – UFN). Apoio na adaptação transcultural: Prof. Dr. Daniel Canavese. Diagramação: Marla Pritsch. Disponível em: <https://www.who.int/pt/publications/i/item/9789241564984>. Acesso em: 20 ago. 2024.

FIGUEREDO, Marcelo Castro. TIRE SUAS MÃOS DE MIM, EU NÃO PERTENÇO A VOCÊ!: tire suas mãos de mim, eu não pertencço a você! a cultura do estupro e o olhar jurídico. Revista Graduação em Movimento: Ciências Jurídicas, Brasil, v. 1, n. 1, p. 226-241, dez. 2021. Semestral. Disponível em: www.periodicos.unifc.edu.br. Acesso em: 25 ago. 2024.

MARQUES, Thaísa de Melo. “SEU CORPO, MINHAS REGRAS”: criminalização do aborto e controle do corpo feminino. CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO E CONTROLE DO CORPO FEMININO. 2020. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/771622>. Acesso em: 25 ago. 2024.

OFICINAS

HISTORICIDADE QUEER, VIVÊNCIA E LUTA DA COMUNIDADE LGBTQIAPN+ E SUAS CONQUISTAS, UM BATE PAPO SOBRE REALIDADE

Donizete, Thiago¹

1. Discente do Curso de Graduação em Ciências Biológicas Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ - thiagobozz5@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Teoria *queer*;
Gênero;
Sexualidade;
Performance.

KEYWORDS

Queer theory;
Gender;
Sexuality;
Performance.

GÊNERO, SEXUALIDADE E LUTA DE CLASSES

RESUMO

A presente oficina tenciona expor de maneira didática os atravessamentos dos corpos queer dentro do nosso contexto sócio-histórico, assim como a sua marginalização e a retomada dos conceitos que assim os constituíram e constituem. Para isso, passaremos sobre seus momentos históricos decisivos para entender o panorama de sua existência de forma contextualizada e relacional, percebendo sua historicidade como característica principal de sua formação conceitual. Contando com relatos dos daqueles que fazem parte do movimento queer, exemplificando suas vivências de forma empírica dentro de sua performance de vivência.

INTRODUÇÃO

A historicidade perpassa os corpos constantemente, somos constituídos por ela e, ao mesmo tempo, atores de sua composição no mundo. Transformamos e somos transformados continuamente, ninguém está imune a calosa mão da mudança. Vivemos em um mundo de pluralidades, sempre assim foi, porém, em nossa contemporaneidade encontramos a retomada dos antigos valores e sua transmutação. À margem, estão aqueles renegados pela sociedade, seus corpos ignorados e violentados, a ressignificação do sofrimento é necessária para elaborar uma vivência transformativa. Focando nosso lume nas questões tão em voga de gênero e sexualidade, observamos uma comunidade que faz da ressignificação seu mote de sobrevivência. A partir de sua historicidade como sujeitos do mundo, podemos traçar as origens de sua marginalização e como a violência é tomada da mão do opressor para se tornar ferramenta de libertação. Assim, na presente oficina, procura-se elaborar e expor a história do movimento LGBTQIA+ e como é realizada essa ferramentalização, utilizando de base a própria luta do existir dentro de uma sociedade que os procura eliminar em favor de um tradicionalismo e conservadorismo baratos e que se nega a olhar o próprio reflexo no espelho da to-

lerância, preferindo apontar dedos, perpetuando o ciclo de opressão. Por isso, se procura uma conscientização, ao mesmo tempo que, ao expor o maquinário das relações sociais, fornecer, de forma didática e empírica, as ferramentas para a liberação daqueles que precisam urgentemente de uma resposta que leve ao entendimento da situação atual do contexto sócio-histórico. O objetivo deste trabalho, então, é este: expor as nuances históricas do ser à margem, do existir e persistir entre as brechas do concreto abissal que ameaça afundar sempre, mas que a resiliência e comunidade daqueles que resistem impede continuamente, conquistando espaços de fala e importância, o ser atravessado pelas pluralidades e a elas, atravessando também.

JUSTIFICATIVA

A existência da presente oficina se justifica pela necessidade de conquista de espaços e da conscientização da luta LGBTQIA+, do seu caráter como movimento histórico presente nos variados ambientes sociais em suas muitas formas de resistência. Assim como sua performatividade atravessada pela própria vivência. A demonstração e a abertura de espaços de discussão e aprendizado, assim, é considerada de extrema importância.

METODOLOGIA

A metodologia será realizada de forma expositória, em uma discussão sobre a presença do movimento LGBTQIA+ nos variados âmbitos sociais, se atentando a sua historicidade. Seguida de apresentações relativas de indivíduos pertencentes ao movimento (duas pessoas), uma das quais está inserida há longo tempo na cultura *drag*. Falando sobre sua vivência de forma lúdica, ao mesmo tempo que demonstra as nuances de seu ser. Serão utilizados recursos de som (caixa de som), slide, projetor, assim como outros disponibilizados pelo autor da oficina e seus participantes para uma performance *drag*. Serão abordados tópicos relacionados a performance de gênero, sua relação com a sexualidade, e a marginalização daqueles que fazem parte desse contexto.

REFERÊNCIAS

CHIDIAC, Maria Teresa Vargas; OLTRAMARI, Leandro Castro. Ser e estar drag queen: um estudo sobre a configuração da identidade queer. **Estudos de Psicologia (Natal)**, [S.L.], v. 9, n. 3, p. 471-478, dez. 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-294x2004000300009>.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2001000200012>.

RIBEIRO, Hugues Costa de França. SEXUALIDADE, GÊNERO E TEORIA QUEER. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 125-144, 1 dez. 2011. Revista Brasileira de Sexualidade Humana. <http://dx.doi.org/10.35919/rbsh.v22i2.228>.

SUBVERTENDO AS NORMAS DE GÊNERO: QUANTAS NIMONAS CABEM NA EDUCAÇÃO?

Romanazzi, Carolina¹, Storino, André Luiz Bernardo Storino²

1. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO - carolina.romanazzi@edu.unirio.br

2. Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO - dresofia@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Animação;
Audiovisual
Identidades Dissidentes;
Gênero;
Nimona.

KEYWORDS

Animation;
Audiovisual
Dissident Identities;
Gender;
Nimona.

EIXO TEMÁTICO: GÊNERO, SEXUALIDADE E MÍDIA

RESUMO

Esta oficina se propõe pensar as animações, como artefato cultural, são potencialmente importantes para tensionar as discussões sobre as identidades de gênero. Como se configuram relevantes no que concerne a desconstrução de estereótipos e preconceitos acerca das pessoas, cujas identidades dissidentes chamamos Queer. Admitindo que as narrativas audiovisuais além do entretenimento, podem ser pensadas conceitualmente por seu caráter estético-político, bem como as experiências do pensamento, nos propomos a analisar como a animação Nimona pode nos levar à reflexão sobre os sentidos das identidades Queer de forma lúdica, ao mesmo tempo propor a produção de uma atividade didático-pedagógica como uma ferramenta a ser utilizada com a juventudes no educação básica.

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo as questões de gênero e sexualidades dissidentes do aceito como comum estiveram afastados das obras audiovisuais do ponto de vista de uma apresentação respeitosa. Se por um lado essas questões estavam presentes no cinema, por outro cabe problematizar os modos como esses sujeitos eram apresentados. Gradativamente nos tempos hodiernos podemos observar um aumento significativo de narrativas audiovisuais que inserem as temáticas supracitadas através de abordagens outras permitindo que se faça um debate qualificado acerca do tema, bem como colaborando para a desconstrução de estereótipos e promoção da diversidade.

Essas experiências com o cinema podem ser potencialmente positivas em diversos âmbitos da sociedade e principalmente na educação. Pensar a relação corpo-gênero-sexualidade através do cinema pode nos levar a re-avaliar os modos como lemos o mundo a nossa vol-

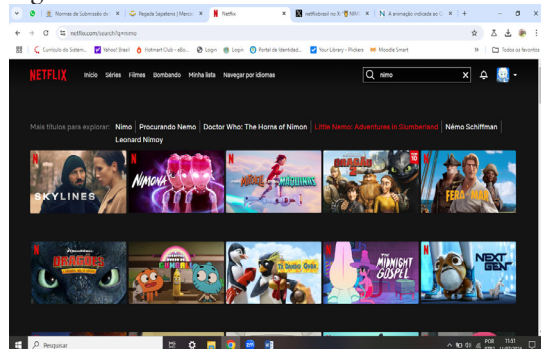
ta e questionar as verdades apresentadas como inerentes ao ser humano quando pensamos em identidades.

Nimona é uma dessa produções que postula, em suas representações das identidades dissidentes, que aqui trataremos como *Queer*, uma possibilidade de (re) construção desses diálogos de maneira aberta, flexível e maduro, uma vez que escapa das concepções dualistas, masculino e feminino, sobre a produção da diferença. (Louro, 2014, Giroux, 1995) Também ao propor fissuras que denunciam a cisheteronormatividade, (Vergueiro, 2016) e evidenciar as orientações sexuais e as demandas identitárias, atravessadas pelos “sistemas de representações” (HALL, 2016, p. 42), que são construídos a partir das convenções sociais de cada cultura.

Nimona é assim apresentada na plataforma Netflix “Acusado de um crime trágico, um cavaleiro pede a uma adolescente para conseguir provar sua inocência. Mas o que acontecerá se ela for o monstro que ele jurou matar?”. Tem classificação

etária de 12 anos. Na descrição do Gênero apresenta como “Filmes para a família, Filmes LGBTQIA+, Filmes de comédia”. Figura conforme a figura 1 no catálogo de filmes.

Figura 1 – Chamada na Netflix.



Fonte: print da plataforma de streaming.

Assim, objetivamos dialogar com/por/pelo audiovisual como artefato cultural como mecanismo de constituição de subjetividade, na produção de si, como via, mecanismo e estratégia de pensar as formas dissidentes de gênero e sexualidade não cisheteronormativas.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se pelo avanço das questões de gênero e sexualidade na sociedade e o modo como percebemos que estas se fazem cada vez mais presentes no cinema. Trata-se de pensar como o cinema e audiovisual pode ser uma ferramenta potente na desconstrução de estereótipos evitando clichés e apresentando de forma respeitosa pessoas *Queer*. Sabedores que se torna forçoso qualquer sustentação atribuída ao audiovisual como efeito puramente ideológico, determinando a forma de ser e agir.

Contudo, não se pode abdicar de determinados modos de endereçamento (Ellsworth, 2001) que por ele é trazido, uma vez que “mantenedores de estereótipos relacionados às identidades de gênero e das orientações sexuais, como dos padrões estéticos, cuja investida heteronormativa e seus influxos perpassam as subjetividades e as percepções com que passam a interpretar a relação com o outro e o mundo” (Storino, 2017), isto é, é bem verdade que permitem outra lógica nas engrenagem das representações, (des) (re) construindo outros performatividades.

Figura 2- Nimona e suas múltiplas identidades



Fonte: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2024/02/20/animacao-indicada-ao-oscar-2024-disponivel-youtube>

METODOLOGIA

Será introduzido um debate inicial sobre as animações e suas possibilidades na educação dos jovens nas escolas. Inicialmente pretendemos apresentar fragmentos da animação Nimona e, numa-roda de conversa.

Público alvo: professoras/es e estudantes de licenciaturas

Tempo: 1 hora.

Recursos: Computador; Datashow ou Televisão; Folha de ofício em branco, caneta.

Vagas: até 30 participantes.

A oficina consiste nas seguintes etapas:

Acolhimento das pessoas que irão participar;

Breve apresentação de alguns conceitos fundamentais, contextualizando-os dentre dos Estudos Culturais e dos Estudos sobre Gênero e Sexualidade, a saber:

Gênero, identidade de gênero e orientação sexual;

O que é a Teoria *Queer* e os conceitos de cishetero-normatividade;

O audiovisual e sua potencialidade/possibilidade na discussão sobre gênero e sexualidade;

Apresentação e exibição de cenas de Nimona, apresentando algumas temáticas abordadas e suas personagens.

A construção, junto aos participantes, de uma atividade a ser pensada com a juventude utilizando uma/um personagem ou uma cena em si.

Encerramento da oficina com a produção e apresentação da atividade. Criando um link para disponibilizar a atividade nos Anais do evento, se possível.

REFERÊNCIAS

- BUSTAMANTE PONTES, Carlos Frederico; DE SOUZA LAGO, Mara Coelho; ZANELLA, Andréa Vieira. Estudos sobre cinema LGBTQIA+ no Brasil e países latino-americanos. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 29, n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/70658>. Acesso em: 15 jun. 2024.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- DUARTE, Rosália. **Cinema & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- ELLSWORTH, Elizabeth. Modo de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Nunca fomos humanos** – nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FRESQUET, Adriana. **Cinema e educação: reflexões e experiências com professores e estudantes de educação básica, dentro e “fora” da escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- GIROUX, Henry, MCLAREM, Peter L. Por uma pedagogia crítica da representação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flávio (orgs). **Territórios Contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 144-158
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, , p. 541-553, jul./dez. 2001.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- MARCELLO, Fabiana de A.; FISCHER, Rosa Maria B. Tópicos para pensar a pesquisa em cinema e educação. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 505-519, 2011.
- RODRIGUES, Rejane Lopes; DE FARIAS, Francisco Ramos. O cinema queer na subjetivação dos corpos: repensando gênero e sexualidade na educação escolar. *Conhecimento & Diversidade*, [S.l.], v. 10, n. 22, p. 114-126, fev. 2019. ISSN 2237-8049. Disponível em: https://revistas3.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/4026. Acesso em: 15 jun. 2024.
- STORINO, André Luiz Bernardo. Gênero, beleza e corpo nos desenhos animados: recepção e percepções de alunas e alunos de uma escola pública. 2017. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2017.
- VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270. ISBN: 978-85-232-1866-9. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/mg3c9/pdf/messeder-9788523218669-14.pdf>. Acesso em: 9 jul 2024.

ARTIGOS

EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE PRODUTOS EDUCACIONAIS

Rodrigues, Juliana Martinez¹, Frasson-Costa, Priscila Carozza²

1. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEN); Mestrado Profissional em Ensino - Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CCP, julianamartinezr@hotmail.com

2. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo – USP; Professora Adjunta e Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, priscila@uenp.edu.br

PALAVRAS-CHAVE

Educação Sexual.
Sexualidade.
Produtos Educacionais.
Anos Iniciais.

KEYWORDS

Sex Education.
Sexuality.
Educational Products.
Early Years.

EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADES RESUMO

Esse artigo apresenta um estudo pautado no levantamento de Produtos Educacionais que foram publicados no período de 2017 a 2022 acerca da temática Educação Sexual (ES) no Ensino Fundamental (EF) - Anos Iniciais. Os estudos iniciaram por meio de buscas nos bancos de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal em Nível Superior – CAPES, EDUCAPES e Plataforma SUCUPIRA, com as palavras-chave Educação Sexual (ES) e Sexualidade. Os trabalhos, indicados evidenciam a importância da abordagem teórica na referida etapa da Educação Básica (EB). Os resultados mostraram poucas publicações relacionadas à ES para os Anos Iniciais do EF, evidenciando uma escassez de trabalhos. Desta forma, é oportuno que sejam realizadas novas pesquisas, bem como publicações, para contribuir na prática de quem atua em sala de aula.

INTRODUÇÃO

De acordo com Figueiró (2018) a Educação Sexual (ES) vem sendo reconhecida pela maioria dos professores, como necessária e importante no processo formativo dos alunos. Nessa mesma perspectiva, a abordagem da ES no ambiente escolar para crianças inseridas no Ensino Fundamental (EF) - Anos iniciais tem sido apresentada em pesquisas de diferentes Programas de Pós Graduação em Ensino proporcionando discussões e reflexões.

Contudo, ao considerar a prática dos professores nessa etapa de ensino, abordando a temática com domínio e de forma natural, é necessário repensar na formação dos profissionais de Educação tendo como objetivo a desconstrução de tabus e estabelecimento de práticas pedagógicas para uma aprendizagem construtiva e eficaz. Nesse sentido, Ribeiro (2004) afirma:

Para que a sociedade compreenda a importância da educação Sexual, é essencial que sua concepção advenha da construção histórica do seu significado, primeiramente nos ambientes mental e social, e em seguida no ambiente escolar, pois a Educação Sexual

é resultante de um processo de preparação da sociedade para sua compreensão, valoração e aceitação (RIBEIRO, 2004, p.29).

Ainda para Ribeiro (2004), os professores encontram dificuldades que vão além da desconstrução de saberes, relacionadas com a falta de materiais didáticos, o que impossibilita a atuação e o que contribui para que a temática não seja abordada de maneira eficaz.

Desse modo, os Produtos Educacionais elaborados e aplicados em nível de Mestrados Profissionais, vêm contribuindo na formação de professores, bem como na disposição de materiais com abordagem da temática Sexualidade. E reconhecendo a responsabilidade da escola em seu papel social, ao abordar o tema, Silva (2015) acrescenta a importância do papel da escola na divulgação e discussões da temática, pois ela proporciona um meio de vincular as informações, promover discussões e reflexões além de ser um local em que os adolescentes passam a maior parte do seu tempo.

Em suma, o trabalho tem por objetivo o levantamento e investigação de diferentes Produtos Educacionais produzidos em pesquisas de diferentes Progra-

mas de Pós-Graduação com a abordagem do tema Educação Sexual (ES) no Ensino Fundamental (EF) - Anos Iniciais.

METODOLOGIA

Para a realização do presente artigo, seguindo a proposta de Gil (2002), inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica com a intencionalidade de levantar os Produtos Educacionais que abordaram o tema Sexualidade no EF - Anos Iniciais.

O caráter qualitativo da pesquisa, de acordo com Bogdan e Biklein (1994, p.16), privilegia a compreensão do comportamento a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação. Para FLICK (2009), essa abordagem procura investigar e analisar as publicações relacionadas às temáticas em questão, e a partir dessa investigação responder aos questionamentos elencados anteriormente.

Por se tratar de um levantamento e análise de dados, foram estabelecidas as seguintes etapas de pesquisa com inspiração nas etapas de Kitchenham (2004),

considerando a importância de um protocolo a fim de desenvolver os dados:

- Planejamento: etapa em que os critérios foram estabelecidos com a finalidade de delimitar e direcionar a pesquisa.

- Seleção dos estudos: etapa em que as bases de dados foram acessadas bem como o site dos programas de pós-graduação nos quais os produtos educacionais foram selecionados.

- Estudos e Síntese dos dados: etapa em que os produtos educacionais selecionados foram organizados em tabelas e analisados de acordo com o seu objetivo, desenvolvimento e aplicação.

Desse modo, foram estabelecidos os critérios para inclusão dos trabalhos: Produtos Educacionais (PE) produzidos por meio de Programa de Mestrado Profissional; diferentes Instituições do Ensino Superior para análise; produções derivadas dos PE; etapa do EF - Anos Iniciais.

O período da busca refere-se aos últimos seis anos.

Tabela 1. Panorama dos Produtos Educacionais por Instituição

Instituição	Programa de Pós-Graduação	Ano	Produtos selecionados
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná	PPGECT	2017	01
UFG – Universidade Federal de Goiás	CEPAE	2021	01
UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná	PPGEN	2021	01
USCS – Universidade Municipal de São Caetano do Sul	PPGE	2022	01

Fonte: as autoras (2024).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para localizar os PE apresentados no presente artigo, foram efetuadas buscas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e no Portal de Objetos Educacionais (eduCAPES). Quando pesquisado no descritor “Sexualidade; Anos Iniciais”, foi possível fazer o levantamento de quatrocentos e sessenta e quatro trabalhos, sendo trezentos e trinta e seis em nível de Mestrado (dissertações) e cento e cinco em nível de Doutorado (teses). Ainda refinando a pesquisa para “Mestrado Profissional”, foi possível ter um resultado de sete dissertações.

Ao fazer a inclusão dos PE de acordo com os critérios estabelecidos, foi possível se pautar em quatro

pesquisas realizadas, já que os outros três trabalhos fugiam dos critérios, pois pertenciam à mesma instituição ou repetia-se o tipo de produto (Guia Didático).

De acordo com o panorama apresentado na Tabela 1, foi possível verificar a apresentação de dados de quatro diferentes instituições de ensino, a identificação do Programa de Pós-Graduação, o ano do produto selecionado, bem como a quantidade de produtos selecionados.

A partir dos resultados exibidos na Tabela 2, os PE seguem nomeados P1, P2, P3 e P4 e atendem os critérios estabelecidos para análise. Pode-se observar o nome do autor seguido do orientador, título e ano da pesquisa que resulta o PE.

Tabela 2. Identificação dos Produtos Educacionais encontrados de acordo com a temática Educação Sexual no Ensino Fundamental - Anos Iniciais.

Produto	Autores	Título	Ano
P1	Samanta Mizunuma, Siumara Aparecida de Lima	Educação Científica no Ensino Fundamental I: A questão da Educação Sexual	2017
P2	Neide Maria de Franca Filha, Ilma Socorro Gonçalves Vieira	A Sexualidade como tema tabu e os desafios do trabalho docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2021
P3	Giselle Herbella do Prado Talhetti, Roberta Negrão Araújo	Guia Didático para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental: a Sexualidade e o Corpo Humano	2021
P4	Irene Ferreira da Silva, Maria de Fátima Ramos de Andrade	Educação Sexual e Sexualidade no Ensino Fundamental - Anos Iniciais: Desafios e Perspectivas	2022

Fonte: as autoras (2024).

De acordo com a Tabela 3, ressalta-se o direcionamento do Produto Educacional acordo

com o seu tipo, seu objetivo e a quem se destina.

Tabela 3. Apresentação do objetivo, tipo e público dos produtos.

Produto	Objetivo	Tipo de produto	Público
P1	Propor estratégias de ensino sobre sexualidade contemplada na literatura infantojuvenil e prevista nas diretrizes curriculares municipais.	Caderno de Orientação	Ensino Fundamental Anos Iniciais
P2	Aprofundar conhecimentos acerca dos valores e das crenças que, geralmente, estão subjacentes às concepções manifestas pelos alunos da primeira fase do Ensino Fundamental da Escola Maria Gomes da Silva e compreender fatores implicados nas relações estabelecidas entre professores e alunos.	Livro	Ensino Fundamental Anos Iniciais
P3	Elaborar e implementar um Guia Didático contemplando o ensino da Sexualidade nos anos iniciais do Ensino Fundamental, de modo que corrobore com o ensino de Ciências tendo a sexualidade como categoria selecionada.	Guia Didático	Ensino Fundamental Anos Iniciais
P4	Investigar e analisar as dificuldades, os obstáculos e desafios enfrentados pelo professor ao discutir os temas “sexualidade” e “educação sexual” em sala de aula.	e-book	Ensino Fundamental Anos Iniciais

Fonte: as autoras (2024).

Desta forma, far-se-á a análise dos Produtos Educacionais inclusos:

O P1 apresenta um Caderno de Orientações que com o auxílio da Literatura Infantojuvenil visa abordar assuntos ligados a Educação Sexual, apresentando algumas possibilidades a fim de instrumentalizar o trabalho do Professor dos Anos Iniciais com diferentes tipos de livros paradidáticos.

O P2 apresenta um Livro no qual relata uma sequência de encontros com professores de uma Escola Campo do Ensino Fundamental Anos Iniciais. A pesquisa visou compartilhar através de debates acerca da temática “sexualidade”. O livro tem, ainda, o intento de provocar reflexão crítica quanto à necessidade de se considerar a abordagem dessa temática como indispensável na formação dos indivíduos.

O P3 apresenta um Guia Didático que possui vinte diferentes atividades com o objetivo de proporcionar aos professores dos anos iniciais, estratégias e práticas lúdicas para o ensino da temática Sexualidade em sala de aula. Vale ressaltar que todas as atividades propostas no Guia, trazem uma proposta de abordagem seguida de objetivo, materiais a serem utilizados e os procedimentos.

O P4 apresenta um e-book com sugestões de abordagem da temática educação sexual e que através de uma escola da rede municipal do Grande ABC Paulista, se propôs a investigar e analisar quais as dificuldades e desafios enfrentados ao tratar da temática sob a ótica do professor que atua no Ensino Fundamental Anos Iniciais.

Retomando os objetivos elencados na introdução da pesquisa, pode-se analisar que os PE encontrados no levantamento, para a etapa do EF - Anos Iniciais foi pequena, considerando o número geral das demais publicações que abordam a Sexualidade.

CONCLUSÃO

Portanto, diante dos dados levantados e analisados, considera-se a importância da elaboração de materiais didáticos por meio de pesquisas que abordem a temática no âmbito escolar, a fim de instrumentalizar o trabalho do professor para que a Educação Sexual possa ser discutida em sala de aula.

Os resultados também mostraram a vasta oportunidade para pesquisadores que desejam contribuir com diferentes pesquisas, que sejam destinadas aos profissionais que atuam em sala de aula, visto que existe uma produção reduzida voltada à etapa do EF - Anos Iniciais, quando comparada com as demais etapas de ensino.

Desta forma, ainda, justifica-se a escolha da temática para a produção do presente artigo, pautada no levantamento de Produtos Educacionais, para também

contribuir nos propósitos de pesquisa de dissertação em curso, do Programa de Pós Graduação Profissional em Ensino da Universidade Estadual do Norte do Paraná, Campus Cornélio Procópio-PR, na qual abordará a temática da Educação Sexual no Ensino Fundamental - Anos Iniciais.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Ponto Codex – Portugal: Porto Editora, 1994.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em 22.jul.2024.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. (Org.), *Educação Sexual: saberes essenciais para quem educa*. Curitiba: CRV, 2018.

FILHA, Neide Maria de Franca. **A Sexualidade como Tema Tabu e os Desafios do Trabalho Docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental** 02/02/2021 143 f. Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, Goiânia Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (TEDE/UFG)

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009. 405p.

GIL RIBEIRO, P.R.M. *Sexualidade e educação: aproximações necessárias*. São Paulo: Arte & Ciência, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4aed. São Paulo-SP: Atlas, 2002. p. 44, 2004.

TALHETTI, Giselle Herbella do Prado. *Guia-Didático para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental: A sexualidade e o Corpo Humano*. 2021 76 f. Mestrado Profissional em Ensino: Universidade Estadual do Norte do Paraná, Campus Cornélio Procópio, Biblioteca Depositária.

KITCHENHAM, B. *Procedures for Performing Systematic Reviews*. Keele UK Keele University-Publisher: Citesser, 33(TR/SE-0401), 28, 2004.

MIZUNUMA, Samanta. **Educação Científica no Ensino Fundamental I: A Questão da Educação Sexual** 09/03/2017 146 f. Mestrado Profissional em ENSINO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, Ponta Grossa Biblioteca Depositária: Ficha catalográfica elaborada pelo Departamento de Biblioteca da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Ponta Grossa n.34/17

SILVA, C. A. da. *Abordando sexualidade na es-*

cola. 2015. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Curso de Especialização em Estratégia da Saúde da Família, Universidade Federal de Minas Gerais, Maceió - Alagoas, 2015.

SILVA, Irene Ferreira da. **Educação Sexual e Sexualidade no Ensino Fundamental – Anos Iniciais: Desafios e Perspectivas** 15/12/2022 207 f. Mestrado Profissional em Docência e Gestão Educacional Instituição de Ensino: Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Biblioteca Depositária.

MODELOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS: UM OLHAR SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL

Simirio, Luísa Vilas Boas¹, Lorenci Júnior, Álvaro²

1. Doutoranda em Ensino de Ciências Universidade Estadual de Londrina -UEL - luisavilasboas71@gmail.com

2. Graduado em Ciências Biológicas, Mestre e Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo - USP Professor no Departamento de Biologia Geral da Universidade Estadual de Londrina -UEL - alvarojr@uel.br

PALAVRAS-CHAVE

Formação de professores;
Ensino de ciências;
Diversidade sexual;
Tendências pedagógicas.

KEYWORDS

Teacher training;
Science education;
Sexual diversity;
Pedagogical trends.

FORMAÇÃO INICIAL E CONTÍNUA DE PROFESSORES: GÊNERO E SEXUALIDADE

RESUMO

A prática docente escolar tende a explicitar as concepções e fundamentos epistemológicos e didático-pedagógicos assumidos pelos seus sujeitos ou professores; e, principalmente, revela a natureza e os modelos de formação que estes foram ou estão inseridos; bem como suas características, finalidades educativas; relações histórico-sociais e o modo como respeitam e lidam com questões humanas, tal como a diversidade sexual. Desse modo, o presente trabalho buscou compreender, por meio de uma investigação qualitativa do tipo pesquisa bibliográfica, como os modelos acadêmico, técnico e prático-reflexivo de formação de professores de Ciências concebem e se articulam com a diversidade sexual na escola, com vistas à problematização, respeito e sensibilização à um ensino democrático. Assim, verificou-se que as perspectivas acadêmica e técnica desprezam e não reconhecem a diversidade sexual pois admitem uma homogeneização dos alunos sob uma ótica heteronormativa. Já a perspectiva prática não só aceita, como busca incluir, sistematizar e valorizar na formação docente, o pluralismo sexual por meio de reflexões críticas e dialéticas, voltadas à prática social. forma, é oportuno que sejam realizadas novas pesquisas, bem como publicações, para contribuir na prática de quem atua em sala de aula.

INTRODUÇÃO

O modelo e o tipo de formação que um professor está submetido tende a denunciar suas relações e finalidades de ensino e aprendizagem, sobretudo, suas atenções voltadas à humanização, tal como a Educação em Sexualidade. (Brasil, 1997; Bastos, 2015).

Entende-se por Educação Sexual um campo de conhecimento preocupado e voltado ao estudo e sistematização do sexo biológico do ser humano e das questões socioculturais de gênero e sexualidade, bem como, à compreensão e respeito à diversidade sexual; e o incentivo à formação de valores e da cidadania (Brasil, 1997).

Gênero consiste em um “[...] conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da

diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico [...]” (Brasil, 1997, p. 321). Mas também é um lugar epistêmico que desnaturaliza e desconstrói concepções biológicas e propõe um novo olhar sobre sexo-corpo-desejo. (Butler, 2017)

A sexualidade, por sua vez, é uma construção humana e implica em questões e “[...] sentimentos, que precisam ser percebidos e respeitados. Envolve também crenças e valores, ocorre em um determinado contexto sociocultural e histórico, que tem papel determinante nos comportamentos.” (Brasil, 1997, p. 304)

Dessa maneira, verifica-se que uma formação docente para lidar com a diversidade escolar é de considerável importância aos professores em geral, e aos de

Ciências em específico, já que, comumente, é apenas nesta disciplina que se trabalha e discute a temática da sexualidade. (Coelho; Campos, 2015)

Ocorre, pois que, uma prática de ensino sobre sexualidade limitada à reprodução e prevenção de doenças termina por conceber um viés estritamente biológico, desprezando outras dimensões sociais e educativas acerca do assunto; e, principalmente, eliminando qualquer questão relacionada com a diversidade sexual, principalmente, o público LGBTQIA+, ou seja: gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneros, queers, intersexos, assexuais e outras definições não heteronormativas de identidade de gênero e orientação sexual. (Coelho; Campos, 2015)

Por isso, o ensino de Ciências se constitui um momento favorável à discussão e aprendizagem sobre a diversidade sexual, superando preconceitos e discriminações para uma reconstrução de sentidos “[...] com relação aos sujeitos LGBT, buscando o reconhecimento das orientações sexuais homo e bissexual e das diversas possibilidades de vivência da identidade transgênera.” (Coelho; Campos, 2015, p. 908)

Em razão dessa problemática, conceber e discutir os modelos de formação de professores, analisar os paradigmas assumidos por esses profissionais ou mesmo, investigar quais tendências permeiam suas práticas pedagógicas é de grande valia ao trabalhar e lidar com a diversidade sexual no contexto escolar. (Biancon, 2005)

Assim, historicamente, é possível destacar a existência de três modelos formativos de professores de Ciências predominantes nas pesquisas sobre a prática educativa escolar, são eles: o modelo acadêmico, técnico e prático ou crítico-reflexivo. (Lorencini Júnior, 2009)

A perspectiva acadêmica ou modelo acadêmico de formação, concebe o professor como único detentor do saber, o qual é caracterizado por ser um especialista, dotado de conhecimentos enciclopédicos, cuja preocupação limita-se ao conteúdo a ser ensinado, ou seja, apenas “ao que” deve ser aprendido. (Brasil, 1998; Carvalho; Gil-Pérez, 2003)

A perspectiva técnica ou modelo técnico de formação, concebe o professor como reprodutor e executor de procedimentos e técnicas, segundo um padrão rígido, infalível de base teórica oriunda das ciências aplicadas e com fundamentos na psicologia comportamentalista. (Carvalho; Gil-Pérez, 2003)

Outro modelo de grande importância na formação de docentes de Ciências, segundo define Brasil (1998), consiste na concepção de ensino e aprendizagem orientada a partir do paradigma da prática, que concebe o professor como profissional prático reflexivo, resultante das construções teóricas de Schön (1992), que trouxe para a esfera educativa, sobretudo,

no contexto formativo, um olhar para o papel da reflexão na realidade concreta da prática docente, a qual é, marcadamente, caracterizada e permeada por incertezas, contradições, conflitos e por relações humanas complexas, inesperadas e dialéticas. (Nóvoa, 1992; Pimenta; Ghedin, 2002)

Nesse sentido, é urgente certos questionamentos, tais como: a trajetória formativa de professores de Ciências tem contribuído para o trabalho e respeito à diversidade sexual no contexto escolar? Há algum modelo ideal de formação de professores desta disciplina para um trabalho mais efetivo e inclusivo que reconheça e valorize a diversidade sexual?

Para responder essas questões, o presente texto pretendeu compreender como o trabalho com a diversidade sexual é assumido pelos diferentes modelos de formação de professores de Ciências, bem como seu reconhecimento e implicações para uma prática educativa crítico-reflexiva e socialmente orientada.

METODOLOGIA

Para a presente investigação, realizou-se um estudo qualitativo, a partir de uma pesquisa bibliográfica acerca dos modelos formativos de professores e de Ciências e de temáticas voltadas ao ensino e aprendizagem diante da diversidade sexual existente no contexto escolar.

Assim, para problematizar e sistematizar as discussões intencionadas, esta pesquisa debruçou-se, teoricamente, nas produções de alguns autores consagrados da literatura específica das temáticas investigadas, tais como: Schon (1992), Brasil (1997, 1998), Pimenta e Ghedin (2002), Nóvoa (1992), Carvalho e Gil-Pérez (2003), Cachapuz et al. (2005), Louro (1999), Diniz-Pereira (2014), Coelho e Campos (2015) e Lorencini Júnior (2009).

Nesse sentido, para compreender as questões destacadas nos parágrafos acima, é de grande importância conceituar e compreender os modelos formativos de professores de Ciências mais recorrentes na literatura, os quais estão destacados a seguir; e, em articulação à temática da diversidade sexual, constituem os resultados e discussões da presente pesquisa bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados encontrados na literatura que articulam a diversidade sexual e os modelos de formação de professores de ciências destacam questões importantes que merecem problematização, reflexão e sistematização.

De início, é válido considerar, como explica os estudos de Souza e Dinis (2010, p. 130), que nas escolas e em suas trajetórias formativas, os professores “[...]”

não têm recebido formação para trabalhar com a temática da sexualidade e diversidade de forma adequada. Esta falha está presente tanto na graduação quanto na formação continuada”

Nesse sentido, quando o assunto é a diversidade sexual na escola, as ações docentes mostram-se deficientes em relação à inclusão das minorias extrínsecas ao modelo heteronormativo, principalmente, nas aulas de ciências onde a sexualidade encontra-se atrelada à reprodução, portanto, à biologização, esclarecem Bastos (2015); Coelho e Campos (2015).

Uma das possíveis explicações para esta exclusão ou indiferença em relação ao trabalho e discussão acerca da diversidade sexual na escola, sobretudo nas aulas de Ciências, consiste na postura homogênea na qual os sujeitos sociais são tratados no contexto escolar, o que não abre espaço para assuntos e diálogos que contemplem questões éticas, socioculturais, políticas e humanas, tal como a sexualidade, logo, todos são tratados da mesma forma, precisam aprender do mesmo modo e sob as mesmas circunstâncias. (Cachapuz et al., 2005; Coelho; Campos, 2015)

O professor formado à luz da perspectiva acadêmica, ao contrário de valorizar e respeitar a diversidade sexual no contexto escolar, termina por fortalecer as discriminações sociais e sexuais, pois coloca o conhecimento científico à luz da ótica heteronormativa, onde a “[...] ciência é apresentada como uma atividade eminentemente “masculina” [...]” (Cachapuz et al. 2005, p. 44), instigando preconceitos e discriminações de gênero. (Brasil, 1997)

Uma prática de ensino segundo os moldes de uma formação docente de cunho acadêmico, não reconhece a diversidade sexual, uma vez que o único interesse é o trabalho com uma educação sexual para fins de reprodução e prevenção da gravidez ou de doenças sexualmente transmissíveis. (Brasil, 1997; Bastos, 2015)

Portanto, essa concepção formativa de professores de Ciências preocupa-se em estudar as características morfo-anatômicas, a reprodução biológica e as relações de saúde e doença vinculadas ao ato sexual, e distancia-se de um reconhecimento às questões da sexualidade no tocante à diversidade sexual e de gênero, já que a quantidade dos conteúdos conceituais é mais importante do que a qualidade das questões atitudinais, ou seja, desconsidera os determinantes socioculturais. (Brasil, 1997; Coelho; Campos, 2015)

Do mesmo modo, a perspectiva técnica de formação de professores de Ciências é outro modelo formativo existente cujas implicações tendem a inviabilizar e a não legitimar um trabalho diante da diversidade sexual escolar (Bastos, 2015; Coelho; Campos, 2015). Isso porque, explica, este modelo também concebe a escola como contexto homogêneo e do mesmo modo que a premissa formativa acadêmica, mostra-

-se alheio às questões sociais e à pluralidade cultural e sexual. (Santos; Santos, 2019)

Trata-se, portanto, de uma racionalidade instrumental e técnica aplicada ao ensino e aprendizagem de Ciências, que reforça uma das possíveis visões deformadas do conhecimento científico, (Cachapuz et al., 2005; Lorencini Júnior, 2009), principalmente quando se pensa na “[...] diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, [...] as diferentes formas de atração sexual e o seu direito à expressão [...]” (Brasil, 1997, p. 311).

Um modelo de formação docente baseado em processo-produto de cunho instrumental e técnico mostra-se distorcido à formação de cidadãos, pois não se atenta às questões histórico-sociais ou as especificidades do ser humano (Cachapuz et al., 2005), a exemplo da diversidade sexual, limitando o trabalho com a sexualidade apenas ao ato sexual, aos órgãos reprodutores, às doenças sexualmente transmissíveis e à demonização ou ridicularização da sexualidade pelos alunos. (Bastos, 2015; Coelho; Campos, 2015)

Infelizmente, as racionalidades acadêmicas e técnicas de formação de professores não consideram a diversidade sexual (Lorencini Júnior, 2009; Bastos, 2015), cuja valorização e debate contribuiria para “[...] identificar e repensar tabus e preconceitos referentes à sexualidade, evitando comportamentos discriminatórios e intolerantes e analisando criticamente os estereótipos [...]” (Brasil, 1997, p. 311).

A vista disso, o resultado de buscas na literatura destacam a importância de uma perspectiva prática de formação de professores de ciências como mecanismo de superação de visões estereotipadas e desrespeitosas ao se pensar, abordar e lidar com a diversidade sexual escolar.

Um modelo formativo centrado em “[...] uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de autoformação participada.” (Nóvoa, 1992, p. 25)

As buscas bibliográficas apontam que o modelo formativo da perspectiva da prática pode oferecer subsídios para que os professores percebam e acolham os alunos fora do padrão heteronormativo, pois permite que tais sujeitos desenvolvam uma reflexão crítica das experiências cotidianas, questionando-as e problematizando-as. (Lorencini Júnior, 2009; Coelho; Campos, 2015)

É urgente a necessidade de formação de professores, principalmente de ciências, para trabalhar uma Educação Sexual na escola, seja na compreensão dos órgãos reprodutivos do ser humano, esclarecimento dos métodos contraceptivos e pela luta contra o preconceito e discriminação das diversas dimensões da sexualidade no contexto social. (Brasil, 1997; San-

tos; Santos, 2019; Coelho; Campos, 2015)

Uma formação crítico-reflexiva é sensível aos problemas e questões derivadas da própria prática dos professores; e, portanto, oportuniza e viabiliza reflexões que promovam respeito “[...] a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, reconhecendo e respeitando as diferentes formas de atração sexual e o seu direito à expressão [...]” (Brasil, 1997, p. 311)

No entanto, ainda há uma persistência na formação de professores de modelos formativos acadêmico a-históricos, a-críticos e socialmente descompromissados que desprezam, rejeitam ou ignoram a temática da diversidade sexual e de gênero, inviabilizando uma ação docente democrática e justa. (Carvalho; Gil-Pérez, 2003; Santos; Santos, 2019)

Para Louro (1999), perceber, valorizar e incluir a diversidade sexual no contexto escolar requer dos professores um olhar atento à sua formação contínua, ou seja, é preciso considerar um percurso formativo que ocorre não só anterior, mas também, ao longo do próprio processo de ensino e aprendizagem que, extrapola a relação entre processo e produto, já que, a sexualidade consiste em uma questão dialética atrelada às mudanças sociais. Tão logo, ressaltam Cachapuz et al. (2005) e Coelho e Campos (2015), um modelo rígido e inflexível não é suficiente para atender a pluralidade sociocultural e sexual do ser humano que está em constante transformação.

Por isso, a adoção de um modelo de formação de professores de Ciências a partir do paradigma da prática mostra-se promissor, dado seu teor crítico, inclusivo e democrático (Lorencini Júnior, 2009), e também por ele valorizar a reflexão na, para e sobre a ação. (Schon, 1992)

Contudo, o que se verifica na realidade social escolar é um panorama diferente, no qual os docentes apresentam deficiências formativas e concepções estereotipadas e estigmatizadas, muita das vezes impróprias e desrespeitosas, coibindo qualquer forma de expressão ou discussão em torno da diversidade sexual e de gênero.

Nesse sentido, a perspectiva da prática é destacada como alternativa na formação docente para problematizar e trabalhar com as questões de gênero e sexualidade; e, principalmente, contributiva para lidar com a diversidade sexual (Lorencini Júnior, 2009; Coelho; Campos, 2015), visto que, a racionalidade prática tende a valorizar o papel da reflexão e das interpretações qualitativas que ocorrem antes, durante e após o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, afirma Schon (1992).

Um trabalho com a diversidade sexual por meio do pensamento prático reflexivo do professor evita ações engessadas, mecânicas e a redução e limita-

ção do trabalho com a sexualidade apenas ao nível biológico, pois coloca o docente à mercê dos condicionantes sociais, e o permite interagir e lidar com as individualidades e especificidades socioculturais de seus alunos, viabilizando, assim, discussões sobre identidade de gênero e diversidade sexual. (Lorencini Júnior, 2009; Coelho; Campos, 2015)

A importância de uma formação docente pautada em uma prática reflexiva também incentiva o desenvolvimento de uma postura crítica e democrática para que os alunos “[...] aprendam a refletir e tomar decisões coerentes com seus valores, no que diz respeito à sua própria sexualidade, em uma sociedade que incorpora a diversidade.” (Brasil, 1997, p. 304)

CONCLUSÃO

Há uma formação inicial ou/e continuada ideal para professores de Ciências poderem lidar com a diversidade sexual no contexto escolar?

Responder essa pergunta é uma tarefa complexa e exige compreensão de que não há um caminho único formativo a ser seguido, mas é possível afirmar que a racionalidade prática, por meio de pressupostos teórico-metodológicos e didático-pedagógicos de natureza crítica, reflexiva e investigativa se constitui em uma das possibilidades existentes na formação e ação docente em Ciências para lidar com questões complexas do ser humano, tal como a diversidade sexual, situando-a, assim, material e epistemologicamente na prática social, estimulando seu respeito, inclusão e valorização, principalmente na escola.

Pelas discussões aqui empreendidas, constata-se que trabalhar e lidar com a diversidade sexual no contexto escolar é algo desafiador e complexo, já que existem padrões hegemônicos heteronormativos que norteiam a prática pedagógica docente de ciências.

Pensar na perspectiva da prática é de grande importância ao trabalhar com a diversidade sexual na escola, pois o professor ao lidar com o pluralismo sexual pode repensar seu papel, suas definições e fundamentos sobre sexualidade, reconstruir suas concepções e ações diante das questões e situações emergidas em sua própria atividade de ensino (relações de núcleo familiar entre pai e mãe, ou mesmo, religiosas, por exemplo), permitindo-o, assim, refletir antes, durante e depois das ações realizadas.

Em síntese, as discussões empreendidas nesta investigação ressaltam a compreensão de que os professores de Ciências carecem de uma formação inicial e continuada voltada à sexualidade humana que supere a dimensão hegemônica heteronormativa, ou seja, é preciso uma prática formativa que assuma e valorize a diversidade sexual cada vez mais comum no contexto escolar; e, para tanto, um dos caminhos possíveis consiste na perspectiva da prática reflexiva.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, F. “A diretora sabe que você está trabalhando isso na sala de aula?”: Diversidade sexual e ensino de ciências. 180p. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- BIANCON, M. L. *A Educação sexual na escola e as tendências da prática pedagógica dos professores*. 101p. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.
- BRASIL. Secretaria de Educação. *Parâmetros curriculares nacionais: Orientação Sexual*/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, p. 285- 336, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais - Ciências Naturais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental*. Brasília, 1998.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CACHAPUZ, A., CARVALHO, A. M. P., GIL-PÉREZ, D. A necessária renovação do ensino das ciências / Antônio Cachapuz...[et al.], (organizadores). — São Paulo: Cortez, 2005. *A necessária renovação do ensino de ciências*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011
- CARVALHO, A. M. P., GIL-PÉREZ, D. *Formação de professores de ciências: tendências e inovações*. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- COELHO, L. J., CAMPOS, L. M. L. Diversidade sexual e ensino de ciências: buscando sentidos. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 21, n. 4, p. 893-910, 2015.
- Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/fCS-b69yzh8wDm3tWXYsFkS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 ago. 2023.
- DINIZ-PEREIRA, J. E. Da racionalidade técnica à racionalidade crítica: formação docente e transformação social. *Perspectivas em Diálogo: revista de educação e sociedade*, Naviraí, v. 1, n. 1, p. 34-42, 2014.
- LORENCINI JÚNIOR, A. *As Demandas Formativas do Professor de Ciências*. In: Marlene Rosa Cainelli; Ileizi Fiorelli Silva. (Org.). *O Estágio na Licenciatura: a formação de professores e a experiência interdisciplinar na Universidade Estadual de Londrina*. Londrina: UEL, 2009, v. 1, p. 21-42.
- LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- NÓVOA, A. *Formação de professores e profissão docente*. In: NÓVOA, A. (Org.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1992.
- PIMENTA, S. G., GHEDIN, E. *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, C. F., SANTOS, R. M. R. Desafios na formação docente em diversidade sexual. *Educação: Teoria e Prática*, Rio Claro-SP, v. 29, n. 60, p. 140-161, 2019.
- SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (Coord.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- SOUZA, L. C., DINIS, N. F. Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação docente em biologia. *Pro-Posições*, Campinas, v. 21, n. 3, p. 119-134, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/BKP4pBJnhTD5Qg-DGDfzKCHp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2023.

A EVOLUÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS NA MODA: UM ESTUDO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DE CORPOS “NÃO CONVENCIONAIS” E SEXUALIDADES EM COLEÇÕES E DESFILES DE MODA

Oliveira, Marcos Daniel da Silva¹

1. Graduado em Design de moda pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Especialista em Comunicação e produção de moda pela FACUMINAS - marcosdanieloliveira@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Moda;
Representações;
Corpos;
Sexualidades.

KEYWORDS

Fashion;
Representations;
Bodies;
Sexualities.

EIXO TEMÁTICO

Corpo, Erotismo e Sexualidade

RESUMO

O artigo explora como as representações de corpos e sexualidades não convencionais têm se transformado em coleções e desfiles recentes. A pesquisa abrange quatro coleções específicas: Isaac Silva (SPFW 2023), Apartamento 03 (SPFW 2023), Meninos Rei (SPFW 2023) e XYBOIA (Casa de Criadores 2024). A coleção de Isaac Silva é analisada por sua integração de elementos culturais e a desconstrução dos estereótipos de gênero, refletindo uma abordagem inovadora e contemporânea. Apartamento 03 é destacada por sua diversidade corporal, oferecendo cortes e silhuetas que ampliam a representação de diferentes tipos de corpo. A coleção Meninos Rei é abordada por sua celebração da ancestralidade afro-brasileira e a combinação de elementos tradicionais com uma estética moderna e inclusiva. A coleção XYBOIA é examinada por sua ênfase nas estéticas transmasculinas, desafiando as normas cis e utilizando uma linguagem visual ousada e desconstruída para expressar uma multiplicidade de identidades. O estudo demonstra um avanço na representação da diversidade na moda, destacando a importância de uma visão mais inclusiva e questionadora dos estereótipos tradicionais. Limitada pela amostra específica e possíveis vieses, a pesquisa sugere a ampliação da análise para contextos variados e a utilização de diferentes metodologias para aprofundar a compreensão sobre a evolução das representações na moda.

INTRODUÇÃO

A moda, como uma manifestação cultural e social, reflete e molda os valores e normas presentes em diferentes sociedades. Historicamente, a indústria da moda construiu padrões estéticos baseados em ideais de beleza que, durante longos períodos, excluíram corpos que se afastavam dos modelos considerados convencionais (SOUZA, 2023). Esses padrões não se limitaram a definir o que é aceito como belo, mas também influenciaram as percepções acerca de corpos e sexualidades, impondo restrições rígidas à expressão individual. No entanto, nas últimas décadas, observou-se um movimento dentro da moda

que desafia essas normas, integrando e destacando corpos considerados não convencionais e diversas identidades sexuais em suas representações (ARRAIS, 2023).

O cenário atual da moda reflete uma mudança significativa, onde coleções e desfiles começaram a incorporar uma variedade mais ampla de corpos e identidades, questionando as limitações impostas por estereótipos tradicionais (ARRAIS, 2023). Essas transformações não ocorrem isoladamente, mas estão inseridas em um contexto mais amplo de debates sociais que questionam os conceitos tradicionais de beleza, gênero e sexualidade. Nesse contexto, a moda

atua como um espaço de discussão e experimentação, onde as fronteiras entre o normativo e o marginal são continuamente negociadas e reinterpretadas.

Este estudo tem como objetivo central investigar as representações de corpos e sexualidades que se afastam dos padrões estabelecidos, examinando como essas representações têm evoluído nas coleções e desfiles de moda ao longo do tempo. A análise será direcionada para identificar os padrões emergentes na representação de corpos e identidades, além de avaliar as implicações dessas mudanças para a indústria da moda e para a sociedade como um todo.

Compreender essas transformações é relevante para a promoção de uma moda que se alinhe com princípios de inclusão e diversidade. Ao incorporar corpos e sexualidades que foram historicamente marginalizados, a moda expande seu espectro de representações, contribuindo para um discurso mais plural e democrático. A justificativa deste estudo reside na necessidade de documentar e analisar essas mudanças, visando a construção de uma compreensão crítica sobre o papel da moda como um agente de transformação social.

BREVE HISTÓRIA DOS ESTEREÓTIPOS NA MODA

A moda, enquanto expressão cultural e social, desempenha uma função significativa na construção e perpetuação de normas estéticas e de identidade ao longo do tempo (ARRAIS, 2023). Desde as sociedades mais antigas, onde o vestuário tinha um papel simbólico e funcional, até a era contemporânea, onde a moda é vista como uma forma de comunicação e de poder, as roupas que escolhemos vestir têm servido para demarcar status, gênero, sexualidade e, de maneira mais ampla, o lugar de indivíduos e grupos dentro da estrutura social (FERNANDES, 2024).

A evolução dos estereótipos na moda, especialmente no que tange às representações de corpos e sexualidades, reflete as mudanças que ocorrem nas esferas cultural, política e econômica (SANTOS, 2020). No século XIX, por exemplo, os ideais de beleza e os papéis de gênero eram reforçados pela moda de maneiras que sustentavam a estrutura patriarcal da sociedade. As mulheres eram enfaixadas em espartilhos que moldavam o corpo para atender a um ideal de feminilidade passiva e submissa, com cinturas diminutas e bustos ressaltados (SANTOS, 2021). Essa estética não era apenas uma escolha de estilo, mas um reflexo das expectativas sociais em torno da mulher, cujo corpo era moldado para se conformar ao olhar masculino e às normas sociais que limitavam sua agência e autonomia (Figura 1).

Figura 1 – Beleza do século XIX



Fonte: Site História da Moda

Paralelamente, os homens eram incentivados a exibir força e autoridade através de trajes que acentuavam a robustez e o controle, como ternos estruturados que enfatizavam ombros largos e uma postura ereta (SANTOS, 2021). A moda masculina do período, embora aparentemente menos restritiva que a feminina, ainda reforçava um ideal de masculinidade que excluía qualquer expressão de vulnerabilidade ou feminilidade. Esses códigos de vestimenta, estabelecidos em grande parte pela elite europeia, propagaram-se pelo mundo ocidental, contribuindo para a consolidação de estereótipos de gênero e de corpo que permaneceriam por várias décadas (Figura 2).

Figura 2 – Trajes masculinos do século XIX



Fonte: Site História da Moda

O advento do século XX trouxe consigo uma série de transformações sociais que impactariam diretamente a moda e os estereótipos que ela ajudava a consolidar. As Guerras Mundiais, a urbanização e a crescente presença das mulheres no mercado de trabalho contribuíram para a evolução dos ideais de beleza e para uma modificação nas expectativas sobre os corpos (BRAGA, 2022).

A década de 1920, por exemplo, foi um período de grande efervescência cultural e social, marcado pelo movimento das “flappers”, jovens mulheres que rejeitavam os códigos de vestimenta vitorianos e adotavam uma silhueta mais reta e andrógina. As “flappers” cortavam os cabelos curtos, usavam vestidos de cintura baixa e participavam ativamente da vida pública, rompendo com o ideal de feminilidade passiva e doméstica que predominara até então. Esse período de libertação e contestação dos papéis de gênero tradicionais é visto como um dos primeiros passos em direção à desconstrução dos estereótipos de corpo e sexualidade na moda (OLIVEIRA; SANTOS, 2024, p. 5-6).

A Segunda Guerra Mundial, embora tenha trazido um retorno momentâneo a valores conservadores, também abriu caminho para novas formas de expressão na moda (COSTA, 2020). A escassez de materiais e a necessidade de roupas funcionais levaram a uma simplificação das silhuetas e a uma maior aceitação de trajes que antes eram considerados inapropriados para determinados gêneros, como as calças para mulheres (RAPHAEL; DIAS, 2024). No pós-guerra, contudo, a década de 1950 assistiu a uma reemergência de ideais de beleza conservadores, com o “New Look” de Christian Dior, que promovia uma figura feminina exageradamente curvilínea, reforçando uma visão tradicional da mulher como dona de casa e mãe, dentro de uma família nuclear idealizada (FILHO, 2015).

No entanto, as décadas de 1960 e 1970 trouxeram uma nova onda de contestação que impactaria profundamente a moda. Esses anos foram marcados por movimentos sociais que lutavam por direitos civis, igualdade de gênero e liberação sexual. A moda tornou-se um campo de batalha simbólico onde normas de corpo e sexualidade eram desafiadas. A revolução sexual e o movimento feminista, em particular, tiveram um impacto profundo na moda, levando à adoção de trajes mais liberais e à experimentação com silhuetas e estilos que rejeitavam as normas

de gênero tradicionais (BALBI, 2021, p. 21-96).

Estilistas como Yves Saint Laurent e Vivienne Westwood se destacaram nesse período, criando peças que subvertiam as expectativas tradicionais de feminilidade e masculinidade. Saint Laurent, por exemplo, introduziu o smoking feminino, uma peça que se tornou ícone de poder e liberdade para as mulheres, ao mesmo tempo em que Westwood usava o punk como linguagem para questionar as convenções sociais através da moda (SOARES, 2022; BALBI, 2021).

O final do século XX e o início do século XXI testemunharam mudanças ainda mais radicais na forma como a moda lida com estereótipos de corpo e sexualidade. A globalização e a internet desempenharam papéis centrais na disseminação de novas ideias e na democratização da moda. A partir dos anos 1990, a moda começou a se distanciar dos estereótipos rígidos de beleza e a explorar uma maior diversidade de corpos e identidades. Modelos como Kate Moss introduziram o conceito de “heroin chic”, que, embora controverso, representou uma ruptura com a estética saudável e atlética que dominava anteriormente. Essa época também viu o surgimento de movimentos que reivindicavam a aceitação de diferentes tipos de corpos, como o movimento “body positive”, que começou a ganhar força nas redes sociais e a influenciar as representações de corpos na moda (FIGUEREDO, 2020, p. 3-15).

As representações de corpos não convencionais e de identidades sexuais diversas ainda são muitas vezes limitadas a nichos específicos ou tratadas como tendências passageiras, ao invés de serem incorporadas de forma consistente e genuína. Além disso, a pressão para conformar-se a determinados padrões estéticos permanece forte, especialmente em plataformas como as redes sociais, onde imagens editadas e idealizadas proliferam (LUCENA, 2024).

Hoje, a moda continua a ser um campo de negociação entre o normativo e o marginal. As coleções contemporâneas muitas vezes refletem uma tensão entre a inovação e a tradição, onde estilistas tentam equilibrar a comercialidade com a necessidade de expressar e incorporar a diversidade de experiências humanas. Alguns designers e marcas têm feito esforços conscientes para desafiar os estereótipos de corpo e sexualidade de maneiras mais profundas e significativas (ARRAIS, 2023).

Exemplos disso incluem as coleções inclusivas de Rihanna com a linha Savage X Fenty, que celebra a diversidade de corpos e identidades, e a abordagem de estilistas como Demna Gvasalia, da Balenciaga, que frequentemente explora a desconstrução de silhuetas tradicionais em suas criações (FIGUEIREDO, 2020).

A moda tem o potencial de ser uma ferramenta poderosa de transformação social, ao desafiar as normas e estereótipos estabelecidos e ao promover uma visão mais inclusiva e pluralista da identidade humana (GIRARDI, 2023). Analisar essas transformações não apenas contribui para uma compreensão mais profunda da moda como fenômeno cultural, mas também aponta caminhos para o futuro, onde a inclusão e a diversidade possam se tornar não apenas tendências, mas princípios fundamentais que guiam a criação e o consumo de moda em todo o mundo (ARRAIS, 2023; SOUZA, 2023; FERNANDES, 2024).

A moda tem historicamente moldado e refletido concepções coletivas de beleza, identidade e status, mas também se tornou um campo onde essas normas são desafiadas, especialmente em relação às representações de corpos não convencionais e sexualidades (GIRARDI, 2023). Ao longo do tempo, a indústria da moda passou a questionar e reconfigurar os padrões estéticos que antes exaltavam corpos magros e caucasianos, marginalizando a diversidade corporal.

A representação das sexualidades na moda também seguiu um caminho de transformação semelhante, rompendo com normas heteronormativas e binárias de gênero, impulsionadas por movimentos culturais e estilistas inovadores. Apesar do progresso, a visibilidade de identidades e orientações sexuais diversas na moda ainda enfrenta limitações e estereótipos, sendo frequentemente apropriada de maneira superficial por marcas *mainstream*. Isso evidencia a necessidade de um compromisso genuíno e contínuo para garantir que a inclusão na moda não seja apenas simbólica, mas que resulte em uma mudança real nas práticas da indústria (LOPES, 2023, p. 58-69).

Em última análise, a moda, como um reflexo das normas sociais e meio de expressão individual, está em uma fase de transição. O desafio é garantir que as mudanças em direção a uma moda inclusiva sejam profundas e sustentáveis, reconhecendo e celebrando a diversidade de corpos e sexualidades. A análise crítica dessas transformações culturais e das práticas da indústria é essencial para avançar rumo a uma moda que valorize a pluralidade da experiência humana, promovendo a inclusão e a igualdade de maneira autêntica (ARRAIS, 2023; SOUZA, 2023; FERNANDES, 2024).

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa (TEIS; TEIS, 2006), direcionada à análise interpretativa das representações de corpos não convencionais e sexualidades em coleções de moda. A pesquisa qualitativa foi escolhida por sua capacidade de fornecer uma compreensão dos significados subjacentes às práticas e representações culturais. Esse tipo de pesquisa permite explorar como a moda pode atuar como um discurso visual que reflete e ao mesmo tempo influencia as normas sociais em relação ao corpo e à sexualidade.

A abordagem adotada é exploratória e descritiva (GIL, 2008), com o intuito de identificar e descrever as diferentes formas pelas quais corpos não convencionais e sexualidades são representados nas coleções selecionadas. A exploração desses temas será feita por meio da análise de desfiles e coleções específicas de marcas que trazer representatividade em suas criações, buscando compreender como os estilistas desafiam ou reforçam os estereótipos tradicionais.

As coleções que serão objeto de análise neste estudo incluem criações que refletem um compromisso com a diversidade e a inclusão na moda brasileira contemporânea. A coleção de Isaac Silva, apresentada no SPFW 2023, destaca-se por suas criações que exaltam a cultura afro-brasileira e a diversidade de corpos, incorporando elementos que celebram a identidade negra e corpos que desafiam os padrões convencionais de beleza. Outra coleção analisada será a do Apartamento 03, também do SPFW 2023, uma marca conhecida por sua abordagem poética e minimalista. Essa coleção traz uma reflexão sobre a fluidez de gênero e a diversidade de expressões corporais, utilizando peças que desconstróem estereótipos de gênero por meio de silhuetas inovadoras e a escolha de modelos com corpos diversos.

A análise inclui ainda a coleção da marca baiana Meninos Rei, apresentada no SPFW 2023, que mescla tradições africanas com uma estética contemporânea. Essa coleção enfatiza a inclusão de corpos negros e gordos, celebrando a herança cultural afro-brasileira e apresentando uma visão inclusiva e orgulhosa dos corpos frequentemente marginalizados. Finalmente, será analisada a coleção da XYBOIA, apresentada na Casa de Criadores em 2024, que explora a não-binariedade e a diversidade corporal por meio de uma linguagem visual que questiona normas estabelecidas. Essa marca utiliza peças desconstruídas e uma paleta de cores ousada para expressar a multiplicidade de identidades e corpos, propondo uma moda inclusiva e subversiva.

RESULTADO

A análise das coleções será conduzida com base em tópicos específicos que permitirão uma compreen-

são aprofundada das representações de corpos não convencionais e sexualidades. Os resultados serão explorados através da identificação de como cada coleção aborda e redefine conceitos de identidade e inclusão.

ISAAC SILVA

A coleção de Isaac Silva, apresentada na SPFW 2023, surge como um ponto de interseção entre moda, cultura afro-brasileira e os debates contemporâneos sobre identidade e diversidade. Com uma proposta que vai além das tradições do design de moda, a coleção assume um caráter de afirmação cultural e social, refletindo sobre a identidade afro-brasileira, a diversidade corporal e a concepção de beleza (Figura 3).

A coleção é uma ode à identidade afro-brasileira,

celebrando esta rica herança cultural através de uma variedade de elementos visuais e simbólicos. A passarela, coberta com folhas de arruda, carrega um profundo significado espiritual, associado à proteção e purificação nas práticas de religiões afro-brasileiras. Este elemento simbólico não apenas embeleza a apresentação, mas também reflete uma conexão com as tradições espirituais que frequentemente são marginalizadas ou estereotipadas. A escolha de estampas baseadas no trabalho da artista plástica Heloísa Ariadne acentua ainda mais essa ligação, incorporando elementos da natureza e da cultura afro-brasileira em um diálogo visual que entrelaça passado e presente. A inclusão de elementos tradicionais e contemporâneos na coleção sublinha o compromisso de Isaac Silva em ressaltar e reimaginar a riqueza cultural afro-brasileira através da moda, oferecendo uma visão que respeita e



Figura 3 – Coleção Isaac Silva / Fonte: SPFW

atualiza essas tradições para o contexto atual.

A abordagem de Isaac Silva em relação à diversidade de corpos é uma das características mais notáveis da coleção. Ao optar por modelos com uma ampla gama de formas e tamanhos, a coleção promove uma visão de moda inclusiva e representativa. O uso de peças em denim com formas amplas, seguidas por trajés em tweed que vestem corpos variados, demonstra uma intenção clara de se distanciar dos padrões de beleza convencionais e abraçar uma estética mais democrática. Esta escolha não apenas proporciona uma alternativa ao ideal de corpo esculpido e uniforme frequentemente promovido nas passarelas, mas também celebra a pluralidade das formas corporais como parte integral da identidade e da moda. A presença de modelos com diferentes características físicas reforça a ideia de que a moda pode e deve ser um espaço de inclusão real, onde todas as formas de corpo são valorizadas e celebradas.

A coleção redefine as normas estéticas tradicionais ao

apresentar uma nova visão de beleza que é inclusiva-plural. Ao incorporar peças em verde e estampas inspiradas pela natureza, Isaac Silva desafia os padrões convencionais e promove uma estética que valoriza a autenticidade e a diversidade. A abordagem não se limita a uma mera recusa das normas estéticas estabelecidas, mas busca criar uma narrativa de beleza que é rica em variação e diversidade. A utilização de peças monocromáticas e estampas que evocam elementos naturais contribui para uma reinterpretação do que é considerado belo, propondo uma visão que abrange uma ampla gama de formas, etnias e estilos. Esta perspectiva inovadora é uma crítica à uniformidade estética e uma celebração da riqueza da diversidade humana, refletida através do design de moda.

A coleção, inspirada na música “Banho de Folhas” de Luedji Luna, não apenas busca esteticamente resgatar e celebrar a cultura afro-brasileira, mas também engaja com questões culturais e espirituais profundas. A escolha de elementos simbólicos como a arruda e as estampas que fazem referência à obra de

Heloísa Ariadne demonstra um esforço consciente para conectar a moda com práticas culturais e espirituais significativas. A integração desses elementos na coleção serve para questionar e desafiar as percepções tradicionais sobre a moda e sua relação com a espiritualidade e a cultura. Isaac Silva utiliza a moda como um meio para explorar e afirmar a identidade cultural afro-brasileira, oferecendo uma visão que é ao mesmo tempo respeitosa e inovadora.

Assim, a coleção de Isaac Silva se apresenta como uma obra multifacetada que transcende a simples apresentação de roupas. Através de sua abordagem à identidade cultural, à diversidade de corpos e à redefinição da beleza, a coleção oferece uma reflexão profunda sobre as interações entre moda, cultura e sociedade, propondo novas formas de pensar e experienciar a moda no contexto contemporâneo.

APARTAMENTO 03

A coleção da marca Apartamento 03 de Luiz Cláudio, apresentada na SPFW 2023, destaca-se por sua abordagem inovadora ao explorar questões de fluidez de gênero, diversidade corporal e minimalismo poético. A análise da coleção revela como o estilista utiliza a moda não apenas como uma forma de expressão estética, mas também como um meio de questionar e redefinir normas tradicionais, promovendo uma visão mais inclusiva e reflexiva sobre identidade e beleza (Figura 4).

A coleção é marcada por uma desconstrução dos estereótipos de gênero, evidenciada pelas silhuetas e pelo design das peças. A presença de tops que também funcionam como vestidos e o uso recorrente de estampas com respingos de anil e branco ilustram um conceito de moda que transcende as categorizações convencionais. O design balonê, repetido ao longo da coleção, contribui para a fluidez das silhuetas, permitindo que as roupas se adaptem a diferentes tipos de corpo e estilos pessoais. Este aspecto da coleção desafia a rigidez das normas de gênero tradicionais, apresentando peças que são ao mesmo tempo elegantes e ambíguas, permitindo que os indivíduos se expressem de maneira mais livre e pessoal. A introdução de elementos como franjas longas e texturas variadas também reforça essa fluidez, criando um efeito visual que remete às formas naturais e promove uma experiência estética que é tanto sofisticada quanto acessível.

A diversidade de modelos utilizados na apresentação é um dos aspectos mais evidentes da coleção, com a inclusão de corpos variados que ilustram a adaptabilidade das roupas a diferentes formas e tamanhos. A escolha de modelos com características físicas distintas não apenas subverte os padrões tradicionais de beleza, mas também valoriza a individualidade de cada corpo. O uso de peças em denim e tecidos transparentes, combinado com bordados e cristais, demonstra a capacidade da coleção de se ajustar e valorizar uma ampla gama de tipos corporais. Este en-

Figura 4 – Coleção Apartamento 03 / Fonte: SPFW



foque na diversidade corporal é uma crítica às normas estabelecidas, promovendo uma visão de moda que é inclusiva e celebratória da pluralidade das formas humanas. A adaptação das roupas a diferentes corpos não é meramente estética, mas também simbólica, refletindo uma abordagem mais abrangente e inclusiva à moda.

O minimalismo presente na coleção é tratado com uma abordagem poética que confere à moda uma

dimensão adicional de profundidade. O uso do tom de azul waji, que remete ao índigo, não é apenas um detalhe estético, mas uma referência cultural que conecta a coleção às suas raízes africanas. Este pigmento, associado à purificação e transformação, confere uma camada de significado à coleção, alinhando a estética com uma narrativa cultural rica e multifacetada. A exploração de texturas sutis, como plissados tridimensionais e aplicações de flores de tecido,

proporciona uma sensação de leveza e refinamento aos looks, enquanto o minimalismo das formas e acabamentos permite que a complexidade dos detalhes manuais se destaque. A abordagem minimalista não é uma rejeição da complexidade, mas uma forma de destacar a importância dos detalhes e do processo criativo na construção de uma identidade visual única.

A coleção também é um reflexo da jornada pessoal do estilista, Luiz Cláudio, que se distancia das influências eurocêntricas para abraçar uma perspectiva mais decolonial. A escolha de reeditadas peças de coleções passadas, como a blusa coberta de penas azuis, evidencia um processo de reavaliação e reinvenção da própria trajetória criativa. A integração de parcerias com designers como Carlos Penna e Livia Paranaguá complementa a coleção com acessórios que reforçam a visão do estilista sobre o luxo e a inovação. A inspiração em Estêvão Silva, um artista negro do século XIX, e a incorporação de elementos da sua obra adicionam uma dimensão histórica e cultural à coleção, sublinhando a importância de revisitar e ressignificar influências do passado com uma nova perspectiva.

A coleção, é uma manifestação de como a moda pode ser uma plataforma para questionar e redefinir normas de gênero, celebrar a diversidade corporal e explorar o minimalismo poético. A abordagem do estilista combina elementos estéticos inovadores com uma reflexão cultural e pessoal profunda, resultando em uma coleção que não só desafia as convenções da moda, mas também oferece uma visão mais inclusiva e reflexiva sobre identidade e beleza. O uso de texturas variadas, a adaptação às diferentes formas corporais e a integração de referências culturais e históricas destacam a capacidade da moda de servir como um meio de expressão pessoal e crítica social.

MENINOS REI

A coleção “Pop Ancestral” da Meninos Rei, apresentada no SPFW, oferece uma abordagem rica e multifacetada sobre a inclusão de corpos diversos e a celebração da herança cultural afro-brasileira. Os irmãos Céu e Junior Rocha, responsáveis pela marca, continuam a explorar e ampliar o diálogo entre tradição e modernidade, destacando a importância da inclusão e da expressão cultural na moda contem-

Figura 5 – Coleção Meninos Rei/ Fonte: SPFW



porânea (Figura 5).

A coleção evidencia a importância da inclusão de corpos negros e gordos ao apresentar uma gama diversificada de modelos e silhuetas. O uso de formas amplas e recortes estratégicos reflete um compromisso com a adaptação e valorização de diferentes tipos de corpo. Ao incorporar peças que ajustam e destacam a silhueta de maneira inovadora, a Meninos Rei não apenas responde à demanda por inclusão, mas também redefine as normas de representação na moda. As escolhas de design, como os ombros bufantes e os macacões volumosos, demonstram um entendimento profundo da necessidade de criar roupas que se ajustem e celebrem a diversidade corporal.

Além disso, a coleção destaca a fusão entre elementos tradicionais africanos e uma estética contemporânea. A combinação de estampas em preto e branco com padrões multicoloridos, desenvolvidos pelo ilustrador Leonardo Barbosa, exemplifica a interseção entre o passado e o presente. A estampa de oncinha, símbolo da realeza africana, e as cores vibrantes utilizadas nas peças servem como uma ponte entre a tradição africana e o streetwear moderno. Esta mistura não só traz uma sofisticação visual à coleção, mas também reforça a conexão cultural e histórica com as raízes afro-brasileiras.

O foco na herança cultural afro-brasileira é evidenciado pela escolha dos tecidos e padrões que home-

nageiam matrizes afro-brasileiras. A Meninos Rei utiliza essas referências para construir uma narrativa inclusiva e afirmativa que aborda diretamente a contribuição histórica e cultural dos afro-brasileiros. A inclusão de figuras como a cantora Marviva e o apresentador Manoel Soares, bem como a participação de celebridades negras no desfile, sublinha o comprometimento da marca com a representatividade e o reconhecimento da importância da ancestralidade negra.

O desfile, repleto de elementos performáticos e a presença de celebridades, serve para reforçar a mensagem central da coleção. A escolha de convidados e a execução dos looks refletem uma combinação de sofisticado e acessível, mantendo a relevância cultural e o apelo visual. A presença de Diamou “Mama” Diop, estilista senegalesa, no encerramento do desfile, simboliza a valorização da ancestralidade e a continuidade de uma tradição que reconhece e celebra a contribuição dos ancestrais para a moda contemporânea.

O resultado é uma coleção que não apenas exibe a beleza e a diversidade dos corpos negros e gordos,

mas também explora a riqueza da herança cultural afro-brasileira de uma maneira que é ao mesmo tempo inovadora e respeitosa. Meninos Rei demonstra, através da “Pop Ancestral”, que a moda pode ser um veículo poderoso para a inclusão e a afirmação cultural, promovendo uma visão de futuro que é firmemente enraizada no respeito e na celebração do passado.

XYBOIA

A coleção apresentada pela marca XYBOIA na Casa de Criadores 2024 constitui um marco significativo na discussão sobre não-binariedade, diversidade corporal e desconstrução de estereótipos de gênero no cenário da moda. Esta análise detalha a forma como a coleção aborda essas temáticas, oferecendo um exame aprofundado das estratégias adotadas pela marca para promover uma moda mais inclusiva e representativa (Figura 6).

A coleção evidencia uma profunda compreensão e

Figura 6 – Coleção Xyboia / Fonte: SPFW



respeito pela não-binariedade, refletida tanto na seleção dos modelos quanto no design das peças. Tradicionalmente, a moda tem se baseado em dicotomias rígidas entre masculino e feminino, frequentemente marginalizando identidades de gênero não-conformes. A proposta da XYBOIA, no entanto, desafia essas normas ao integrar modelos que representam uma ampla gama de identidades de gênero, incluindo identidades não-binárias e transmasculinas. A seleção de modelos não se limita a preencher uma cota para indivíduos trans, mas sim a celebrar a diversidade de experiências e identidades de gênero, refletindo um compromisso genuíno com a inclusão.

No que diz respeito ao design das peças, a coleção se afasta das silhuetas tradicionais que frequentemente

reforçam normas de gênero binário. Em vez disso, oferece formas e cortes que permitem uma expressão mais fluida e personalizada de gênero. As roupas são desenhadas com o intuito de transcender as categorias convencionais de vestuário, proporcionando aos usuários a liberdade de expressar sua identidade de gênero de maneira autêntica. Essa abordagem não só promove uma maior aceitação da não-binariedade na moda, mas também incentiva um diálogo mais amplo sobre a diversidade de gênero e a necessidade de uma representação mais justa e abrangente.

A coleção também se destaca pela sua representação diversificada de tipos corporais. A moda convencional frequentemente impõe um padrão estético restrito que privilegia um tipo específico de corpo,

geralmente magro e cis normativo. Em contraste, adota uma abordagem que busca desconstruir esses padrões ao criar peças que se adaptam a diferentes formas corporais e celebram a diversidade física. As roupas são projetadas com cortes e silhuetas que acentuam a individualidade de cada modelo, em vez de tentar conformar todos os corpos a um ideal único.

Essa diversidade corporal é mais do que uma mera questão estética; é uma afirmação de que todos os corpos merecem visibilidade e valorização. A coleção desafia as normas de beleza tradicionais e promove uma visão mais inclusiva e democrática da moda. Ao apresentar modelos de diferentes formas e tamanhos, a marca contribui para a construção de um cenário de moda mais representativo e acessível, onde a estética não é limitada por padrões rígidos, mas sim enriquecida pela variedade de corpos que ela acolhe.

A ousadia visual da coleção é um elemento central na sua abordagem inovadora à moda. A marca utiliza uma combinação de cores vibrantes e cortes desconstruídos para expressar uma multiplicidade de identidades e questionar os estereótipos de gênero estabelecidos. As peças são projetadas para provocar uma reação e estimular a reflexão, desafiando as convenções tradicionais e oferecendo novas perspectivas sobre o que a moda pode ser.

Os cortes assimétricos, a mistura audaciosa de texturas e as cores inesperadas são características marcantes da coleção, permitindo uma expressão mais livre e menos restritiva das identidades de gênero. Essa linguagem visual não só enriquece a estética da coleção, mas também contribui para a desconstrução de normas de gênero e estereótipos associados. A abordagem ousada demonstra como a moda pode ser um meio poderoso para questionar e redefinir os padrões estabelecidos, promovendo uma maior aceitação e valorização da diversidade.

A abordagem também é uma resposta direta aos desafios enfrentados por identidades de gênero não-binárias e trans dentro da indústria da moda. A moda frequentemente se baseia em corpos cis normativos, e as oportunidades para pessoas trans, especialmente, muitas vezes são limitadas e marginalizadas. A coleção busca superar essas limitações ao oferecer uma plataforma para a expressão autêntica das estéticas, sem se basear em referências cis normativas.

Essa estratégia não se limita a adaptar o design existente, mas propõe uma nova forma de entender e criar moda. A marca adota uma abordagem que prioriza a expressão genuína e a celebração da diversidade de gênero, em vez de focar na passibilidade ou na conformidade com os padrões cis normativos. Ao fazer isso, a XYBOIA desafia as normas estabelecidas e promove uma visão mais inclusiva da moda, onde a diversidade é celebrada e as identidades não-binárias e trans são vistas como protagonistas, e não como exceções.

A coleção não apenas apresenta um desfile visualmente impressionante, mas também oferece uma visão crítica e inovadora sobre a moda e a inclusão. Através de sua abordagem ao design e à seleção de modelos, a marca contribui para uma transformação significativa na forma como a moda aborda questões de identidade de gênero e diversidade corporal. Ao fazê-lo, a "XYBOIA" estabelece um novo padrão para a indústria da moda, promovendo uma maior aceitação e celebração da diversidade em todas as suas formas.

CONCLUSÃO

A pesquisa sobre a evolução dos estereótipos na moda, focando em representações de corpos "não convencionais" e sexualidades, revelou uma transformação significativa nas práticas e na narrativa da indústria. A análise das coleções de Isaac Silva, Apartamento 03, XYBOIA e Meninos Rei, demonstra um crescente reconhecimento e valorização de identidades diversas e não-binárias. As coleções estudadas incorporam modelos que desafiam normas tradicionais de gênero e corporeidade, promovendo uma moda que celebra a pluralidade. As escolhas estilísticas, como o uso de cores ousadas e cortes desconstruídos, refletem uma tentativa de romper com os padrões estabelecidos e oferecer uma nova visão sobre a estética da moda. As marcas estão cada vez mais se afastando de um modelo cis normativo, propondo um espaço mais inclusivo e representativo para todas as identidades.

As descobertas desta pesquisa sugerem que a indústria da moda está em processo de reavaliação de seus paradigmas de representação. A inclusão de corpos não convencionais e a valorização de identidades não-binárias, indicam uma mudança nas práticas de design e marketing, que estão se tornando mais alinhadas com questões de diversidade e inclusão. Este movimento não só redefine o que é considerado estético, mas também desafia os padrões tradicionais de beleza e corpo, promovendo uma moda que é mais reflexiva das realidades contemporâneas. As marcas que adotam essas novas abordagens podem se destacar no mercado, atraindo um público que valoriza a autenticidade e a inclusão.

Apesar das contribuições significativas, o estudo enfrenta algumas limitações. A amostra analisada é restrita, abrangendo apenas algumas coleções e desfiles específicos, o que pode não representar a totalidade das tendências atuais na moda. Além disso, o estudo pode estar sujeito a vieses, como a seleção de coleções que já são reconhecidas por sua inovação, o que pode não refletir a experiência de marcas menos visíveis. A análise também se baseia em interpretações subjetivas das representações visuais, o que pode influenciar a compreensão dos significados e intenções por

trás das coleções.

Para aprofundar o entendimento sobre a evolução dos estereótipos na moda, futuras pesquisas poderiam expandir a amostra para incluir uma gama mais ampla de marcas e coleções, assim como investigar diferentes contextos regionais e culturais. Estudos adicionais poderiam explorar a recepção das coleções por diferentes públicos e como as representações de corpos e sexualidades impactam a percepção do público e a identidade individual. Também seria valioso investigar as práticas de marketing e comunicação das marcas que promovem diversidade, analisando como estas influenciam a percepção da moda e a construção de estereótipos. A combinação de abordagens qualitativas e quantitativas poderia fornecer uma visão mais abrangente e nuançada das mudanças em curso na indústria da moda.

REFERÊNCIAS

- ARRAIS, Bruno da Graça Bagarrão. Inclusão e Igualdade na Moda Sem Género: Uma Análise Histórica e Contemporânea. 2023. Tese de Doutorado.
- BALBI, Valentina da Silva. A moda e o made in Italy: contribuições da moda italiana dos anos 1960 e 1970 para o cenário da moda contemporânea. 2021.
- BRAGA, João. História da moda: uma narrativa. D'Livros Editora, 2022.
- COSTA, Gustavo de Sousa Cardozo et al. Cultura e resistência: a luta de artistas LGBT's em João Pessoa. 2020.
- FERNANDES, Pedro Miguel Gonçalves. Corpo e sociedade: prática contemporânea da tatuagem numa pequena cidade portuguesa (Fafe, 2023). 2024. Tese de Doutorado.
- FILHO, João Quintino Medeiros. Moda e gênero: o vestuário sexualizado no New Look de Christian Dior (anos 1950). Mneme-Revista de Humanidades, v. 16, n. 37, p. 10-36, 2015.
- FIGUEREDO, Henrique Grimaldi. Performar o risco: quatro necrológicos contemporâneos em Alexander McQueen. Conceição/Conception, v. 9, p. e020010-e020010, 2020.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. Editora Atlas S.A., 2008.
- GIRARDI, Nínive da Silva. Moda na era do TikTok: do supermercado de estilos às tendências virais. 2023. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- LOPES, Guilherme Ferreira. Cultura LGBTQIA+ sob holofotes: transgredindo os parâmetros de dualidade de gênero na moda. 2023.
- LUCENA, Saulo da Silva et al. As representações da identidade da travesti na prosa de Cassandra Rios. 2024.
- OLIVEIRA, Rose Alves; SANTOS, Aline Sara Mendes. O impacto dos padrões de beleza na identidade feminina em tempos de modernidade líquida. OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMIA LATINOAMERICANA, v. 22, n. 8, p. e6133-e6133, 2024.
- RAPHAEL, Giovana Fernandes; DIAS, Vitória Cristina da Silva. Greenwashing na moda. 2024.
- SANTOS, João Batista Nascimento dos. Vivendo em um corpo real e desejando formas ideais: a publicidade e o corpo não hegemônico no contexto neoliberal e a relação com as subjetivações conservadoras. 2020.
- SANTOS, José Alex dos. Tradução Intersemiótica do Design da Ilustração: história da moda feminina no século XIX. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso.
- SOUZA, Juliana Rosa de et al. A moda como estratégia de comunicação: a cantora Lizzo e sua participação no movimento Body Positive. 2023.
- SOARES, Rafaela Gonçalves Manini. Sustentabilidade no Design de Moda. Tese de Doutorado. 2022.
- TEIS, Denize Terezinha; TEIS, Denise Terezinha. A abordagem qualitativa: a leitura no campo de pesquisa. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, v. 1, p. 1-8, 2006.

ESTADO E REPRODUÇÃO: QUAL É O INTERESSE NO CORPO FEMININO?

Otani, Livia Grasselli de Oliveira Gomes¹, Gabriel, Marielle dos Santos²

1. Discente do Curso de Graduação em Direito da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ - liviago.otani@gmail.com

2. Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP/CML. Professora da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. - marielledossantosgabriel@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Capacidade reprodutiva;
Direitos reprodutivos;
Gênero;
Reprodução social.

KEYWORDS

Reproductive capacity;
Reproductive rights;
Gender;
Social production.

DIREITOS SEXUAIS E DIREITO ANTIDISCRIMINATÓRIO

RESUMO

O Direito brasileiro instituiu ao longo dos séculos diversas concepções do que seria a família e a mulher idealizados pelo estado-capitalista: a moral masculina acima da dignidade feminina e o modelo familiar racista. A partir da consolidação do patriarcado no país, a questão dos direitos sexuais manteve-se reprimida, excluindo à mulher sua autonomia gestacional. Desse modo, o objetivo do trabalho é analisar o interesse do Estado na capacidade reprodutiva feminina. Empregou-se o método hipotético-dedutivo, partindo da hipótese de que o Estado brasileiro tem interesse social nos direitos reprodutivos, pois pretende manter a concepção ideal de família, mulher e o do que seria uma “boa mãe”. O problema da pesquisa é “qual o interesse do Estado na capacidade reprodutiva feminina?”. O Estado, ao exercer o controle reprodutivo, promove e mantém a concepção do que seria a família ideal: branca e não-marginalizada. A criminalização do aborto corrobora na maternidade compulsória, porquanto esta possibilita a reprodução social da classe trabalhadora. A laqueadura compulsória impede que mulheres marginalizadas tornem-se mães, como foi o caso de Janaína, uma mulher em situação de rua que teve sua esterilização decretada judicialmente em 2018, verificando-se o interesse estatal em intervir e impedir tais gestações. Conclui-se que a criminalização do aborto e imposição da laqueadura a mulheres marginalizadas são formas de controles estatais com viés sócio-político-econômico de quem deve e quem não deve ser mãe, sucedendo a instrumentalização da reprodução.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como problema de pesquisa verificar “qual o interesse do Estado na capacidade reprodutiva feminina?”, partindo da hipótese de que há o interesse social, político e econômico em regular a reprodução social no Brasil com a criminalização do aborto e imposição da maternidade como consequência, e, ainda, diante da necessidade de “limpeza social”, determinação da esterilização compulsória a mulheres marginalizadas.

Os corpos femininos desde muito são controlados por fatores religiosos, políticos, sociais e econômicos. O que se tem é um contexto em que muitas mulheres têm filhos sem sequer significar um desejo próprio, pois socialmente tornou-se natural a imposição da

maternidade. Aliado a isso, aquelas mulheres que engravidam e, por seus próprios motivos, não querem ou não podem levar a gravidez adiante, ao tentarem realizar aborto, são criminalizadas e revitimizadas pelos aparatos estatais e sociais. Aqui, há a criação do estereótipo de mulher ruim àquela que decidiu não querer ser mãe ou não prosseguir com a gestação.

Além disso, ainda há a imposição de esterilização compulsória às mulheres em que o Estado estereotipa como desviantes do modelo idealizado de ser mãe, e por isso há a ordem de interrupção de seu ciclo reprodutivo. Um caso emblemático que representa a questão é o de Janaína, uma mulher em situação de rua que teve sua laqueadura realizada por requisição judicial no ano de 2018. A possível vinda de crianças marginalizadas é impedida pelo controle estatal,

sendo criado um dogma de quem pode e quem não pode ser mãe.

O presente artigo pretende, portanto, investigar os interesses do Estado na instrumentalização da capacidade reprodutiva das mulheres feminina a partir da criminalização do aborto e da esterilização compulsória de mulheres marginalizadas. Ao exercer o controle reprodutivo, o Estado promove e mantém a concepção do que seria a família ideal: branca e não-marginalizada, com desdobramentos sociais, raciais e de classe, que serão examinados.

METODOLOGIA

Para a construção deste artigo aplicar-se-á o método hipotético-dedutivo, com a hipótese inicial de que o Estado opera na manutenção da capacidade reprodutiva feminina a partir de sua instrumentalização a favor de seus próprios interesses sociais, econômicos e políticos. Com a revisão bibliográfica, utilizando-se outros artigos e dissertações sobre a problemática central da pesquisa, serão examinados os contextos históricos e sociais que circundam a realidade feminina no Brasil, especificamente a construção dos papéis de gênero e os direitos reprodutivos, com suas previsões e aplicações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em primeiro lugar, diferenciam-se os direitos sexuais dos direitos reprodutivos. Para Lima (2014), enquanto aqueles são o exercício da sexualidade livre de discriminação e violência, estes são a capacidade de livre organização da vida reprodutiva, na escolha do número de filhos, acesso a métodos contraceptivos, tratamento fertilizante e informações para desfrutar do padrão de saúde sexual e reprodutiva. O presente artigo situa-se, portanto, na análise dos direitos reprodutivos.

Quanto a estes direitos, há previsão expressa na Lei do Planejamento Familiar (Lei n.º 9.263/96), a qual foi recentemente alterada pela Lei 14.443/2022. Dentre outras alterações, o novo dispositivo legal reduziu a idade necessária para o procedimento de laqueadura, atualmente é de mínimo de 21 anos, e revogou a necessidade de consentimento do cônjuge para a esterilização. Também, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 226, parágrafo 7º, dispõe ao casal a livre decisão sobre o planejamento familiar. Contudo, mesmo com a previsão legislativa, o Estado opera em desrespeito ao seu próprio ordenamento jurídico, pois não confere a autonomia decisória do planejamento familiar.

Em um retrospecto histórico, analisa-se o Direito no Brasil sendo marcado pela legitimação das violências e desigualdades de gênero, sendo que desde o período do Brasil colônia as leis já previam o controle esta-

tal sobre o corpo feminino. Não é possível observar, desde o início da constituição do país, alguma preocupação com os direitos reprodutivos das mulheres, uma vez que a mulher à época era tida como objeto e posse masculina.

Nesse sentido, o Código Filipino, que vigorou no país do século XVI ao XIX, outorgava ao homem o poder de castigar sua esposa com pau e pedra, bem como de executá-la em caso de flagrante adultério e até suposição de adultério, dentre outras violências de gênero. Nesse sentido, Miranda (2011) pontua que essa legislação trazia em seu bojo o conservadorismo patriarcal ocorrido na Idade Média, ao que se verifica que não imputava ao marido qualquer pena por castigar a esposa e filhos, bem como o fator de que a exclusividade do pátrio poder era apenas do marido. As disposições legislativas concediam ao homem, então, a superioridade perante às mulheres e o poder de agressão e cerceamento de liberdades e dignidades femininas.

A opressão de gênero, contudo, tem nuances entre as mulheres brancas e as mulheres negras. Haugh (2022) conceitua que, por um lado, a mulher branca era vista como “pura” e frágil, por isso havia seu recolhimento ao espaço doméstico, por outro lado, o mesmo não ocorria com as mulheres não-brancas. Isto pois as mulheres negras eram escravizadas e obrigadas a realizarem o trabalho escravo, servindo aos senhores de escravos. Por isso, a pesquisadora compreende o estupro na época como um elemento de condicionamento da mulher negra ao trabalho, pois associava-se a poligamia e promiscuidade às mulheres africanas, sendo função dos senhores de escravo as disciplinar.

Estas relações primárias no Brasil se consolidaram culturalmente ao longo dos séculos, determinando as características sociais de mulher, feminilidade e maternidade. Sobre essa construção, Haugh (2022) também aponta que as mulheres negras foram socialmente construídas como “mães ruins”, em vista de que estavam a todo o tempo à disposição de uma família branca, na casa dos senhores de escravos, empenhando o cuidado a crianças que não eram seus próprios filhos. Já as mulheres brancas eram as exemplares na maternidade, as “mães boas” e devotas à família, pois, ao contrário das escravas, não realizavam a força de trabalho, e mesmo após a escravidão, os ideais capitalistas alocaram a mulher ao contexto doméstico, do Lar, e do cuidado com os familiares.

Estas construções sociais de gênero, raça e classe são percebidas como ponto ideologicamente central para que fosse construído o modelo de família branca moderna no Brasil, pois impôs a visão sacralizada e capitalista sobre a maternidade, originando o mito do amor materno e a maternidade como elemento natural da mulher, conforme examinado por Haugh (2022), o que aprofundou a subjugação da mulher

ao homem, e criou uma contraposição com a família negra.

Sobre a dominação masculina e a subjetividade feminina, Rodrigueiro (2022) disserta que a dominação masculina frustra a subjetividade feminina e opera para reduzir a função social da mulher a subproduto e coadjuvante dentro do processo civilizatório, o que ocasiona a atribuição de papéis de gênero os quais perpetuam a subalternização feminina. Com esta redução da figura da mulher e de seu corpo como um subproduto, extrai-se a ideia de suas instrumentalizações a favor dos interesses estatais, pois esses entendimentos levam à problemática dos direitos reprodutivos no contexto brasileiro, sendo estabelecidas no Brasil as figuras determinadas das mães ruins e boas.

Preceituadas as noções iniciais, parte-se ao estudo do problema central do artigo: qual o interesse do Estado brasileiro na capacidade reprodutiva feminina? O Estado relega uma parcela de mulheres à falta de direitos e métodos contraceptivos seguros e criminaliza a prática do aborto. Por outro lado, exige-se que outros corpos sejam esterilizados, impedindo a maternidade. À primeira vista, a comparação traduz-se em uma contradição e dicotomia.

Sobre esta dicotomia, Carneiro (2011) disserta:

A descriminalização do aborto, uma bandeira histórica do movimento feminista nacional, encontrou nova e perversa tradução de política pública na voz do governador do estado do Rio de Janeiro [à época], Sérgio Cabral. O governador defende a legalização do aborto com forma de prevenção e contenção da violência, por considerar que a fertilidade das mulheres das favelas cariocas as torna “fábricas de produzir marginais”. Uma reivindicação histórica dos movimentos de efetivação dos direitos reprodutivos das mulheres e de reconhecimento do aborto como questão de saúde pública sobre a qual o Estado não pode se omitir é pervertida em proposta de política pública eivada de ideologia eugenista destinada à interrupção do nascimento de seres humanos considerados potenciais marginais. No lugar do respeito ao direito das mulheres de decidir sobre a própria concepção, coloca-se como diferença radical de perspectiva a indução ao aborto, pelo Estado, como “linha auxiliar” no combate à violência. (Carneiro, 2011, p. 131)

A afirmação da autora de que a fertilidade das mulheres faveladas são sinônimos de “fábricas de produzir marginais”, fato que legitimaria o aborto, é ponto fundamental para o exame da problemática. Isto porque a atitude do governador à época denota o poder do Estado em determinar quem pode ser mãe e quem não pode, bem como de realizar um controle de natalidade a partir de qual contexto social familiar estaria em análise. Isto é, uma vez que as mulheres marginalizadas poderiam abortar em favor da prevenção à violência na cidade, confunde-se o direito reprodutivo e a ideia de autonomia com um mecanismo político para contenção da marginalidade.

Na mesma linha, foi o caso de Janaína Aparecida Quirino, uma mulher em situação de rua que teve sua esterilização compulsória determinada a pedido do Ministério Público de São Paulo. Em retrospecto sobre o caso, como tratava-se de uma mulher com sete filhos, histórico de dependência química, em situação de rua, Sturza, Nielsson e Andrade (2020) compreendem esta situação como uma ingerência indevida do Estado sobre o corpo daquela mulher, ao passo em que violou os seus direitos sexuais e reprodutivos.

Isto é, por ser uma mulher que aos olhos do Estado não teria condições necessárias para cuidar de seus filhos em razão de sua vulnerabilidade social e de ser mãe de outras sete crianças, poderia ter desrespeitada a sua autonomia reprodutiva. Nesse sentido, conforme o preceituado por Carneiro (2011), seria Janaína considerada pelo Estado como uma “fábrica de produzir marginais”, pois lhe foi retirada a sua autonomia quanto à capacidade reprodutiva e gestacional por razões das condições sociais da mulher.

Sobre a questão da “limpeza social”, esta seria um instrumento do embranquecimento no Brasil, fenômeno estudado por Abdias do Nascimento. Nascimento (1978) pontua que durante a escravidão, a política de embranquecimento servia para limitar o crescimento da população negra no país, e que após o período escravagista, o poder coativo das classes dirigentes brancas era um instrumento que concedia ou negava ao negro no Brasil mobilidade sociopolítica e econômica. Evidencia-se que limitar quem pode e quem não pode ser mãe caminha no mesmo sentido de uma política de embranquecimento no país, pois atinge principalmente as mulheres marginalizadas.

Com as noções de controle de natalidade para evitar um contexto de hipotético alastramento e propiciamento da marginalidade, o Estado atua na retirada do poder de escolha livre e independente da mulher em tornar-se ou não mãe, bem como não confere o planejamento familiar de acordo com os interesses da mulher e de sua família. Estrutura-se

assim a manutenção de eliminar as vidas que seriam “indesejáveis” ao capitalismo, sendo ações essencialmente patriarcais, racistas e elitistas, pois atinge potencialmente as mulheres negras e pobres.

No mesmo sentido, é a criminalização do aborto, vedação que retira a autonomia e capacidade da mulher em decidir se quer ou não prosseguir com a gestação. A gravidez implica na maternidade, e a ausência de autodeterminação da mulher acerca daquela gestação implica na maternidade compulsória, sem o desejo de ser mãe. Para Denora (2018) ao criminalizar o aborto, se prioriza o feto e coloca a mulher em segundo plano, submetendo os interesses femininos à condição gestacional e impondo a maternidade de forma compulsória.

Sobre este ponto, faz-se necessário ressaltar que a imposição da maternidade é um dos elementos que externaliza o empenho do Estado ao criminalizar a prática abortiva. Isso porque esta imposição contribui para a reprodução social, que é entendida como um trabalho reprodutivo, que engloba a gama de atividades dedicadas à manutenção da vida de uma pessoa. Como exemplo, cita-se o trabalho doméstico, que é uma parte da reprodução social por se tratar do cuidado com a casa, com os filhos, com o marido e com a família, podendo ser exercido tanto de forma gratuita, quanto de forma remunerada. Aqui, se atenta especificamente ao trabalho não remunerado, majoritariamente realizado por mulheres em favor de sua família.

Este trabalho é a base para o avanço do processo capitalista, ao passo em que fornece as condições necessárias para o exercício do trabalho remunerado. Segundo Ferguson e McNally (2023) a raiz da opressão às mulheres sob o sistema capitalista relaciona-se com o lar e a reprodução do capital, para que haja a regulação da capacidade biológica e produção da próxima geração de trabalhadores. É o que os autores conceituam como a “reposição geracional” destas condições, pois ocorre a reposição da força de trabalho diariamente a partir da reprodução social.

É possível inferir que a criminalização do aborto perpetua a reprodução social e a subjugação da mulher-esposa-mãe ao homem-marido-pai. No mais, se revela como um mecanismo que aprofunda e realiza a manutenção da desigualdade socioeconômica e social, conforme Rodrigueiro (2022) pontua. Desta forma, também a esterilização compulsória de mulheres negras e pobres, instrumentalizada como forma de controle social pelo Estado, que com políticas de embranquecimento, propicia esta manutenção da desigualdade de gênero, social e, inclusive, racial.

O desmantelamento dos direitos reprodutivos no Brasil demonstra que o país pouco avançou na

conferência de autonomia do corpo da mulher e da família em dispor sobre seu próprio planejamento familiar. Não somente, comprova o desrespeito do Estado brasileiro a seu próprio ordenamento jurídico.

CONCLUSÃO

Em que pese a existência de uma disposição legal dos direitos reprodutivos, nota-se que o Estado os desrespeita na intenção de promover a higiene social e manutenção da reprodução social, selecionando os corpos que podem ou não reproduzirem. Nesse sentido, o período colonial e os contextos dos papéis de gênero à época conferidos são de suma importância para entender os reflexos que até hoje perpetuam. Isso porque a reprodução, além de ser um problema de gênero, é também um problema social e racial, haja vista que a construção social das mulheres desde o período escravista é responsável pelos ideais atuais: enquanto a mulher branca é uma mãe boa, a mulher negra seria uma mãe ruim.

Estas percepções sociais acarretam na prática de criminalização do aborto como manutenção para a reprodução social brasileira, especialmente no que concerne ao trabalho doméstico não remunerado e exercido em maior número pelas mulheres. Nessa toada é que se concentra a Teoria da Reprodução Social, ao dispor que este trabalho não remunerado fornece as condições necessárias para a classe trabalhadora exercer sua força de trabalho e as repõe geracionalmente e diariamente. Como consequência disso, os direitos reprodutivos acabam condicionados à maternidade compulsória, restringindo os direitos individuais femininos perante ao princípio da continuidade da família e da reprodução social.

Outrossim, destaca-se que a esterilização social, em razão de ser motivada por razões eugênicas e de limpeza social, é responsável por provocar o aprofundamento da desigualdade social no país, uma vez que busca evitar gestações e formações de famílias que o Estado considera como desvio de padrão socialmente esperado. Ratifica-se a compreensão a partir do estudo do caso de Janaína, mulher em situação de rua que teve sua laqueadura realizada compulsoriamente e a pedido do órgão ministerial do país. Assim, ao impedir a gestação de determinadas mulheres, em decorrência de suas condições econômicas e/ou sociais, evita-se a procriação de pessoas marginalizadas.

Conclui-se que há um interesse estatal no corpo feminino, confirmando a intenção sócio-político-econômica do Estado em intervir no direito reprodutivo da mulher a partir da instrumentalização de seu corpo e de sua capacidade reprodutiva.

Assim, o Estado atua como interventor na falsa liberdade de reprodução e planejamento familiar, de modo que as razões e efeitos desta intervenção se tornam um problema não somente de gênero, mas também racial e social, revelando-se intrinsecamente relacionado às estruturas capitalistas, por ser um sistema que tem como base as opressões de gênero, raça e classe.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. Consciência em debate**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

DENORA, Emmanuella. **(Re)Apropriando-se de seus corpos: direito das mulheres ao aborto seguro e à dignidade reprodutiva**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. E-book – Edição do Kindle (não paginado).

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero: Introdução de Marxismo e a opressão às mulheres na série *Historical Materialism*. In: VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária / Lise Vogel**; tradução da Equipe de Tradução do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS); Camila Carduz Rocha... [et al.] - 1 ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2022. p. 55-95.

HAUGH, Marianna. **TRABALHO REPRODUTIVO E FORMA JURÍDICA: as novas conformações da mulher enquanto sujeito do direito no neoliberalismo**, 2022. 191f. Dissertação (Mestrado em Direito do Trabalho e Seguridade Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

LIMA, Sarah Dayanna Lacerda Martins. Os direitos reprodutivos das mulheres e a comissão interamericana de direitos humanos: uma análise dos casos admitidos entre 2000 e 2013. **Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos**, v. 14, n. 14, 2014. p. 335-350.

MIRANDA, Maria Bernadete. Homens e Mulheres: A isonomia conquistada. **Revista Eletrônica Direito, Justiça e Cidadania**, v. 2, n. 1º, 2011, p. 1-31.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro. Processo de um Racismo Mascarado**. 1 ed - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 183p.

RODRIGUEIRO, Marina. **O COMPROMISSO DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO COM A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO BINÔMIO PATRIARCADO-CAPITALISMO: Um estudo a partir da Teoria da Reprodução Social**, 2022. 100f. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) - Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho, 2022.

STURZA, Janaína Machado; NIELSSON, Joice

Graciele; ANDRADE, Estela Parussolo de; A violação ao direito à saúde reprodutiva através da instrumentalização do corpo da mulher: o caso Janaína Aparecida Quirino e a esterilização feminina no Brasil. **Rev. Faculdade de Direito**. p. 1-32, jun., 2020.

PET SAÚDE: INCLUSÃO E EQUIDADE NO AMBIENTE DE TRABALHO DO SUS

I, V, NATÁLIA¹, F, M, A, MICHELLE², L, J, ADRIANO³, C, P, L, ANNA CAROLINA⁴, M, K, JÉSSICA⁵

1. Mestranda em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CCS - nataliaviana1225@gmail.com

2. Docente do curso de Fisioterapia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná UENP/CCS

3. Psicólogo, Orientador pelo projeto de Psicologia da ONG Núbia Rafaela Nogueira

4. Docente do curso de Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Norte do Paraná UENP/CHE

5. Docente do curso de Fisioterapia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná UENP/CCS

PALAVRAS-CHAVE

Diversidade;
Equidade;
Inclusão;
Educação em saúde.

KEYWORDS

Diversity;
Equity;
Inclusion;
Health education.

GÊNERO, SEXUALIDADE E SAÚDE

RESUMO

INTRODUÇÃO: Equidade em saúde exige que, idealmente, os indivíduos devem ter justas oportunidades para desenvolver seu potencial em saúde e que ninguém deve estar em desvantagem para alcançá-lo. O PET-Saúde é um programa que objetiva a qualificação da integração do ensino com a realidade dos serviços de saúde, aprimorando, na prática, as competências dos profissionais da saúde, dos docentes, bem como dos estudantes dos cursos de graduação na área da saúde. **OBJETIVOS:** Relatar as experiências vivenciadas pelos participantes do eixo 1 pertencentes ao projeto PET-Saúde de acordo com as ações realizadas sobre a comunidade LGBTQIAPN+. **METODOLOGIA:** Trata-se de um relato de experiência vivenciado pelo eixo 1, pertencente a um projeto de extensão, lançado em maio de 2024. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A partir das reuniões realizadas foi possível compreender e identificar as demandas que serão enfrentadas pelos discentes na implementação dos objetivos estabelecidos pelo projeto. Foram convidados profissionais capacitados para realização de palestras e rodas de conversas, com intuito de instigar os participantes a relatarem seus conhecimentos prévios, dúvidas e relatos pessoais sobre as temáticas. Carvalho (2020) ressalta que a igualdade no acesso e a pluralidade das necessidades de uma população pressupõem que, em um sistema de saúde, o setor público faça a distribuição dos serviços de saúde corresponder ao perfil das necessidades das populações. **CONCLUSÃO:** Foi extremamente enriquecedor para o desenvolvimento acadêmico, aproximando os estudantes da vivência e dos problemas existentes na saúde pública no município e incentivando reflexões e sugestões para melhorias.

INTRODUÇÃO

O conceito de equidade em saúde foi formulado por Margaret Whitehead, cujo contexto de definição tem como objeto de valor a criação de igualdade de oportunidades no âmbito do acesso à saúde. Neste sentido, equidade em saúde exige que, idealmente, os indivíduos devem ter justas oportunidades para desenvolver seu potencial em saúde e que ninguém deve estar em desvantagem para alcançá-lo (WHITEHEAD, 1991).

A equidade em saúde, portanto, atua como um mecanismo corretor das desigualdades, uma vez que as políticas adotadas deveriam minimizar ou eliminar

as diferenças em saúde decorrentes de fatores evitáveis e injustos (PAIM, 2006). Com isso, a noção de equidade se torna cada vez mais relevante, especialmente no que diz respeito à distribuição de recursos. A ideia é que apenas as necessidades diferenciadas de saúde orientem o acesso ao SUS, dando prioridade àqueles que mais precisam, com o objetivo de promover a igualdade (NORONHA; LIMA; MACHADO, 2012).

O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) integra a agenda dos recursos humanos em saúde do Brasil há 15 anos. O PET-Saúde tem como premissa a qualificação da integração do en-

sino com a realidade dos serviços de saúde, aprimorando, na prática, as competências dos profissionais da saúde, dos docentes das universidades, bem como de estudantes dos cursos de graduação de diversas áreas (MINISTÉRIO DA SAÚDE). A proposta da 11ª edição do PET-Saúde é que os projetos selecionados desenvolvam iniciativas que contribuam para formação de futuras(os) profissionais, bem como para criação e ampliação das condições necessárias ao exercício da valorização de trabalhadoras(es) e futuras(os) trabalhadoras(es) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), em conformidade com o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça, Etnia e Valorização das Trabalhadoras no SUS.

O programa conta com três grupos distintos, sendo estes denominado “Eixos”, no qual cada um possui sua temática e relevância dentro do projeto. O Eixo 1, possui como premissa a ampliação da discussão sobre gênero, identidade de gênero, sexualidade, raça e etnia, buscando evitar formas de discriminação sistêmica no ambiente de trabalho, sobretudo contra as pessoas trabalhadoras e futuras trabalhadoras no SUS; além de desenvolver e implementar medidas amplas e inclusivas destinadas a aprimorar a acessibilidade no ambiente de trabalho para profissionais de saúde com deficiência, garantindo condições propícias à plena participação e contribuição desses trabalhadores, promovendo assim um ambiente de trabalho mais equitativo e inclusivo.

Dessa forma, este estudo possui como objetivo relatar as experiências vivenciadas pelos participantes do eixo 1 pertencentes ao projeto PET-Saúde de acordo com as ações realizadas sobre a comunidade LGBT-QIAPN+.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência vivenciado pelo eixo 1 sobre um dos temas-chaves, pertencente a um projeto de extensão, sob o edital da 11ª edição do PET-Saúde, lançado em maio de 2024, vinculado entre Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e Secretaria Municipal de Jacarezinho-PR, constituído por discentes e docentes, sendo estes bolsistas e voluntários, cujo fazem parte de diversos cursos pertencentes à Universidade, sendo: Enfermagem, Fisioterapia, Educação Física, Odontologia, Direito e Ciências Biológicas, além de contar com profissionais atuantes no âmbito da atenção primária de Jacarezinho.

As ações foram desenvolvidas durante o período de 15 de maio a 24 de julho de 2024, no qual contaram com a realização de reuniões semanais nas segundas ou quartas-feiras, de forma presen-

cial no Centro de Ciências da Saúde/UENP e para aqueles que não possuíam disponibilidade, as reuniões também foram transmitidas remotamente a partir do recurso *Google Meet*.

Atualmente conta com a participação de 26 indivíduos, sendo destes, um coordenador, três preceptores e demais participantes alunos e professores da instituição.

O intuito do eixo é promover a valorização das trabalhadoras e futuras trabalhadoras no âmbito do SUS, Gênero, Identidade de Gênero, Sexualidade, Raça, Etnia, Deficiências e as interseccionalidades no trabalho na saúde, para isso, inicialmente foi traçado como meta a capacitação dos próprios participantes do projeto, para alinhamento teórico e conceitual sobre as temáticas, e consequentemente, estarem aptos a difundir as informações de forma verídica, atualizada e didática. Posteriormente os alunos realizaram a confecção de um formulário para aplicação nas UBSs (Unidade Básica de Saúde) e locais selecionados para traçar o perfil do público que será trabalhado.

Foi iniciada uma terceira etapa do projeto, na qual consta com as visitas aos locais selecionados com intuito de transmitir o conhecimento e aplicar o formulário de rastreamento epidemiológico. Os locais foram escolhidos por meio do conhecimento prévio dos trabalhadores da enfermeira chefe, sendo eles: UBS do Aeroporto, da Filipack e São Pedro, e a Casa Rosa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das reuniões realizadas foi possível compreender e identificar as demandas que serão enfrentadas pelos discentes na implementação dos objetivos estabelecidos pelo projeto, dessa forma, foram realizadas no total 10 encontros.

Foram convidados profissionais capacitados para realização de palestras e rodas de conversas, com intuito de instigar os participantes a relatarem seus conhecimentos prévios, dúvidas e relatos pessoais sobre as temáticas, dentre eles cita-se Ana Paula Biondo Lhamas, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência Faculdade de Ciências, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/BAURU), professora do curso de ciências biológicas pela UENP e Luiz Fabiano Zanatta, doutor em enfermagem pelo programa de Enfermagem da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), professor adjunto no curso de enfermagem pela UENP, onde concentra seus trabalhos nas linhas de pesquisa: “A integridade física e emocional de jovens e adolescentes, educação popular em saúde; Sexualidades e Gênero”, os quais falaram sobre o tema.

Posteriormente, os próprios alunos foram incumbidos de realizarem uma palestra sobre o tema, com a missão de levarem esses saberes aos profissionais de saúde do município.

Para aprimoramento dessas apresentações foi realizada uma minuciosa correção dos slides, nos aspectos ortográficos, disposição de imagens, design e até mesmo na postura e apresentação dos alunos. Os alunos apresentaram a palestra para os participantes do Eixo 1, e após correções para todos os participantes do PET-Saúde da UENP.

Além disso, foram criados questionários on-line (*Google Forms*) sobre a temática com a finalidade de levantar dados epidemiológicos sobre os profissionais e seus conhecimentos prévios quanto o tema (LGBTQIAPN+). Tais informações servirão para direcionar os níveis de aprofundamento das palestras que serão dadas para os trabalhadores no próximo momento.

Por fim, foram estabelecidos os locais para realização dessas ações, contando com a participação de UBSs (Aeroporto, Filipack e São Pedro) e a Casa Rosa de Jacarezinho. Para o entrelaçamento entre o projeto e profissionais da saúde foi realizada uma visita em um dos locais estabelecidos, no qual de forma inicial contou com a apresentação dos trabalhadores da saúde, e uma discussão quanto suas maiores dificuldades enfrentadas com os pacientes da comunidade LGBTQIAPN+ usuários da UBS em questão, déficits na rede de saúde e discussão de possíveis métodos para melhor implantação do projeto nas unidades.

Diante do exposto, Carvalho (2020) ressalta que a igualdade no acesso e a pluralidade das necessidades de uma população pressupõem que, em um sistema de saúde, o setor público faça a distribuição dos serviços de saúde corresponder ao perfil das necessidades das populações. Para tanto, na Atenção Primária à Saúde (APS), a Estratégia de Saúde da Família (ESF) surge na tentativa de reorientação do modelo assistencial mais próximo da vida das pessoas, desenvolvendo uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia dos indivíduos e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades (CONASS, 2011).

Além disso, ressalta-se a importância do projeto de extensão no meio social, visto que como processo educativo, a extensão universitária proporciona o intercâmbio entre o saber e o fazer, por meio da aplicação prática dos conhecimentos adquiridos no ambiente da sala de aula, articulando o processo de ensino por meio da ação em cenários reais (COSTA *et al.*, 2015; OLIVEIRA; ALMEIDA JÚNIOR, 2015; MOIMAZ *et al.*, 2015; CALIL *et al.*, 2016; CORTEZ; SILVA, 2017; RIOS; CAPUTO, 2019).

O aluno por meio da ação extensionista, direcionado e estimulado pelo docente, tem a oportunidade

de demonstrar e aprimorar seu conhecimento, elaborar planejamentos e aplicar metodologias ativas para abordagem mais assertiva junto à comunidade. Desta forma, o desenvolvimento da estratégia permite o aprimoramento de competências, habilidades e atitudes, além das assimiladas na sala de aula (DESLANDES; ARANTES; 2017).

Figura 1. Reunião com integrantes do Eixo 1. Fonte Própria



Figura 2. Apresentação em reunião geral do PET-Saúde com a temática Comunidade LGBTQIAPN+. Fonte Própria



Figura 3. Primeira visita realizada pelo eixo à UBS aeroporto de Jacarezinho. Fonte Própria



CONCLUSÃO

O projeto PET-Saúde proporcionou aos acadêmicos uma experiência única, no qual possibilitou aliar a teoria às atividades práticas. Foi extremamente enriquecedor para o desenvolvimento acadêmico, aproximando os estudantes da vivência e dos problemas existentes na saúde pública no município e incentivando reflexões e sugestões para melhorias, além de poder proporcionar esses conhecimentos a outros profissionais.

A integração entre os diversos cursos da área, demonstra que é possível existir uma articulação entre diferentes formações acadêmicas no intuito de obter ideais em comum e traçar objetivos que culminem em respostas positivas para quem os realiza.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Atenção Primária e Promoção da Saúde. Brasília: CONASS; 2011. (Coleção Progestores: Para Entender a Gestão do SUS).
- CALIL, L. N. et al. Cuidado à Saúde da Mulher na Extensão Universitária: abordagem de uma experiência. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador, v. 40, n. 3, p. 796-807, 2016.
- CARVALHO, A. M. P.; SILVA, G. A.; RABELLO, E. T. A equidade no trabalho cotidiano do SUS: representações sociais de profissionais da Atenção Primária à Saúde. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 28, n. 4, p. 590-598, dez. 2020.
- CORTEZ, E. A.; SILVA, L. M. Pesquisa-Ação: promovendo educação em saúde com adolescentes sobre infecção sexualmente transmissível. **Revista de Enfermagem UFPE online**, Recife, v. 11, n. 9, p. 3642-9, set. 2017.
- COSTA, D. V. S. et al. Extensão Universitária na Promoção da Saúde Infantil: analisando estratégias educativas. **Revista Ciência em Extensão**, v. 11, n. 1, p. 25-31, 2015.
- DESLANDES, M. S.; ARANTES, A. R. Extensão Universitária como Meio de Transformação Social e Profissional. **Sinapse Múltipla**, v. 6, n. 2, p. 179-183, 2017.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Oficina Nacional do PET-Saúde Equidade**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sgtes/eventos/oficina-nacional-do-pet-saude-equidade>. Acesso em: 27 jul. 2024.
- MOIMAZ, S. A. S. et al. Extensão Universitária na Ótica de Acadêmicos: o agente fomentador das Diretrizes Curriculares Nacionais. **Revista da ABENO**, v. 15, n. 4, p. 45-54, 2015.
- NORONHA, J. C.; LIMA, L. D.; MACHADO, C. V. Sistema Único de Saúde – SUS. Políticas e sistemas de saúde no Brasil. Rio Janeiro: **Fiocruz**; 2012. p. 365-93.
- OLIVEIRA, F. L. B.; ALMEIDA JÚNIOR, J. J. Motivações de Acadêmicos de Enfermagem Atuantes em Projetos de Extensão Universitária: a experiência da faculdade Ciências da Saúde do TRAIRÍ/UFRRN. **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 36-44, 2015.
- PAIM, J. S. Equidade e reforma em sistemas de serviços de saúde: o caso do SUS. **Saúde e Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 34-46, ago. 2006.
- RIOS, D. R. S.; CAPUTO, M. C. Para Além da Formação Tradicional em Saúde: experiência de educação popular em saúde na formação médica. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 43, n. 3, p. 184-195, 2019.
- WHITEHEAD, M. The concepts and principles of equity and health. **Health Promotion International**, v. 6, n. 3, p. 217-228, 1991.

DA DESCONSTRUÇÃO À DESARTICULAÇÃO: PÓS-ESTRUTURALISMO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O FEMINISMO

Noronha, Isabella D'Aquino Marcondes¹, Ferraz, Marília Côrtes de²

1. Discente do Curso de Graduação em Filosofia Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ/PIBIC/Fundação Araucária - i.dmnoronha@gmail.com

2. Graduada em Filosofia (UEL), Mestre (UNICAMP) e Doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo – USP Professora Adjunta da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ e coordenadora do Colegiado do Curso de Filosofia

PALAVRAS-CHAVE

Pós-estruturalismo;
Feminismo;
Desconstrução;
Sujeito;
Lutas políticas.

KEYWORDS

Poststructuralism;
Feminism;
Deconstruction;
Subject;
Political Struggles.

GÊNERO, SEXUALIDADE E LUTA DE CLASSES

RESUMO

Nesta pesquisa, pretendo analisar as implicações do pós-estruturalismo nas dinâmicas das lutas políticas, com enfoque no feminismo, investigando as críticas sobre a desconstrução do sujeito e das categorias sociais e políticas. O pós-estruturalismo, especialmente por meio do conceito de desconstrução proposto por Jacques Derrida, tem exercido uma influência significativa sobre o pensamento feminista contemporâneo. O objetivo, portanto, é examinar como a desconstrução, ao fragmentar e individualizar as lutas coletivas, questiona a concepção de realidade objetiva e a interpreta como uma construção discursiva, o que, a meu ver, pode enfraquecer as bases comuns para a mobilização política. De um ponto de vista metodológico, utilizarei uma abordagem teórica, analisando alguns textos fundamentais do pós-estruturalismo e estudos feministas que abordam a desconstrução do sujeito. Os resultados esperados incluem a identificação de como a desconstrução das metanarrativas e das categorias sociais e políticas fixas, como a categoria sexual “mulher”, produz impactos negativos no que diz respeito à organização e à representação dos movimentos feministas. A discussão abordará as consequências da fragmentação dos propósitos coletivos e a dificuldade em consolidar uma identidade política coesa, argumentando que a percepção de uma realidade fluida e relativa compromete a possibilidade de uma análise crítica e eficaz de ação política. Concluo que, embora a desconstrução ofereça uma crítica às normas patriarcais, as teorias pós-estruturalistas em geral, ao se restringirem a abordagens que não viabilizam uma transformação substancial da realidade, enfraquecem as lutas feministas, dificultando a construção de uma agenda política coesa e a implementação de mudanças significativas na realidade.

INTRODUÇÃO

O pós-estruturalismo e o pós-modernismo, embora frequentemente confundidos, são conceitos distintos que emergiram como respostas críticas ao estruturalismo e ao modernismo, respectivamente. O modernismo filosófico promoveu a crença no avanço do conhecimento por meio da experiência e dos métodos científicos, conferindo primazia à razão como caminho fundamental para o progresso humano. Em contraste, o pós-modernismo representa uma ruptura com esses ideais, caracterizando-se pela

desconfiança em relação às metanarrativas e ao sujeito racional centralizado. Esse movimento celebra a fragmentação, a pluralidade e a indeterminação das identidades, significados e estruturas sociais. O pós-estruturalismo, embora compartilhe com o pós-modernismo a crítica às estruturas fixas e totalidades, concentra-se na desconstrução das categorias tradicionais de análise social, frequentemente vistas como universais e essenciais nas ciências sociais e na filosofia, questionando a noção de uma realidade objetiva, tais como as categorias de sujeito, identidade,

verdade, classe etc. De acordo com essa perspectiva, tanto as ideias quanto a própria realidade são interpretadas como narrativas, textos ou discursos sujeitos a múltiplas interpretações, variando conforme o contexto cultural. Ou seja, há uma crítica à noção de uma realidade objetiva e formalmente definida, sugerindo que o entendimento da realidade é sempre mediado pela linguagem e pelo poder. Essa abordagem, que valoriza a contingência e as relações dinâmicas, teve um impacto significativo nas lutas coletivas, especialmente na do feminismo. A desconstrução, um conceito central proposto por Jacques Derrida, visa dismantlar estruturas hierárquicas e binárias do pensamento tradicional, promovendo uma visão mais fragmentada e relacional da realidade. Derrida compreende a desconstrução como uma abordagem para analisar e desafiar o pensamento ocidental. Em vez de ser uma filosofia ou um método específico, a desconstrução é uma “estratégia” para questionar e desmontar ideias e sistemas estabelecidos, revelando suas contradições e desigualdades (MENESES, 2013). No entanto, essa tentativa de desconstruir categorias tradicionais, como, por exemplo, classe e gênero, tem gerado intensos debates nos movimentos feministas. O estado atual da arte revela um campo de debate polarizado. Defensores do pós-estruturalismo, como Judith Butler, veem na desconstrução uma oportunidade de desafiar e subverter narrativas dominantes, promovendo maior pluralidade e inclusão. Entretanto, críticos como Kathleen Stock, argumentam que essa abordagem pode levar à fragmentação dos movimentos sociais, enfraquecendo a capacidade de articulação em torno de causas comuns. O feminismo de raiz, em particular, assume o desafio de criticar radicalmente as categorias fixas, como a de gênero, mas o faz de maneira distinta do feminismo pós-estruturalista ou contemporâneo. Enquanto o feminismo de raiz questiona o conceito de gênero em sua própria base, movimentos como o queer buscam ressignificá-lo, transformando-o de uma fonte de opressão em uma forma de identidade. Essa abordagem desconstrutiva do pós-estruturalismo, a meu ver, é essencialmente reformista. Diante desse cenário, surge uma tensão entre a necessidade de reconhecer a complexidade das identidades e a urgência de mobilizar forças em torno de objetivos concretos. Na medida em que o pós-estruturalismo convida a uma reflexão profunda sobre a fluidez das categorias sociais e, sobretudo, questionando as bases mesmas da opressão, o feminismo de raiz insiste na importância de categorias estáveis para estruturar lutas eficazes contra a desigualdade e a injustiça especialmente em relação às classes sexuais. Essa tensão se reflete em debates sobre a eficácia das estratégias feministas contemporâneas. De um lado, a desconstrução das categorias de classe, sexo e gênero é vista como essencial para libertar indivíduos das normas restritivas impostas pela sociedade patriarcal. De outro, há um temor de que, ao desconstruir essas catego-

rias, se perca a capacidade de identificar e combater as formas estruturais de opressão que afetam grupos específicos, tais como o das mulheres. Assim, o feminismo de raiz propõe uma abordagem que, embora aberta à crítica pós-estruturalista, não abandona a necessidade de preservar certas categorias que possam servir como base para a ação coletiva. A ideia é que, ao mesmo tempo em que reconhecemos a construção social das identidades, não podemos ignorar as realidades materiais e históricas que sustentam a opressão. Portanto, o desafio reside em conciliar a realidade de que há, de fato, uma fluidez identitária, com a urgência de demandas políticas concretas, baseadas em realidades materiais, que busquem formas de articulação que não sacrifiquem nem a complexidade das subjetividades humanas, nem, tampouco, a preservação de categorias fixas, tais como as de classes sexuais, para uma leitura adequada da realidade que, por sua vez, possibilite transformações eficazes. Uma coisa não deveria atrapalhar a outra.

METODOLOGIA

Por se tratar de uma pesquisa de natureza filosófica, utilizaremos o método de levantamento e pesquisa bibliográfica, seguido de leituras, fichamentos e discussões dos textos elencados na bibliografia. Partiremos de uma análise crítica de obras que tratam da relação entre as teorias pós-estruturalistas e os movimentos feministas, tais como *Desfazendo o Gênero: A Vida Psíquica do Poder: Teorias da Sujeição; Discurso de ódio: Uma política do performativo*, de Judith Butler, além de *Material Girls: Por que a realidade importa?* de Kathleen Stock e o artigo *Fim do sujeito? Crítica aos extremos pós-modernos e pós-estruturais da teoria curricular* de Márcen de Pádua Ribeiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa evidenciam uma complexa tensão no campo do feminismo contemporâneo, derivada da influência crescente do pós-estruturalismo e, em especial, da adoção da desconstrução como ferramenta analítica. A investigação dos textos fundamentais do pós-estruturalismo, citados acima, aliados a estudos feministas críticos, como em *Material Girls: por que a realidade importa para o feminismo* de Stock (2023), revela que a desconstrução de categorias sociais e políticas fixas, como “mulher”, “gênero” e “classe”, tem produzido impactos significativos, tanto positivos quanto negativos, na forma como os movimentos feministas articulam suas demandas e estruturam suas ações. Por um lado, a desconstrução tem permitido a ampliação do discurso feminista, rompendo com a noção de um sujeito feminino universal e homogêneo. Ao desestabilizar categorias previamente vistas como essenciais, o pós-

-estruturalismo abre espaço para uma multiplicidade de vozes e experiências, especialmente aquelas de grupos marginalizados no interior do próprio feminismo, como mulheres negras, LGBTQIA+, e mulheres de diferentes contextos e extratos culturais e sociais. Essa pluralização do feminismo contribui para uma maior inclusividade e uma compreensão mais complexa das interseccionalidades que atravessam as materialidades. Entretanto, os resultados também indicam que essa fragmentação das categorias pode enfraquecer a capacidade dos movimentos feministas de se organizarem em torno de objetivos comuns. A crítica à essencialização, enquanto necessária para desconstruir normas opressivas, pode levar à perda de coesão política, dificultando a mobilização de um grande número de pessoas em torno de demandas específicas. Movimentos sociais tradicionalmente se baseiam em identidades coletivas fortes para articular suas lutas e criar uma solidariedade entre seus membros. Quando essas identidades são desconstruídas a ponto de perderem sua eficácia como ferramentas de organização, há o risco de que o movimento se torne mais difuso e menos eficaz. A discussão sugere que, embora a desconstrução tenha sido fundamental para desafiar estruturas patriarcais e abrir novas possibilidades de entendimento e inclusão, ela também apresenta desafios significativos para a prática política feminista. Um dos principais desafios identificados é o equilíbrio entre a crítica pós-estruturalista às categorias fixas e a necessidade de manter uma base de identidade que possa sustentar a ação coletiva. O feminismo de raiz, por exemplo, argumenta que, sem categorias relativamente estáveis como a categoria “mulher”, é difícil articular uma agenda política que possa enfrentar de maneira eficaz as estruturas de poder que perpetuam a subjugação do sexo feminino. Outro ponto de discussão relevante é a percepção de que a fragmentação identitária promovida pelo pós-estruturalismo pode, paradoxalmente, reforçar certas formas de poder, ao enfraquecer a capacidade de os movimentos feministas se organizarem contra as opressões sistêmicas. A desconstrução, ao promover a fluidez e a contingência, pode inadvertidamente desviar o foco das condições materiais que sustentam as desigualdades, levando a uma política que, apesar de teoricamente inclusiva, torna-se menos capaz de provocar transformações sociais concretas. Os resultados desta pesquisa apontam para a necessidade de um feminismo que consiga integrar as críticas pós-estruturalistas à identidade e ao sujeito com uma estratégia política robusta. Isso implica desenvolver novas formas de solidariedade e organização que, embora reconheçam a complexidade e a fluidez das identidades, sejam capazes de mobilizar as pessoas em torno de causas comuns. Em outras palavras, é crucial que o feminismo contemporâneo encontre maneiras de utilizar a desconstrução como uma ferramenta de análise sem que isso comprometa sua capacidade de ação coletiva. Finalmente, conclui-se

que o futuro do feminismo depende da capacidade de seus teóricos e ativistas navegarem pelas complexidades introduzidas pelo pós-estruturalismo. A desconstrução oferece oportunidades para repensarmos as formas de organização e as bases identitárias, mas também exige uma reavaliação cuidadosa de como essas ideias são aplicadas na prática. Se o feminismo conseguir conciliar a fluidez identitária com a necessidade de uma agenda política coesa e eficaz, ele poderá não apenas resistir às críticas, mas também se fortalecer em sua luta pela emancipação feminina em sua totalidade.

CONCLUSÃO

A pesquisa revelou que a influência do pós-estruturalismo, em particular no que se refere ao conceito de desconstrução, exerce um papel duplo nas dinâmicas das lutas feministas contemporâneas. De um lado, a desconstrução tem sido fundamental para ampliar o escopo do feminismo, permitindo a inclusão de uma diversidade maior de vozes e experiências ao questionar categorias fixas e essencializadas como as de “mulher” e “gênero”, por exemplo. Essa abertura para a pluralidade desafia as normas patriarcais e oferece uma crítica profunda às estruturas tradicionais de poder. Por outro lado, a mesma desconstrução que promove a pluralidade também apresenta importantes desafios para a coesão e eficácia dos movimentos feministas. Ao fragmentar as categorias sociais e políticas que historicamente serviram de base para a organização coletiva, a desconstrução pode enfraquecer a capacidade de articulação em torno de objetivos comuns. A perda de uma identidade coletiva forte pode dificultar a mobilização e a construção de uma agenda política unificada, o que é essencial para enfrentar de maneira eficaz as formas estruturais de opressão. O feminismo de raiz, ao propor a manutenção de certas categorias operacionais como base para a ação política, oferece uma via de conciliação entre as críticas pós-estruturalistas e a necessidade de coesão. Essa abordagem sugere que, enquanto se faz necessário reconhecer a construção social das identidades, também é vital manter pontos de articulação que permitam a organização e a mobilização em torno de demandas concretas. A partir dessas considerações, conclui-se que, embora o pós-estruturalismo tenha proporcionado ao feminismo ferramentas valiosas para desconstruir normas opressivas e ampliar a inclusão, é essencial encontrar um equilíbrio que permita a utilização dessas ferramentas sem comprometer a capacidade de ação política. Quer dizer, a construção de uma agenda feminista que consiga integrar a crítica pós-estruturalista à identidade e ao sujeito, com a necessidade de uma coesão política, será crucial para o futuro das lutas feministas e para a realização de mudanças sociais efetivas.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

BUTLER, J. *Desfazendo gênero*. Tradução: Aléxia Bretas, Ana Luiza Gussen, Beatriz Zampieri, Gabriel Lisboa Ponciano, Luís Felipe Teixeira, Petra Bastone e Victor Galdino. Coordenação de Tradução: Carla Rodrigues. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

BUTLER, J. *Discurso de ódio: uma política do performativo*. Tradução de Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

MENESES, R. *A desconstrução em Jacques Derrida: o que é e o que não é pela estratégia*. Universitas Philosophica, v. 60, n. 30, p. 177–204, jan.-jun. 2013. Bogotá, Colômbia. ISSN 0120-5323. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/unph/v30n60/v30n60a09.pdf>. Acesso em: 27 de ago. de 2024.

RIBEIRO, M. D. P. *Fim do sujeito? Crítica aos extremos pós-modernos e pós-estruturais da teoria curricular*. Olhar de Professor, v. 20, n. 2, p. 171–191, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/olhar-profr.v20.8414>. Acesso em: 16 de ago. de 2024.

STOCK, K. *Material girls: por que a realidade importa para o feminismo*. Tradução de Ana Leticia Gonçalves. 1. ed. São Paulo: Editora Cassandra, 2023.

ENTRE TABUS E INCLUSÃO: A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS APAEs E O OLHAR DAS EDUCADORAS

Gabriel, Marielle dos Santos¹, Otani, Livia Grasselli de Oliveira Gomes²

1. Graduada em Ciências Biológicas, Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CML Professora da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo - marielledossantosgabriel@gmail.com
2. Discente do Curso de Graduação em Direito, Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ - liviagi.otani@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Educação sexual;
Diversidades funcionais;
APAE;
Inclusão;
Formação de professores.

KEYWORDS

Sex education;
Functional diversity;
APAE;
Inclusion;
Teacher training.

FORMAÇÃO INICIAL E CONTÍNUA DE PROFESSORES: GÊNERO E SEXUALIDADE

RESUMO

Este artigo apresenta um recorte de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Ciências Biológicas, cujo objetivo foi investigar a percepção das professoras de duas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no Norte do Paraná sobre a Educação Sexual (ES) para alunos/as com diversidades funcionais. A pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou entrevistas semiestruturadas realizadas por telefone com cinco professoras dessas instituições. A escolha da metodologia foi fundamentada na necessidade de captar as nuances das percepções pessoais e profissionais dessas educadoras sobre um tema ainda permeado por tabus e desinformação. Os resultados revelaram uma percepção ambígua sobre a ES, com algumas professoras reconhecendo sua importância, enquanto outras manifestaram desconforto e resistência. A conclusão sugere que a efetiva implementação da ES nas APAEs requer não apenas a formação continuada e apoio institucional, mas também uma mudança cultural e a colaboração entre escola e família.

INTRODUÇÃO

A educação sexual nas escolas é um tema de extrema relevância, especialmente quando se trata de alunos/as com diversidades funcionais, que enfrentam desafios únicos no desenvolvimento de sua sexualidade. Embora as práticas educativas voltadas para a sexualidade tenham o potencial de promover a inclusão social, a autonomia e o empoderamento desses alunos/as, sua implementação nas escolas, particularmente em instituições especializadas como as APAEs, ainda enfrenta resistências significativas. Conforme argumenta Louro (1997), a sexualidade das pessoas com deficiência tem sido historicamente ignorada ou tratada como tabu, o que reforça estigmas e contribui para a sua exclusão social.

O debate sobre a inclusão desse tema no currículo escolar, especialmente em contextos de educação especial, ganhou força nas últimas décadas. Contudo, a resistência a essa inclusão reflete barreiras culturais e institucionais profundamente enraizadas na sociedade brasileira. Segundo Maia (2018), abordar a sexualidade de forma educativa, quando integrada ao currículo escolar, não se restringe à instrução sobre práticas sexuais, mas abran-

ge o desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos saudáveis. Essa visão, no entanto, ainda enfrenta resistência, particularmente em ambientes como as APAEs, onde o tema é frequentemente visto como um assunto delicado e difícil de abordar.

A resistência a essas práticas em instituições educacionais voltadas para diversidades funcionais pode ser atribuída à falta de clareza sobre seus objetivos e à carência de formação continuada para as educadoras. A ausência de políticas institucionais claras e a falta de apoio adequado também desempenham papéis significativos nesse cenário. De acordo com Louro (2000), a resistência pode ser exacerbada pela percepção equivocada de que o ensino sobre sexualidade se limita a instruções sobre práticas sexuais, em vez de ser entendido como um componente educacional abrangente que promove o desenvolvimento integral dos alunos.

Nesse contexto, a pesquisa buscou investigar como as professoras de APAEs no Norte do Paraná percebem e lidam com a abordagem da sexualidade para alunos/as com diversidades funcionais. A escolha da metodologia qualitativa foi fundamentada na necessidade de compreender as percepções e experiências dessas educado-

ras em profundidade, capturando as nuances de suas opiniões e atitudes. As entrevistas semiestruturadas, realizadas por telefone, permitiram explorar as ambiguidades e resistências presentes nas suas percepções.

Os objetivos deste trabalho são analisar as percepções das professoras sobre o tema e identificar os desafios e oportunidades para sua implementação nas APAEs. O estudo visa entender como a resistência à inclusão da temática nas práticas pedagógicas está relacionada à desinformação, preconceitos e ausência de políticas claras por parte das instituições, além de propor estratégias para superar esses obstáculos e promover uma abordagem mais eficaz e inclusiva. A pesquisa pretende também destacar a importância da formação continuada e do apoio institucional para capacitar os educadores a enfrentarem essas barreiras e implementarem uma abordagem educativa adequada e sensível às necessidades dos alunos/as com diversidades funcionais.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, buscando entender as percepções e experiências das professoras em relação à abordagem da sexualidade nas APAEs. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco professoras de duas APAEs no Norte do Paraná, escolhidas por sua experiência no trabalho com alunos/as com diversidades funcionais. As entrevistas foram conduzidas por telefone, devido à logística e à necessidade de preservar a segurança das participantes em meio à pandemia de COVID-19. As perguntas focaram na percepção das professoras sobre a importância da educação sexual, os desafios enfrentados na sua implementação e as possíveis resistências por parte das famílias e da própria instituição.

A análise dos dados foi realizada utilizando a técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), buscando identificar padrões e categorias temáticas nas respostas das entrevistadas. Foram analisadas as percepções das professoras em relação à importância da discussão da sexualidade, as barreiras percebidas à sua implementação e as estratégias utilizadas para lidar com essas questões no contexto escolar. As categorias emergentes foram confrontadas com a literatura existente sobre práticas educativas relacionadas à sexualidade e educação de alunos/as com diversidades funcionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas revelaram percepções ambíguas entre as professoras sobre a abordagem da sexualidade. Por um lado, algumas educadoras reconheceram a importância de tratar desse tema com alunos/as com diversidades funcionais, destacando que essa educação pode contribuir para o desenvolvimento da autonomia e a prevenção de abusos, conforme argumentado por Figueiró

(2016). No entanto, outras professoras expressaram desconforto e resistência, muitas vezes influenciadas por preconceitos e pela falta de conhecimento profundo sobre o assunto. Um exemplo disso foi a declaração de uma das professoras: “Eu acho que estão exagerando na forma em que estão conduzindo a discussão sobre sexualidade, falando sobre o sexo para alunos nas escolas”, o que evidencia uma confusão comum entre educação sexual e instrução sobre práticas sexuais (Maia, 2017).

A resistência a essa abordagem nas APAEs também foi associada à falta de formação continuada das professoras. Aquelas que participaram de cursos ou capacitações demonstraram maior clareza e segurança em suas abordagens, enquanto as que não tiveram essa oportunidade relataram incertezas e dificuldades em lidar com a sexualidade dos seus alunos/as (Maia, 2018). Isso sugere que a formação continuada é um elemento crucial para capacitar os educadores a lidarem com a sexualidade de maneira crítica, inclusiva e respeitosa, promovendo um ambiente escolar mais acolhedor e seguro para todos os alunos.

Além da formação continuada, a pesquisa identificou que o apoio institucional é um fator determinante para a integração eficaz da educação sexual no currículo escolar. A ausência de políticas claras e o medo de repercussões negativas na comunidade contribuem para a resistência à implementação desse tipo de educação nas APAEs. Maio (2017) enfatiza que a discussão sobre sexualidade deve ser compreendida como parte integrante da formação integral do aluno, especialmente em contextos que envolvem alunos/as com diversidades funcionais, onde as questões de autonomia, prevenção de abusos e desenvolvimento social são ainda mais prementes.

Outro desafio identificado foi a falta de envolvimento e colaboração das famílias na abordagem da sexualidade. As professoras relataram que, muitas vezes, enfrentam resistência não apenas dentro da escola, mas também por parte dos pais, que temem que o tema incentive comportamentos inadequados ou precoces. A parceria entre escola e família é fundamental para o sucesso dessas práticas, como argumentado por Figueiró (2016), que sugere que a abordagem da sexualidade deve ser um esforço conjunto, com a escola oferecendo informações e suporte, enquanto as famílias reforçam esses ensinamentos em casa.

A resistência das famílias e a falta de apoio institucional destacam a necessidade urgente de políticas educacionais que promovam a inclusão da educação sexual de forma sistemática e contínua no currículo escolar. Louro (2000) defende que a educação sobre sexualidade não deve ser vista como uma disciplina isolada, mas sim como uma parte integrada da formação cidadã, capacitando os alunos/as a compreenderem sua própria sexualidade e a respeitarem a dos outros. No caso dos alunos/as com diversidades funcionais, essa capacitação é ainda mais relevante, pois contribui para a construção

de sua identidade, autonomia e inclusão social.

Apesar das resistências, algumas professoras reconheceram os benefícios de tratar da sexualidade para a promoção da autonomia dos alunos/as com diversidades funcionais. Elas destacaram que essa abordagem contribui para o desenvolvimento de habilidades sociais, prevenção de abusos e construção de uma identidade saudável, aspectos fundamentais para a inclusão plena desses alunos na sociedade. Figueiró (2016) reforça que, quando bem conduzida, a discussão sobre sexualidade pode ser uma ferramenta poderosa para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos alunos/as, especialmente daqueles que estão em situações de maior vulnerabilidade.

Contudo, a efetiva implementação da educação sexual nas APAEs requer não apenas a formação e o apoio dos educadores, mas também uma mudança cultural e institucional mais ampla. A resistência encontrada nas instituições que se recusaram a participar da pesquisa, somada às percepções ambíguas das professoras entrevistadas, reflete a persistência de estigmas e preconceitos que precisam ser enfrentados. A inclusão desse tema nas políticas educacionais das APAEs é um passo importante para garantir que todos os alunos/as, independentemente de suas diversidades funcionais, tenham acesso a uma educação que respeite e valorize suas singularidades.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa revelou que a percepção das professoras de APAEs no Norte do Paraná sobre a educação sexual para alunos/as com diversidades funcionais é marcada por ambiguidades, resistências e desafios significativos. A desinformação, refletida na confusão entre educação sexual e instrução sobre práticas sexuais, emerge como um dos principais obstáculos à sua implementação efetiva no ambiente escolar. Essa confusão alimenta temores infundados e perpetua a resistência tanto por parte das educadoras quanto das famílias, comprometendo a formação integral dos alunos/as.

O estudo evidenciou que, enquanto algumas professoras reconhecem o potencial da educação sexual para promover a autonomia e a inclusão social dos alunos/as com diversidades funcionais, outras permanecem reticentes, influenciadas por preconceitos e pela falta de formação continuada. A formação continuada se mostrou crucial para capacitar os educadores a lidar com a sexualidade de forma crítica e inclusiva, um aspecto que se mostrou deficiente nas APAEs analisadas.

Além disso, a ausência de políticas institucionais claras e o medo de repercussões negativas na comunidade escolar emergem como fatores que intensificam a resistência à educação sexual. A integração desse tema no currículo escolar, especialmente em contextos que envolvem alunos/as com diversidades funcionais, exige um apoio institucional sólido que legitime essa prática pedagógica

e garanta sua continuidade.

A falta de envolvimento das famílias no processo educativo também foi identificada como um desafio central. A resistência dos pais, frequentemente baseada em mal-entendidos sobre o que realmente envolve a educação sexual, limita o alcance e a eficácia das iniciativas educativas. A colaboração entre escola e família é fundamental para criar um ambiente de aprendizagem coeso e seguro, no qual os alunos/as possam desenvolver uma compreensão saudável e respeitosa da sexualidade.

Em termos práticos, a pesquisa sugere que a superação dos desafios relacionados à implementação da educação sexual nas APAEs depende de um esforço conjunto e coordenado entre educadores, gestores, famílias e a comunidade. A desmistificação do tema, aliada à promoção de uma visão ampla e inclusiva da sexualidade, são passos essenciais para que essa educação cumpra seu papel de promover a autonomia, o respeito e a inclusão social de todos os alunos/as.

Em conclusão, para que a educação sexual seja efetivamente integrada ao currículo das APAEs e contribua para o desenvolvimento integral dos alunos/as com diversidades funcionais, é imperativo que as barreiras identificadas sejam abordadas de maneira crítica e sistemática. As políticas educacionais devem ser revisadas para garantir que essa educação seja vista como uma parte integrante e indispensável da formação cidadã. Além disso, a formação continuada dos educadores e o envolvimento das famílias devem ser prioritários, para que as APAEs possam desempenhar plenamente seu papel na promoção de uma educação inclusiva e equitativa.

REFERÊNCIAS

- MAIA, Ana Claudia Bortolozzi. **Sexualidade e Educação: Formando Educadores para Novos Desafios**. São Paulo: Cortez, 2018.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide. **Sexualidade na Escola: Reflexões e Propostas**. Campinas: Papirus, 2016.
- LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1997.
- LOURO, Guacira Lopes. **Educação Sexual e Gênero: Uma Proposta Educacional**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- MAIO, Eliane; FIGUEIRÓ, Mary Neide. **Educação e Sexualidade: Políticas e Práticas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- MAIO, Eliane. **Sexualidade e Inclusão: Desafios na Educação Especial**. São Paulo: Summus, 2017.

FALAS CISTEMÁTICAS: A LINGUAGEM NEUTRA NUMA PERSPECTIVA DE NÃO BINARIEDADE DE GÊNERO

Araújo, Izak Noah Cruz de¹

1. Graduado em Letras pela Universidade Estadual do Norte Paraná – UENP
Pós-graduando em Educação, Sociedade e Tecnologia pelo Instituto Federal do Paraná – IFPR

PALAVRAS-CHAVE

Linguagem neutra;
Linguística;
Transgeneridade.

KEYWORDS

Neutral language;
Linguistics;
Transgenderism.

DIVERSIDADE SEXUAL

RESUMO

O debate sobre a linguagem neutra numa perspectiva de não binaridade de gênero é visto como um desrespeito à língua portuguesa e uma imposição da “ideologia de gênero”; tal afirmação é usada para disseminar preconceito contra a comunidade trans, pois se opõe ao pensamento pregado no cristianismo. O objetivo geral da pesquisa é apresentar, com base na linguística, argumentos que defendam a validade da linguagem neutra no contexto social, tendo como principal foco a perspectiva da não-binaridade de gênero. A metodologia utilizada foi a pesquisa teórica-empírica exploratória, com abordagem quanti-qualitativa, a partir do método hipotético-dedutivo, com análise funcionalista e transformação da pesquisa de campo em dados estatísticos; a pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico e coleta de dados por survey. Espera-se por este trabalho que a linguagem neutra possa ser vista através de um olhar inclusivo, visto que a sua existência não extinguirá os padrões atuais da língua portuguesa, apenas torná-la-á mais abrangente em sua composição e discurso.

INTRODUÇÃO

Transgênero é o termo usado para se referir às pessoas que não se identificam com o gênero atribuído ao nascimento a partir de seu sexo; além disso, essa identificação vai além do sistema binário imposto socialmente, o que chamamos de não binário. Para melhor elucidar, o sistema binário de gênero é composto apenas pela figura masculina e feminina, homem e mulher; já uma pessoa não-binária não se identifica por esses extremos (homem e mulher), existindo uma grande variedade de maneiras de se identificar.

Desse modo, o senso comum nos leva a questionar como se referir ou chamar uma pessoa que não é nem homem, nem mulher. É fundamental ressaltar que ser uma pessoa trans é algo individual: não existem regras a serem seguidas, passo a passo ou manual de instruções, pois o fato de uma pessoa trans existir já é uma transgressão

de regras. A forma de tratamento também é individual, mas existe um sistema em específico que tem gerado polêmicas: a linguagem neutra. Essa refere-se a um “padrão gramatical” em que as palavras que variam em desinência de gênero são alteradas para outros sufixos que não deem um gênero à palavra.

Embora essa discussão seja antiga, ainda na atualidade é vista como um desrespeito à língua portuguesa e a imposição de uma “ideologia de gênero”; tal afirmação é usada como embasamento para disseminar preconceito contra a comunidade trans, pois se opõe ao pensamento pregado no cristianismo de que o ser humano é imagem semelhante de Deus. A proposta da linguagem neutra não serve para derrubar a gramática normativa vigente, mas sim de garantir que transgêneros não binários possam ter o direito básico de serem respeitados e representados na língua.

METODOLOGIA

Para esse trabalho, optou-se por uma pesquisa teórica-empírica, com objetivo exploratório, abordagem quanti-qualitativa e de natureza básica. Por meio do método hipotético-dedutivo, foi feita uma análise funcionalista dos fatos e transformação da pesquisa de campo em dados estatísticos. Esta será uma pesquisa de caráter bibliográfico e de levantamento de dados, a partir de uma pesquisa com *survey*.

Essa pesquisa se justifica porque a luta de uma pessoa trans por direitos básicos é diária, inclusive a de ser tratada pelo seu nome e pronomes. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo desde 2009, com 131 assassinatos e 20 suicídios em 2022; além disso, cerca de 0,1% da população trans tem acesso ao ensino superior – resultado da evasão escolar, que resulta em inúmeras pessoas com ensino básico incompleto – e 90% das mulheres trans tem a prostituição como fonte de renda. A transfobia segrega, discrimina e mata, direta e indiretamente.

O objetivo geral deste trabalho é apresentar, com base na linguística, argumentos que defendam a validade da linguagem neutra no contexto social, tendo como principal foco a perspectiva da não-binaridade de gênero, tendo como objetivos específicos: expor conceitos e reflexões sobre gênero e sexualidade por estudiosos da teoria queer e relacionar com a transfobia linguística; explicar o que constitui a linguagem neutra e sua visão inclusiva; e coletar dados, opiniões e informações de diferentes públicos-alvo sobre a linguagem neutra, sobretudo de pessoas trans e profissionais de letras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Compreendendo que as mudanças no uso linguístico ocorrem por influência de evoluções sociais (Fairclough, 2001) e tendo em mente que, hoje, as identidades trans não binárias possuem mais visibilidade que antes, podemos observar uma crescente tendência de inclusão e reconhecimento dessas identidades na linguagem cotidiana. Essas mudanças linguísticas refletem não apenas uma evolução na compreensão e aceitação das identidades de gênero não binárias, mas também um movimento em direção à criação de espaços mais inclusivos e respeitosos para todas as pessoas.

Ao analisar estudos que abordam o sexismo/machismo linguístico, percebe-se a posição de inferioridade que a mulher e o feminino ocupam perante a sociedade e o discurso. De forma comparativa, percebemos que o mesmo ocorre entre pessoas cisgênero e transgênero: a pessoa trans é colocada em posição de inferioridade social e, conseqüentemente, lingüística,

o que explica, superficialmente, o preconceito exacerbado com as propostas de adequação da língua para trazer uma linguagem mais neutralizada.

Butler (2003) expõe que, para a teoria feminista, a fim de promover maior visibilidade às políticas das mulheres, o ideal seria criar uma linguagem que as valorizem ou, ao menos, represente-as de forma adequada. A autora ainda complementa, ao tratar do binarismo de gênero (2003, p. 21)

A noção binária do masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade.

O que poucas pessoas conseguem compreender é que a língua como é hoje privilegia a condição de masculinidade ao usá-lo como alternativa de neutralizar o discurso. O que se deseja ao adotar uma linguagem neutra não é enfatizar ou privilegiar a comunidade trans – que é o que ocorre na configuração atual da língua em relação ao gênero masculino –, mas sim, igualar todas as pessoas a condição de ser humano. Garcia (2021, p. 299) explica

O movimento político de uma linguagem que dê visibilidade a outros sujeitos que não estejam discursivamente representados pelo masculino genérico [...] entra no jogo discursivo e movimenta um dispositivo de política linguística e de manualização da linguagem que vai entrando em circulação por meios diversos e promovendo sentidos que, não raro, entram na confluência metalinguística e continuam reverberando entre “certo” e “errado”.

Portanto, cabe o questionamento: como pode o gênero gramatical masculino ser o gênero não marcado do discurso, ao mesmo tempo que a condição de masculinidade, mais especificamente de homens cisgêneros, seja a condição de privilégio? Percebe-se, a partir disso, um paradoxo que pouco é questionado. Essa questão é pautada por Butler (2003), que questiona qual é a melhor forma de problematizar as categorias de gênero, as quais tem por objetivo sustentar a hierarquia de gênero, considerando que “a linguagem produz a construção fictícia de ‘sexo’ que sustenta esses vários regimes de poder” (Butler, 2003, p. 10).

É importante ressaltar que as mudanças linguísticas por si só não são capazes de eliminar a transfobia

e outras formas de discriminação de gênero. No entanto, elas desempenham um papel significativo na criação de um ambiente mais acolhedor e afirmativo para as pessoas trans não binárias, ao mesmo tempo em que contribuem para a construção de uma cultura mais inclusiva e equitativa.

Segundo Caê (2020), “a linguagem neutra visa se comunicar de maneira a não demarcar gênero no discurso linguístico, a fim de incluir todos os indivíduos”. Ademais, a neolinguagem não se limita à mera tentativa de neutralizar ou enriquecer a linguagem com novos elementos. Em vez disso, propõe-se uma lógica de ruptura com as estruturas da cisnormatividade, caracterizando-se como um rompimento literal com o sistema moderno colonialmente construído (Lugones, 2008 *apud* Brevilheri; Lanza; Sartorelli, 2022).

É importante destacar que a adoção da linguagem neutra não é uma imposição, mas sim uma ferramenta essencial para garantir a inclusão e o respeito às diversas identidades de gênero não binárias. Contrariamente à visão de que a língua deve ser rigidamente preservada como um patrimônio intocável, a evolução da linguagem é uma característica natural e necessária da sociedade em constante mudança. A linguagem neutra não apenas reconhece a existência dessas identidades fora do binário, mas também promove um ambiente mais inclusivo e acolhedor para todas as pessoas, sendo fundamental compreender que a língua é dinâmica e reflete as necessidades e valores de uma sociedade em evolução.

De modo a complementar este estudo, foi realizada uma pesquisa através da ferramenta *Google Forms* a fim de reunir informações sobre o que as pessoas pensam sobre a linguagem neutra; o foco principal desta pesquisa foram pessoas trans e pessoas da área de Letras. Foram coletadas 28 respostas.

A primeira pergunta foi se acreditavam que a língua portuguesa é dominada por padrões sexistas, pautadas na dominação masculina, obtendo como respostas:

Sim, sabemos que a língua portuguesa é machista, sexista e, às vezes, excludente, porque os pronomes masculinos são usados para abarcar todos os gêneros, mesmo se tiver 10 mulheres e 1 homem usa-se o masculino, porque tem um homem entre elas.

Sim, mas não acredito no reducionismo de dizer que “a língua portuguesa é machista”. Creio que sua construção ao longo da história acompanhou a percepção de seus falantes - estes sim permeados pela cisnormatividade binária.

Não. Um cumprimento para mim é mera formalidade. Se tivesse só mulheres ou quem se identificasse como

tal, não seria de bom tom falar todos, mas passaria sem problemas. É apenas um quebra gelo, um cumprimento.

Apesar da maior das respostas terem sido semelhantes a primeira que foi apresentada, também foi possível perceber que muitas pessoas se debruçam na narrativa da construção e estrutura da língua. No entanto, o que podemos afirmar após milhares de anos, analisando o contexto social da língua portuguesa, diversas palavras tiveram sua forma de escrever alterada por conta das exigências da época, o que nos faz questionar: por que, nessa situação, a adequação da linguagem para abarcar grupos marginalizados não é considerado válido?

A segunda pergunta foi “O que você pensa sobre a linguagem neutra?”. Através desta, foi possível constatar visões interessantes sobre a neolinguagem e também a opinião pessoal de algumas pessoas em relação a comunidade trans não binária:

Eu acho que se por ventura ela for aprovada tornaria a língua portuguesa ainda mais difícil e exclusiva de se trabalhar principalmente em escolas públicas de zonas rurais afastadas e sem acesso à internet que é o caso onde eu moro.

Acredito que o acolhimento da diversidade deve se pautar por outras formas. A linguagem neutra nesse caso seria “forçada” às pessoas, sendo um detalhe dispensável, pois o que se deve mudar é a conduta das pessoas.

Não gosto, acho exagero, desnecessário, mas quem se sente prejudicado de alguma forma que vá atrás dos seus direitos.

É preciso repartir em várias nuances a compreensão do que é a linguagem neutra para se responder essa pergunta. A primeira coisa que precisa ser compreendida é que ela não altera a língua portuguesa e seus manuais normativos, tratando-se de uma variação linguística social, criada para incluir determinadas pessoas no discurso. Desse modo, a primeira resposta expõe sua dificuldade no contexto educacional de grupos, também, marginalizados; é compreensível essa questão, mas o fato de não haver essa alteração na norma da língua, não será necessário ensiná-la nas escolas. Já em relação às últimas respostas selecionadas, é perceptível que a opinião voltada a linguagem neutra está além da norma da língua portuguesa ou outra questão relativa à linguagem, demonstrando que tal adaptação é dispensável e desnecessária.

A terceira pergunta questiona se acreditam que a linguagem neutra seja difícil de ser aprendida, podendo constatar as seguintes respostas:

Com certeza nós não aprendemos nem a Libras o braile que deveria ser obrigação em todas as escolas do Brasil em vez disso temos uma noção básica bem básica na graduação dessas línguas que são mais importantes pois agregam uma real deficiência e não uma aceitação social.

Acho que depende da disposição e do repertório da pessoa. Mas, em geral, não. É algo que pode soar novo para algumas pessoas mas as alterações não são tão radicais assim

Acho que tem uma dificuldade de média a grande pela conjugação das palavras que acompanham os pronomes ou palavras específicas de gênero (pai/mãe). Acredito que ela é mais difícil ainda de ser difundida. Enquanto pessoas trans não forem aceitas como “gente como qualquer um” a linguagem neutra não vai ser aceita. Vai ser piada.

A partir das respostas coletadas, a maioria acredita não ser difícil de se aprender, no entanto, por ainda terem dúvidas sobre o seu funcionamento, as respostas expuseram seus pontos de maior dificuldade, como é o caso da terceira resposta.

A quarta pergunta questiona se acreditam que a linguagem neutra “fere” ou “ofende” a língua portuguesa; vale ressaltar que a pergunta foi formulada desta maneira porque, em debates que ocorrem nas redes sociais, diversas pessoas usam esse argumento. Algumas das respostas:

Não. A língua é uma ferramenta de comunicação do povo que a fala. Se parte do nosso povo se sentiria “mais humano” e “digno do mesmo respeito que todos” por usar linguagem neutra, eu acredito que ela deveria entrar e alterar a língua portuguesa que nem alteramos por muitos motivos menores na história.

Não fere nem ofende mas usa-la compromete o modo como nós firmamos no mundo lutando por coisas pequenas enquanto a luta pelos direitos LGBTQIAP+ deveria buscar por direitos mais palpáveis e a luta é muito grande e não deveria se preocupar com artigos pronomes demonstrativos e etc.

Não, essa concepção é ridícula inclusive. Línguas estão em constante mudança e refletem as populações se que utilizam delas. A linguagem neutra é válida e é, no mínimo, uma tentativa de reivindicação de respeito e visibilidade.

Apesar de muitas pessoas criticarem até aqui a linguagem neutra, é evidente que não acreditam que ela, de alguma forma, desvaloriza a língua portuguesa da forma que ela é. Aliás, usam como argumento a própria evolução da língua para argumentar ao favor da neolingagem.

A quinta pergunta adentrou mais profundamente na questão da transfobia linguística, perguntando se acreditam que a linguagem neutra é uma opção para erradicar ou reduzir os casos de transfobia linguística, visto que ela engloba pessoas não binárias que se identificam com o gênero neutro. As respostas obtidas foram:

Penso que para reduzir sim, porém, erradicar pertence, ainda, ao mundo das ideias (penso eu). A transfobia é a expressão corporal daquele que carrega o ódio (medo/raiva) como um sentimento dominante para esse tipo de fobia. De onde ela vem, como chega, em qual contexto se apresenta? É uma tema que necessita de análises mais complexas, pois tudo que é relacionado às pessoas trans, ainda está em constante debate social e acadêmico. Nota-se a dificuldade desse caminhar em nossos próprios lugares de trabalho.

Não é uma opção. Há outras formas de erradicar casos de transfobia linguística. Qualquer tipo de violência deve ser combatido pelas vias judiciais.

Sem dúvida, pois enquanto pessoa trans a maioria das vezes que as pessoas eram nossos pronomes elas dizem que é porque não sabiam ou ficaram em dúvida, com o pronome neutro não haveria erro por dúvida, porque na dúvida seria só usá-lo e assim ninguém se ofenderia porque ele abrange todos os gêneros.

Ao analisar essas respostas e fazer um paralelo ao perfil das pessoas entrevistadas, é possível compreender que pessoas transgênero apontaram a linguagem neutra como uma das possibilidades para combater a transfobia linguística – porém, não a única. Em contrapartida, pessoas cisgênero relataram que não acreditam que uma mudança no discurso possa ser uma alternativa para reduzir casos de transfobia. É importante ressaltar que a transfobia também está presente quando alguém se nega a tratar uma pessoa da forma como ela se identifica e, ainda, usa como forma de humilhação.

Para finalizar o questionário, a última pergunta quis saber se os entrevistados eram contra ou a favor da linguagem neutra. O resultado foi que 22 pessoas se mostraram a favor e apenas seis pessoas votaram ser

contra. Em seguida, foi pedido para que justificassem suas respostas:

É uma medida que atua contra sexismo, contra o machismo linguístico, contra a transfobia, e o preconceito contra pessoas não binárias e ainda outras que não se encaixam nos padrões cis-normativos e que podem não se identificar com a não binaridade.

Como pessoa trans e não binária sou a favor, milito e pesquiso essa questão em meu mestrado em Sociologia. Não me imagino tendo uma posição diferente sendo quem sou e ocupando espaços que ocupo.

Acho desnecessário, simples assim. Vivemos até hoje sem essa modalidade e agora inventaram isso. Para quê? Para provar o quê mesmo? Se usada informalmente tem rumo, pois a língua tem dinamicidade, mas imposta não vejo sentido de ser assim.

A partir dessas respostas, podemos perceber que a opinião sobre ser contra ou a favor da linguagem neutra é movida por um tipo de pensamento: a própria transfobia. Pessoas que se consideram a favor, apesar de haver críticas e questionamentos sobre o funcionamento da linguagem neutra, ao responderem a última pergunta, deixaram claro que o objetivo principal da linguagem neutra é o respeito a diversidade, sendo considerada válida por estes. Já aqueles que votaram contra não apresentaram um argumento plausível para tal opinião, podendo, ainda, usar uma forma de falar um pouco agressiva.

CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo, exploramos as complexidades e implicações desse fenômeno linguístico. É importante ressaltar que a neolinguagem, ou linguagem neutra, está constantemente em construção, visto que se trata de um fenômeno relativamente novo. Sua evolução é um reflexo do dinamismo da sociedade e das demandas por inclusão e respeito à diversidade de gênero. Nesse sentido, é importante reconhecer que estamos diante de um processo em constante desenvolvimento, onde novas formas e práticas linguísticas podem surgir e se consolidar com o tempo.

Além disso, é crucial destacar que a linguagem neutra não se trata apenas de substituir pronomes e formas de tratamento, mas sim de criar um ambiente inclusivo e acolhedor para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero. Isso requer não apenas mudanças na forma como nos expressamos verbalmente, mas também uma transformação mais

profunda em nossa maneira de pensar e interagir uns com os outros. No entanto, é fundamental observar que muitas pessoas ainda não conhecem de fato a linguagem neutra e sua proposta. A falta de familiaridade com esse conceito pode levar a mal-entendidos e resistências injustificadas. Portanto, é essencial promover a conscientização e a educação sobre os princípios e benefícios da linguagem neutra, a fim de facilitar sua aceitação e adoção por um número cada vez maior de indivíduos e instituições.

É importante reconhecer também que as opiniões contrárias à linguagem neutra, na maioria das vezes, são movidas pelo preconceito e pela transfobia. Essas atitudes refletem não apenas uma resistência à mudança linguística, mas também uma falta de respeito pelas identidades de gênero diversas e pela dignidade das pessoas que as vivenciam. Portanto, é fundamental combater esses preconceitos e promover uma cultura de respeito e aceitação mútua. A linguagem neutra representa um passo significativo em direção à construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva. Ao reconhecer e valorizar a diversidade de identidades de gênero, estamos não apenas promovendo o respeito pelos direitos humanos fundamentais, mas também enriquecendo nossa linguagem e nossa compreensão do mundo que nos cerca.

O que podemos extrair a partir deste estudo é que a linguagem neutra não é apenas uma questão de preferência pessoal, mas sim um reflexo do reconhecimento e respeito pela multiplicidade de identidades de gênero que existem dentro de nossa sociedade. Ao adotar uma linguagem que não pressupõe ou reforça estereótipos de gênero, estamos não apenas promovendo a inclusão, mas também desafiando as normas de poder e hierarquia que historicamente têm privilegiado determinados grupos em detrimento de outros.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna G. Secretaria de Articulação Política da Antra (org.). **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. 2023. Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Brasília). Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

BREVILHERI, Ursula Boreal Lopes; LANZA, Fabio; SARTORELLI, May Romeiro. Neolinguagem e “linguagem neutra”: potencialidades inclusivas e/ou reações conservadoras. **Research, Society and Development**. Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 11, p. 1-14, set. 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/33741>. Acesso em 21 dez. 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Ja-

neiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAÊ, Gioni. **Manual para o uso da linguagem neutra em Língua Portuguesa**. Foz do Iguaçu. 2020. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/informes/manual-de-linguagem-neutra/Manualdelinguagemneutraport.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2024.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília. 2001.

GARCIA, Luciana. Notas sobre o fascismo: o gênero neutro como ameaça ao imaginário da soberania linguística. **Leitura**. Maceió, n. 69, p. 295-307, mai.-ago. 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/11900/8619>. Acesso em: 14 fev. 2024.

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA CULTURA DE OBJETIFICAÇÃO DA MULHER BRASILEIRA: ANÁLISE DAS VIOLÊNCIAS SOFRIDAS

Oliveira, Ana Júlia Caldeira de¹, Bernardi, Renato²

1. Discente do Curso de Graduação em Direito Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP/CJ - ana.jcaldeira@gmail.com

2. Graduado em Direito, Pós-doutor em Ciências Sociais Aplicadas - USC/ES / Professor da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP/CJ - bernardi@uenp.edu.br

PALAVRAS-CHAVE

Mídia;
Cultura de objetificação;
Violência de gênero.

KEYWORDS

Media;
Culture of objectification;
Gender-based violence.

GÊNERO, SEXUALIDADE E MÍDIA

RESUMO

O problema de pesquisa deste trabalho gira em torno da seguinte questão: “O que influenciou para o crescimento das violências de gênero?”. Partindo deste ponto, objetivou-se, analisar a influência da mídia na cultura de objetificação da mulher brasileira e sua relação com o crescimento deste crime. Assim, em primeiro momento, conceituou-se a chamada representação social, demonstrando sua influência na cultura de uma população. Em seguida, buscou-se discutir como a construção de uma imagem coisificada da mulher brasileira está intimamente relacionada ao crescimento das violências de gênero ocorridas no país, explorando a temática da ineficácia das normas brasileiras diante da problemática e explicitando o quanto estas normas são pouco eficientes no combate à prática do crime. Por fim, foi possível comprovar a influência da mídia na cultura de objetificação feminina, sendo estas as principais responsáveis pelo aumento da violência contra a mulher. Com auxílio do método dedutivo, partiu-se da premissa geral de que a objetificação feminina é um problema cultural no Brasil, para a premissa específica de que este traço cultural, impulsionado pela mídia, foi o cerne do crescimento dos índices de violência de gênero no país. Para tanto, com auxílio da pesquisa empírica documental, analisando os dados trazidos por instituições governamentais, junto à pesquisa bibliográfica em artigos e dissertações acerca do tema, foi possível demonstrar a relação que a cultura de objetificação da mulher brasileira, fomentada pela mídia, possui com o crescimento das violências de gênero.

INTRODUÇÃO

O presente artigo possui como tema a influência da mídia na cultura de objetificação da mulher. Perpassando por um viés cultural, este artigo está voltado a demonstrar o quanto esta conduta fomentou o crescimento dos índices da violência de gênero no Brasil. Esta discussão se faz necessária, pois, muito embora haja um forte enfrentamento através de leis, sanções, campanhas e informativos, os índices de violência de gênero continuam a crescer cada vez mais. Este fato está intimamente ligado à cultura de objetificação do corpo feminino, conduta que vem sendo relativizada pela mídia.

Diante disso, pretende-se demonstrar que a busca de soluções não deve analisar o fim, ou seja, o combate ao crime em si, mas o início: a ideologia de que a mulher é um objeto, desprezando seus aspectos emocionais e psicológicos. Em outras palavras, deve-se compreender que não é na punição do crime que se encontrará a justiça, mas sim em uma mudança radical da visão que a sociedade tem da mulher. Para tanto, as mídias devem assumir sua responsabilidade na construção deste traço cultural. Isto é, uma vez que “as peças publicitárias reescrevem a realidade, sobretudo pelos elementos figurativos empregados, criam novas maneiras de o sujeito ser e as disseminam para seus enunciatórios ou seus

receptores” (Silva; Orácio; Martins, 2016, p. 2), é possível chegar à conclusão que, ao tratar da cultura de objetificação, inevitavelmente deve-se tratar da maneira com que a mídia conduziu suas campanhas publicitárias.

Ressalta-se, entretanto, que entender o cerne do problema não é o suficiente para que se “corte o mal pela raiz”, uma vez que, como será demonstrado, um traço cultural não é criado do dia para a noite, passando por décadas de construção. Por tais razões, o objetivo deste trabalho será conceituar a cultura de objetificação do corpo feminino, analisar seu crescimento através da mídia e demonstrar sua relação intrínseca com as violências de gênero no Brasil.

METODOLOGIA

O método utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa será o dedutivo, partindo da premissa geral de que a objetificação feminina é um problema cultural no Brasil, para a premissa específica de que este traço cultural, fomentado pela mídia, foi o cerne do crescimento dos índices de violência de gênero no país. Para tanto, será realizada a pesquisa qualitativa, uma vez que se pretende analisar os aspectos subjetivos que envolvem a cultura de objetificação da mulher brasileira. Utilizar-se-á, também, a pesquisa quantitativa, com a coleta de dados para demonstrar os índices atuais da violência de gênero no país. Por fim, os métodos de procedimento serão o monográfico, bibliográfico e documental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cultura de um povo é fortemente influenciada pela representação social. Esta representação, como bem explica Martins e Miranda (2022, p. 132), pode ser entendida como uma forma de conhecimento criado e partilhado socialmente, objetivando construir uma realidade comum a um determinado grupo social e sendo a principal responsável por fazer uma conexão entre o sujeito e o objeto. Em outras palavras, a representação social pode ser entendida como um conjunto de ideias e sensações compartilhadas socialmente, através das quais o indivíduo dá sentido à sua experiência de vida.

Diante disso, denota-se que os traços culturais desenvolvidos por uma sociedade estão sempre voltados a reproduzir uma ideologia criada pela representação social. Isso porque, por se tratarem de uma construção coletiva, as representações sociais não surgiram do dia para a noite,

mas foram perpetuadas durante décadas, de modo a criar convicções que são compartilhadas entre os indivíduos até os dias atuais (Martins; Miranda, 2022). Por tais razões, quando se fala da objetificação do corpo feminino, pode-se assumir que, por ser uma concepção enraizada no pensamento dos indivíduos desde os tempos mais remotos, esta conduta se tornou um traço cultural e inerente ao ser humano, de modo que a própria mulher acaba por se posicionar nesse lugar de resignação.

Quanto a este ponto, faz-se necessário salientar que a cultura do estupro tem grande influência no lugar de submissão que a mulher ocupa. Melhor dizendo, por ser uma construção social conhecida como a normalização de atitudes ultrajantes e abusivas praticadas pelos homens, a cultura do estupro impulsiona a objetificação do corpo feminino, de modo a favorecer a dominação do sistema patriarcal. Isso se dá porque o patriarcado atua sob uma forte estrutura de relação de poder do homem para com a mulher, fazendo com que, dentro de uma sociedade elaborada pelo e para o homem, à mulher sempre incumbirá o papel de dominada (Martins; Miranda, 2022, p. 138).

Como consequência desta estrutura, há um crescimento ainda maior da violência de gênero. Neste ponto, destaca-se a pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2023, onde trouxe uma estimativa de 822 mil casos de estupro no Brasil por ano. Desse número, apenas 8,5% chegam ao conhecimento da polícia e somente 4,2% são identificados pelo sistema de saúde. Com estes dados, é possível concluir que a falta de denúncias está intimamente relacionada com a cultura do estupro e objetificação femininas. Isso se justifica em razão da existência de um grande estigma que é colocado pela sociedade sobre as mulheres que são vítimas deste crime, descredibilizando seus depoimentos através de frases machistas que culpabilizam a vítima por acreditarem que ela tenha dado causa à violência sofrida.

Há de se ressaltar, contudo, que não faltam leis e sanções destinadas a punir esta espécie de violência. Dentre elas, a mais importante é a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), que é uma das principais leis no enfrentamento da violência contra a mulher, elencando, em seu artigo 7º, as cinco formas de violência: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. A existência de uma lei específica para explicar e combater a violên-

cia doméstica e familiar contra a mulher foi um avanço significativo da luta feminista; mas esta lei, isoladamente, pouco ajuda. Essa realidade ocorre porque o problema não está no fim, mas no início; não está nos crimes de gênero cometidos, mas sim nas ideologias sexistas e patriarcais, reproduzidas de geração em geração, de forma a fortalecer a cultura de objetificação da mulher. Como bem explica Silva, Orácio e Martins (2016, p. 4), “muitas dessas agressões são discursivizadas nas publicidades e (...) naturalizadas em maior ou em menor grau nas sociedades, justamente a partir da objetificação do gênero” (Silva; Orácio; Martins, 2016, p. 4). À vista disso, nota-se que, embora existam instrumentos normativos que amparem e auxiliem a mulher, enquanto houver a naturalização dessas agressões na mídia, não haverá avanço na luta contra a violência.

Ressalta-se, aqui, que durante muitas décadas a mídia nacional e internacional associou a figura feminina brasileira a temáticas ligadas ao imaginário erótico, incentivando, assim, o pensamento de que a mulher nativa está sempre disponível sexualmente, a quem quer que seja – denota-se, pois, a intensidade de culpa que as publicidades carregam consigo. Para melhor exemplificar a objetificação fomentada pela mídia, coloca-se em destaque a campanha publicitária da Skol, no ano de 2006:

Figura 1: Propaganda da Skol / **Fonte:** Saraiva, 2021



Como se vê, o produto que a empresa pretendia comercializar mal aparece na publicidade. Nela, utiliza-se da figura feminina com o único objetivo de atrair o público masculino, reforçando o entendimento de que o que está à venda, na verdade, é o corpo da mulher. Nesse sentido, possui razão o entendimento de Samarão (2007, p. 47), ao dispor que “as imagens dis-

seminadas pela publicidade são parte da cultura da sociedade contemporânea brasileira (...) se tornaram onipresentes e importantes meios para a difusão de signos, símbolos, culturas e informações”. Isso devido ao fato de que, através de seu consumo, o indivíduo encontra seus nichos sociais e, a partir dali, passa a disseminar discursos, pensamentos e ideologias.

Silva, Orácio e Martins (2016, p. 7), fizeram uma importante análise das campanhas midiáticas à frente da luta contra a objetificação feminina, destacando a “#AskHerMore” e a “We are #WomenNotObjects”, desenvolvidas nos anos de 2015 e 2016, nos Estados Unidos. Dentre seus resultados, demonstraram que estas campanhas:

“(...) mostram que a própria indústria do cinema, do entretenimento, tem consciência de que seus produtos podem ser maléficos por contribuir com a disseminação e com a manutenção da ideologia da objetificação, da coisificação da mulher. Por outro lado, existe uma forte resistência a esse tipo de comportamento, porque a ideologia está impregnada no sujeito e se revela em posturas, palavras, gestos, etc.”

Em outras palavras, pode-se dizer que os órgãos de divulgação em massa têm plena consciência de que contribuem para a objetificação da mulher, mas não deixam de divulgar seus produtos e reproduzir esta concepção. Tal fato se dá, pois, como destacam os autores, existe uma resistência a este comportamento de identificar que o problema parte da própria indústria, uma vez que alegam se tratar de algo inerente ao sujeito, eximindo-se da culpa.

Denota-se, assim que “a peça publicitária (...) reproduz exatamente a objetificação da mulher, com o agrave de fazer uma apologia à violência sexual” (Silva; Orácio; Martins, 2016, p. 11). Com isso, faz-se necessário evidenciar o quanto este traço cultural de objetificação feminina, fomentado pela mídia, está diretamente relacionado à prática de crimes sexuais. Isso porque, ao tratar a mulher como objeto, esvaziando sua vivência e suas emoções, a sociedade colabora para que ela se torne alvo de violência e assédio, sem que os culpados sofram as consequências. Isto é, uma vez que a cultura do estupro propaga ideais baseados na culpabilização da vítima, está tudo bem se uma mulher for violentada por quem quer que seja, pois o maior crime cometido é o da sua existência.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, demonstrou-se que esta conduta de entender a mulher como um objeto, esvaziando-a de suas características subjetivas, surgiu desde os tempos mais remotos e continua a ser incutida nos diversos meios midiáticos, passando despercebida em ra-

ção de ter se tornado um traço cultural e inerente ao ser humano. Isto é, uma vez que a mídia tem grande influência na consolidação de representações sociais, ajudando a reproduzir ideologias que são passadas de geração a geração, ao perpetuar ideais culturais de objetificação feminina, contribui significativamente para crescimento das violências de gênero.

Por conseguinte, comprovou-se que a violência de gênero é marcada, principalmente, pela dominação do sistema patriarcal, que ganha força nos discursos que colocam a mulher em um lugar de submissão. Como consequência desta conduta, atrelada à ineficácia das normas brasileiras e ausência de políticas públicas que, de fato, se preocupem em combater a cultura de objetificação do corpo feminino, houve um crescimento ainda maior do índice das violências de gênero sofridas pela mulher brasileira. Assim, ao perpetuar este traço cultural, a mídia legítima as violências sofridas, tirando do agressor a responsabilidade pelo crime cometido com a justificativa de que a culpada é a vítima.

REFERÊNCIAS

- BADET, Maria. A prevalência de imaginários estereotipados do Brasil no exterior e o papel das mídias na sua manutenção. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 24, n. 46, p. 59-75, abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/KTYqdhskGW9JZxnZv-VMSXXp/>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- BRASIL. Embratur. O Turismo para fins de exploração sexual fere a legislação brasileira. Nota Oficial, 2023. Disponível em: <https://embratur.com.br/2023/03/16/nota-oficial/>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- BRASIL. Ministério do Turismo. “O turismo respeita as mulheres” é tema de campanha do MTur contra assédio sexual. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/o-turismo-respeita-as-mulheres-e-tema-de-campanha-do-mtur-contra-assedio-sexual>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- CORYELL, Lark. The Representation Project. #AskHerMore. Disponível em: <https://therepproject.org/campaigns/askhermore/>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- FREDRICKSON, Barbara Lee. ROBERTS, Tomi-Ann (1997). Objectification theory: Towards the understanding women's lived experiences and mental risks. *Psychology of Women Quarterly*, 21, 173-206. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1111/j.1471-6402.1997.tb00108.x>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Dados sobre estupro no Brasil. Evidên-
- cias para políticas públicas, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1694-pbestuprofinal.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- LOUREIRO, Carolina Piazzarollo. Corpo, beleza e auto-objetificação feminina. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, ES, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/fdfceb33-a29e-4cf4-86b8-1e0adf1ed633/content>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- MARTINS, Carmentilla; MIRANDA, Dábila de Cássia Brito de. Erotização e Sexualização do Corpo: representações sociais da mulher brasileira. *Revista Científica Gênero na Amazônia*, n. 16-18, p. 131-148, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/article/view/13288>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- SAMARÃO, Liliany. O espetáculo da publicidade: a representação do corpo feminino na mídia. *Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/contemporanea/article/view/17200>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- SARAIWA, Ana Vitória Cavalcante. A objetificação da mulher nas campanhas publicitárias de cervejas. Medium, 2021. Disponível em: <https://medium.com/comunicacaoinclusiva/a-objetificacao-C3%A7C3%A3o-da-mulher-nas-campanhas-publicit-C3%A1rias-de-cervejas-bd83d-5f3b5b5>. Acesso em: 30 ago. 2024.
- SILVA, Karla Araújo Vicente; ORACIO, Eduardo Manoel Barros; MARTINS, Marcelo Machado. O glamour da objetificação legitimado pela cultura. Artigo. 3º Congresso Nacional de Iniciação Científica em Design e Moda. João Pessoa, PB, 2016. Disponível em: http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202016/COMUNICACAO-ORAL/CO-04-Comunicacao/CO-04-O-GLAMOUR-DA-OBJETIFICACAO_-Karla-Eduardo-e-Martins.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.
- We are #WomenNotObjects. Disponível em: <https://www.youtube.com/@womennotobjects9633>. Acesso em: 29 ago. 2024.

POR ONDE ESCORRE O GOZO FEMININO: DERRELIÇÃO E SEXUALIDADE EM A OBSCENA SENHORA D

Faria, Amanda Teixeira¹, Trigo, Aline Candido²

1. Graduanda em Letras/Inglês - Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ - teixeiramanda2012@gmail.com

2. Doutora em Letras / Literatura e Vida Social pela UNESP. Professora Colaboradora do Centro de Letras, Comunicação e Artes - UENP/CJ

PALAVRAS-CHAVE

A obscena Senhora D;
Feminino;
Gozo;
Sexualidadeo.

KEYWORDS

The obscene Mrs. D;
Feminine;
Enjoyment;
Sexuality.

CORPO, EROTISMO E SEXUALIDADE

RESUMO

Este trabalho analisa a obra *A obscena Senhora D*, da escritora brasileira Hilda Hilst (1930-2004) pela ótica do conceito de gozo literário pensado pelo filósofo francês Roland Barthes. Para tanto, parte-se da premissa de que há, na obra em análise, uma consciente transgressão da moralidade que ocorre pela linguagem obscena que apresenta uma protagonista que rememora suas experiências de modo livre: sem máscaras e despudorada. Nessa perspectiva, percebe-se a abertura de uma fenda de paradigmas que deslocam o leitor de uma fantasia de prazer ou erotismo, colocando-o frente a um gozo que, por meio da obscenidade, atinge um prazer desestabilizador e subversivo no que diz respeito a sistemas ideológicos vigentes na sociedade contemporânea. Na contramão da literatura contemplativa, a obra de Hilst não pede desculpas e não se explica, só espera ser lida e pede contato para com a sociedade que exclui e rejeita o despudor feminino, e por meio da personagem Hillé, socialmente marginalizada ao experimentar o desejo persistente e o gozo, transborda através do corpo e da linguagem pela via da obscenidade e do prazer intelectual.

INTRODUÇÃO

A libertação do corpo feminino, juntamente com a busca da liberação feminina, é uma temática que desde o século XX vem sendo comumente discutida em artigos com o escopo da teoria literária feminista. Dentre as autoras que dão luz às problemáticas mais enfrentadas por mulheres acerca da sexualidade, Hilda Hilst possui vasta obra que explora as dicotomias entre o sagrado e o profano, levando a personagem feminina a estranhar sua posição imposta socialmente para mergulhar em novas sensações e percepções de si.

Os estudos da área apontam que a sexualidade encontra resistência e interdição quando em autoria feminina. Naiana Pereira de Freitas (2021) é elucidativa na apresentação dessa problemática enfrentada na literatura, apresentando os obstáculos

enfrentados pelas mulheres, considerando a crítica e o mercado editorial como fatores essenciais na repressão do erotismo do corpo feminino. Apresenta, com isso, o conceito de interdição, também utilizado por Ana Madalena Fontoura de Oliveira (2013), para expor a violência enfrentada por escritoras ao tentar subverter, por meio da literatura, a lógica patriarcal que as cerca. As autoras discorrem sobre o relato de violência sofrido pela poetisa portuguesa Maria Teresa Mascarenhas Horta (1937) que, após a publicação de seu livro *Minha Senhora de Mim* (1971), foi vítima de diversas retaliações e ameaças, tendo sofrido um espancamento em meio à rua, tendo seu corpo atirado ao chão, sob agressões verbais; no episódio, os abusadores disparavam que pretendiam ensinar a ela uma lição, para que aprendesse a não escrever da maneira como escrevia.

Diante de um cenário de hostilidade, nota-se a necessidade de pesquisas acuradas acerca do tema, capazes de refletir e dar espaço a novos questionamentos so-

bre a posição feminina na sociedade. A prosa hilstiana é um exemplo de subversão do corpo e da posição da mulher, e para tanto, adotamos uma análise de sua novela *A obscena senhora D* para desnudar estereótipos do tema. O objeto de estudo em questão conta com poucos estudos de análise da sexualidade feminina. O trabalho de José Antonio Cavalcanti (2008), intitulado *A obscena senhora D: uma narrativa de deslocamento*, analisa a marginalização da personagem com foco na obscenidade em uma perspectiva existencialista, e foi mencionado por Caser e Dantas (2020) no estudo sobre a teoria literária feminista que utiliza a mesma obra. Constata-se, portanto, então a carência de pesquisas atualizadas sobre a temática e a obra, visto que os problemas encontrados pelos autores continuam atuais e vigentes em nossa sociedade.

O presente artigo analisa a obra *A obscena senhora D* (1982), da escritora brasileira Hilda Hilst, para refletir sobre o deslocamento enfrentado por mulheres quando estas subvertem o moralismo e desnudam a obscenidade em pleno exercício da sexualidade. A obra mergulha de modo subversivo nas elucubrações da mente da protagonista Hillé, que, assim como Madame Bovary, Macabéa e tantas outras personagens femininas da literatura, ansiavam: pensar sobre o que é ser humano, revirar os conceitos cristalizados até experimentar o êxtase interdito para o universo feminino.

Para realizar tal estudo, tomamos como ponto de referência o conceito de gozo apontado por Roland Barthes em *O prazer do texto* (1973), entendendo que a novela de Hilst se distancia do mero prazer e do erotismo e explora sentidos de luz e trevas, desautomatizando o real e enveredando para reflexões sobre o que precede e enlaça o desejo feminino, que vai além do carnal, ainda que passe pela carne e até mesmo pelo escatológico. A obra anárquica de Hilst rompe com a ideia de literatura erótica, aquela que propicia prazer, excitação e contemplação. Conforme afirma crítico literário brasileiro especialista na prosa hilstiana, Alcir Pécora (2018), em texto inédito sobre a compilação *Da Prosa*, analisar a noção de obscenidade presente na obra em questão, implica ao leitor a percepção de um distanciamento da noção banal de literatura erótica, trazendo uma personagem feminina que mergulha nas profundezas do seu prazer e desprazer. A autora foge do imaginário sensual e da obrigatoriedade de causar excitação, ainda que aborde o sexo e a sexualidade de modo explícito, mas sem qualquer viés da simulação autêntica do sexo, o que pode gerar efeitos de incômodo no leitor, pois se trata de “uma experiência de destruição e catástrofe” (Pécora, 2018, p. 813). Em suma, analisaremos como a destruição libertária realizada pela personagem Hillé propicia a si e também ao leitor uma catarse que transita pelas concepções do que é socialmente conside-

rado feminino e sexual, abrindo espaço para um desnudamento completo de corpo e de palavras, iluminando as trevas com a luz do pensamento incessante. Temos, assim, uma prosa que permite ao leitor uma experiência subversiva de gozo, conforme o conceito de Barthes (1973), sem a submissão aos códigos sociais de gênero e sexualidade.

METODOLOGIA

Este trabalho é desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica, visto que realiza uma análise da obra *A Obscena Senhora D*, de Hilda Hilst (2018) a partir dos conceitos teóricos de Roland Barthes (1973) e demais pensadores do campo da teoria da literatura. Com este foco, realizaram-se leituras pertinentes em torno da obra e contribuições à temática, como os estudos de Alcir Pécora (2018), Nelly Novaes Coelho (1993), Naiana Pereira de Freitas (2021), Ana Madalena Fontoura de Oliveira (2013), José Antonio Cavalcanti (2008) e Caser e Dantas (2020), dentre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No âmbito da produção literária, há diversas personagens femininas que representam a tentativa da mulher em existir e experimentar a vida a partir de concepções antes relegadas apenas ao homem: do prazer carnal ao intelectual. No entanto, os temas mais populares até mesmo nas produções contemporâneas versam sobre determinados sofrimentos enfrentados pela mulher ao tentar encarar de frente o seu Desejo. Até os anos 60, mal se vislumbrava que a sexualidade e o prazer fossem de interesse das mulheres, que eram restringidas ao ambiente familiar e doméstico; toda e qualquer forma de deleite era destinada ao gênero masculino. A quebra dessa ordem social, como aponta Nelly Novaes (1993, p. 17), influencia a desconstrução da imagem feminina criada a partir de uma ótica patriarcal, visto que as escritoras romperam com um estado de “bloqueio absoluto ao sexo”, ao qual eram subjugadas para uma “liberação desordenada” e, em consequência, reestipularam um novo caminho literário.

Na novela *A Obscena Senhora D*, de Hilda Hilst, a protagonista chamada Hillé ultrapassa as explorações já feitas por figuras femininas ficcionais: ela persegue perguntas, desnuda tudo da vida, desnuda a si mesma de todas as convenções sociais e compreende a vida como um “sentir o corpo, contorno, vísceras, respirar, ver, mas nun-

ca compreender” (Hilst, 2018, p. 37). A insatisfação com a falta de respostas se enlaça ao prazer em encontrar perguntas.

Publicada em 1982, *A Obscena Senhora D* traz luz ao que até então estava opaco sob o vão da escada por meio da obscenidade. Hillé, ou senhora D, como somos apresentados ao longo da narrativa, se desloca do convívio com a comunidade e passa a viver em desamparo com lapsos de lembranças do marido, enquanto este ainda vivia em seu conjunto familiar. Em suas reminiscências, tenta chegar o mais próximo possível de suas inquietações, que compartilham uma linha invisível entre ela e o divino, o que constrange a sociedade e desconcerta o marido, que a confronta pelo seu afastamento: “escute, Senhora D, se ao invés desses tratos com o divino, desses luxos do pensamento, tu me fizesses um café, hen?” (Hilst, 2018, p. 17). Seu marido é trazido pelo fluxo de consciência da protagonista como alguém que a procurava sexualmente, que a desejava, que almejava o ápice do ato sexual, mas que tinha a expectativa de que, para além do corpo ali entregue, nu, também estivesse entregue a alma que o habitava: esperava da esposa silêncio, calma e iluminação nas ideias para não tanger pela escuridão da profundidade de pensamento, e que, acima de tudo, se incumbisse de seu papel de mulher: servir-lhe um café. Mas Hillé o atormentava “na hora da comida, da trepada, do sono, até na privada [...] Ehud manso, chinelos, o jornal na mão, à espera de um café que ela nunca fazia” (Hilst, 2018, p. 51).

Senhora D, reduzida a uma letra, encontra sua maneira de gozo pela obscenidade descarada que assusta os transeuntes, mesma obscenidade que captura o leitor pelo conflito de sentimentos que são oferecidos por meio de uma revelação progressiva: Hillé se insinua entre um aparecimento ou outro na janela, nua, proferindo obscenidades sem se intimidar pela hostilidade social, interessada em saber. E é na linha entre o saber, a interdição do prazer sexual, e a derrelição que o leitor encontra-se em ápice transgredindo um texto de prazer e encontrando um texto em que pode fruir de conflituosas nuances sobre feminino e sociedade. Frente a isso, tomamos como ponto de partida o conceito de texto de gozo (numa perspectiva lacaniana) que foi erroneamente traduzido no Brasil como fruição na obra de Roland Barthes, conforme sustenta Leyla Perrone-Moisés (2017, s./p.). O gozo no texto, ao contrário da literatura de massa que

evoca prazer, faz com que o leitor perca de vista suas bases morais estáticas, fazendo “vacilar as bases históricas, culturais, psicológicas [...], a consistência de seus gostos, de seus valores e de suas lembranças, faz entrar em crise sua relação com a linguagem. (Barthes, 1987, p. 12)

Hillé, a personagem que nos causa tal experiência, se mostra desgostosa com a falta de respostas às suas inquietações, com a falta de um interlocutor atento a suas reflexões sobre a existência humana, e isso a subjuga para a margem da derrelição: “o que é Derrelição, Ehud? vem, vamos procurar juntos, Derrelição Derrelição, aqui está: do latim, derelictione, Abandono, é isso, Desamparo, Abandono.” Seu gozo está justamente na brecha do saber: “Vi-me afastada do centro de alguma coisa que não sei dar nome, nem porisso irei à sacristia, teófaga, incestuosa, isso não [...] eu à procura da luz numa cegueira silenciosa, sessenta anos à procura do sentido das coisas” (Hilst, 2018, p. 17).

É por isso que seu marido a nomeia D de derrelição. A partir da definição de derrelição pela própria obra, notamos que o termo “abandono” é utilizado para classificar objetos inanimados, como abandonar um pertence, uma construção; o uso dessa palavra para designar uma pessoa remete à desumanização que ocorre com o corpo/existência da personagem em questão, reduzida a uma coisa, tendo sua subjetividade anulada em insignificância como forma de punição, visto que é insubordinada e ameaça a regra moral que rege o convívio do espaço social onde habita. Para além disso, o abandono fora do foco social pode ser analisado também no íntimo interior da existência da senhora D. Nessa perspectiva de abandono, alguma coisa sai de si (a neurose) para ir de encontro a outra (a obscenidade), Hillé é confrontada pelo marido ao enveredar pela escatologia quando este compara as reflexões da mulher com notícias de jornais e com as percepções eclesiásticas do assunto (Hilst, 2018, p. 33).

Abandonada na inadequação de quem busca respostas que não podem ser encontradas no dicionário, a personagem não está interessada na etimologia do que a inquieta, mas sim em sua fonte existencial. Como resultado dessa falta, sua angústia escapa para o carnal numa transposição que ocorre do abstrato no campo imaginário da aflição para as passagens físicas e lascivas que preenchem a necessidade de respostas e gozo do corpo. A sexualidade na obra é explorada pela

noção de sentidos que vão do olfativo - “Sabe, Hillé, você tem cheiro diferente do meu, tem cheiro de leite. Imagine. Tem sim. Te cheira” (Hilst, 2018, p. 31) -, ao tato - “teu não saber de mim, teu muito nada compreender, deslizas em UMM pelos tubos das vísceras, teu misturar-se a mim, adentrado desfazido, não és mais Ehud, és Hillé e agora não te temo” (Hilst, 2018, p. 41). A obscenidade é o instrumento do qual Hillé tomou posse para encontrar e desvendar-se a si mesma e aos outros, pois o desconhecimento a persegue e causa medo. Essa busca faz com que o seu contato com a terra cause o torpor de exorcizar a si e a quem lê as vergonhas contraditórias, insuportáveis ao contra-herói, definido por Barthes como o leitor da obra. Essa vergonha se expande quando seu foco é o prazer feminino, visto que mulheres são condenadas desde a tenra idade a se cobrir com as vestes castas da sociedade a fim de que não cause mal-estar no orgulho pudico da mesma, que a todo momento intercede e pune como ferramenta de controle de corpos subversivos que almejam a liberdade.

A linguagem escatológica utilizada no texto abala a percepção da figura feminina, principalmente porque se trata de uma senhora de sessenta anos que procura incansavelmente o sentido da existência enquanto expõe as “vergonhas” no parapeito da janela. É uma exibição duplamente: a da língua e a do corpo. Mulheres são encorajadas a esconderem suas inquietações ou ao menos reduzi-las em sofrimento manso, e a senhora D coloca máscaras e espalha roucos rugidos para a rua. A insubordinação às regras e aos pactos silenciosos da sociedade tem como resultado a comparação da mulher a um bicho, a animalização é única resposta que encontram para compreender suas atitudes: “Casa da Porca, assim chamam agora a minha casa, fiquei mulher desse Porco-Menino Construtor do Mundo, abro a janela nuns urros compassados, espalho roucos palavrões, giro as órbitas atrás da máscara.” (Hilst, 2018, p. 18),

A manifestação transgressora de Hillé é incompreensível à vizinhança ao seu redor pois não compartilham o mesmo espaço de gozo que ela, e como punição pela falta de entendimento retiram sua linguagem, segregando-a de maneira que ela se torne ininteligível como um bicho e cada vez mais isolada em seu deslocamento profano. Apesar de ser posta à margem da sociedade pelo seu entorno, o isolamento não foi suficiente para calar a personagem, que se fazia ser ouvida através de latidos e

máscaras espinhosas que assustava os transeuntes, causando aversão a sua figura; a hostilidade vivenciada não a desumaniza, e Hillé responde em uma tentativa de contato e afeto de olhar pueril de um cachorro, com quem esgarra em sua mão:

Sabe que o mocinho verdureiro passou hoje pela janela dela e a porca quis tocar a cabeça do boneco? porque ele é bem bonitinho o boneco verdureiro [...] a bruxa quis afagar a cabecinha dele, hoje ela tava sem máscara, com a cara dela mesma, toda amarfanhada, e aquela blusa cor de bosta toda trançada, o mocinho olhou com o zoio assim ó, parou, e cuspiu na mão dela. (Hilst, 2018, p. 48).

Esse comportamento agressivo é uma resposta ao escancaramento da sexualidade que é comumente reprimida pela sociedade ao se deparar com estímulos que afetam e contorcem as convicções do que é esperado de uma mulher. A obscenidade na obra pode ser equiparada às dicotomias que se desenrolam entre o grotesco e o cômico. A Obscena Senhora D não se enquadra na camada específica dos textos eróticos, pois exclui a sensualidade usualmente presente em obras ditas eróticas e “cava” mais fundo do que a mera superficialidade de seduzir o leitor: o resultado uma transgressão desse nicho de literatura, atravessando a sujeira escatológica, com o carnal mais visceral e realista possível. Ao invés de apeter a vista do leitor, faz com que lhe arda os olhos em incômodo com a realidade. De início comedida, a ironia caricata escala até alcançar a violação obscena, notável principalmente nos fluxos de consciência profanos da personagem e nos diálogos que ocorrem ao redor na vizinhança, como neste trecho: “comemos tanto que o umbigo ficou esticado, depois foi duro pra dormi, tive que dormi de lado, e pra metê, meu chapa, nem se fala, eu e a Lazineira, dois bumbo se batendo” (Hilst, 2018, p. 30). Aqui, o relato do ato sexual é escrachado de maneira que o prazer e a sensualidade se tornam impossíveis de sobreviver ao cenário burlesco da obra.

Subvertendo as noções de amor e de erotismo, a narrativa as pessoas ainda dormentes em suas vagarosas visões conservadoras, tirando-as do estado de inércia frente à vida acontecendo ao seu redor, com sua sujeira e beleza, com o abuso de conceitos dicotômicos que não se anulam mas coabitam o mesmo espaço de gozo e fluem através da linguagem escandalosa, com a blasfêmia que é a existência humana. A novela *A Obscena Senhora D* desperta o leitor por meio da agressão ao puritanismo enraizado em seus valores. Essa movimentação atípica e transgressora dos sentidos

provocada pela obra se enquadra inteiramente à noção de leitura de gozo em contraponto a uma leitura de massa. Conforme aponta Roland Barthes (1987, p. 62), a literatura de massa apela para o aspecto trágico ou dramático, que permite ao leitor mergulhar passiva e completamente nos acontecimentos da obra, que apontam para um “grande consumo de dramáticos e pouco gozo”.

A senhora D sente sobre os seus ombros fatigados pela idade os anos de expectativas atribuídas a si em sua vida na esfera pessoal (marido) e pública (sociedade), tendo como sua responsabilidade a manutenção das relações e do matrimônio. Mas não se resigna a desempenhar esses papéis, e jorra sobre eles o incômodo de existir, sem se preocupar com a delicadeza servil que uma mulher deveria encenar, servindo de exemplo para outras mulheres se rebelarem:

Alguns casais, supostos amigos, perguntava às madamas de repente: você sente às vezes o irreal desses ires e vires, o ininteligível de todos os passos, hen, sente? A madama olhava o marido, abestada, o marido dizia: sabe, Hillé, minha mulher não entende essas angústias da gente. a mulher: ahnn, não entende é? o marido: não é isso, benzinho, Hillé quer dizer que a mulher: quer dizer o caralho, tu entendes muito é de meter e taponas, empurrões, o marido tropeçando e pedindo desculpas pela grosseria da mulher (Hilst, 2018, p. 51).

A desobediência emancipadora dá vazão para que suas indagações obsessivas encontrem o freio no delírio e na busca por respostas para o que ela tanto procura. A luta travada por Hillé não é com a vizinhança que a reprime e acredita que seus feitos são para eles, a desordem provocada por ela é a despeito da própria senhora D e a procura de sentido das coisas sem nome que tanto a atormenta. Suas ações não são pensadas propriamente para espantar a convivência com os outros, e sim uma forma de compreender-se a si e a eles, mas, como consequência, a interdição moral resulta na perseguição à expressão descoberta do desejo. A necessidade gritante em Hillé está além da metafísica, a resposta também se dá através do carnal que se mistura com a linguagem de maneira a exteriorizar o corpo. Essa manifestações também são experimentadas pelo leitor que se entrega ao discurso da personagem, encarando uma linguagem desnuda, que é marcada por desvios gramaticais, incitando um mergulho mais profundo na proferição das palavras. Esse recurso textual é chamado por Barthes (1987, p. 85) de linguagem “atapetada de pele”, que provoca, “numa perspectiva de [gozo],

“incidentes pulsionais”, fazendo perceber “o grão da garganta, a pátina das consoantes, a voluptuosidade das vogais, toda uma estereofonia da carne profunda: a articulação do corpo, da língua, não a do sentido, da linguagem”.

A busca da senhora D por respostas se finda finalmente quando atinge a compreensão que só poderia ser se estivesse sendo, da mesma maneira que só compreenderia se compreendesse, a resposta da existência chega juntamente com o fim da existência de Hillé, e Hilda desenha sobre a novela de maneira clara até na aparição de uma nova personagem, a Senhora P, uma porca, mimese da versão humana de Hillé, que traz consigo cicatrizes e medos compreensíveis apenas para alguém como Hillé, que a olhou com ternura e identificação. Isso foi Hillé: “um susto que adquiriu compreensão.” (Hilst, 2018, p. 57)

CONCLUSÃO

Frente a uma obra que desestrutura as ilusões sociais, questionando saberes preestabelecidos, tornando até mesmo o próprio corpo algo estranho para se aproximar dele por todas as vias possíveis, o leitor mergulha em uma dança obscena que irrompe em um frisson grotesco e sublime. Na sexualidade trazida à cena, afasta qualquer ideal de moralidade lógica no campo do gozo. A leitura de tal obra consiste em “uma aventura obscena, de tão lúcida.” (Hilst, 2018, p. 47). Por meio da linguagem escatológica que rompe com paradigmas acerca da existência e da sexualidade feminina, bem como da segregação do corpo da mulher, a personagem Hillé subverte os papéis de gênero, recusando as demandas do marido e da sua vizinhança. Sem máscaras, sem limites nas palavras, se entrega à inquietação, fazendo vacilar as convicções de submissão acerca da imagem da mulher impostas socialmente.

O presente artigo contribui para o desnude da esfera de texto erótico, que se alimentaria através do prazer, traduzido pelo sentimento de conforto, saciedade pela leitura, o que nada tem haver com a obra analisada em questão e isso reforça a ideia da necessidade que o texto de gozo possui em caminhar em espaço de literatura feminista, pois por meio do acesso a obras na ordem do gozo, abrem-se cenários de destruição das barreiras sociais vigentes controladas pelo sistema patriarcal e consequentemente a emancipação dos corpos subalternizados, a Obscena Senhora D dá voz as mazelas enfrentadas até os dias atuais na sociedade contemporânea e revoluciona por meio de uma lucidez equiparada ao obsceno, escarra na indiferença do leitor, inflamando a ferida viva da existência coletiva e individual.

REFERÊNCIAS

COELHO, Nelly Novaes. A presença da mulher na literatura contemporânea. In: . A literatura feminina no Brasil contemporâneo. São Paulo: Siciliano, 1993.

BARTHES, Roland. O prazer do texto. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

HILST, Hilda. Da Prosa. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HILST, Hilda. A obscena senhora D. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FREITAS, Naiana Pereira de. (2021). Anotações Sobre A Trajetória Da Escrita De Autoria Feminina. Inventário, (27), 96–117.

OLIVEIRA, Ana Madalena Fontoura de. A interdição do desejo: a poesia erótica feminina e as questões políticas em Portugal no século XX. Dioma, Rio de Janeiro, n. 24, 2013.

DECOLONIZANDO O MUSEU: “MALUNGUEIRAS” NO MUSEU DE ARTE E CULTURA POPULAR DO NORTE DO PARANÁ

Ferreira, Ana Clara¹, Rennó, Mariana Ponciano Ribeiro²

1. Graduada em Letras/Espanhol e Direito - Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ - anaclaraferreira62@gmail.com
2. Graduada em História - Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ - Especialista em Gestão Cultural - Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR - Mestre em História Social - Universidade Estadual de Londrina - UEL - mariponrenno@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Museu;
Decolonialidade;
Malungueiras.

KEYWORDS

Museum;
Decoloniality;
Malungueiras.

GÊNERO, SEXUALIDADE E LUTA DE CLASSES

RESUMO

Este artigo explora a relação entre museus e as questões de raça, gênero e sexualidade, a partir do conceito de Decolonialidade, utilizando como estudo de caso a exposição temporária “Malungueiras”, de Ivonete Alves, que esteve em exposição no Museu de Arte e Cultura Popular da UENP. A análise parte da compreensão das bases coloniais que fundamentam a instituição do museu tradicional, que historicamente serviu como instrumento de dominação cultural, legitimando a colonização e reforçando hierarquias sociais. A exposição “Malungueiras” é destacada por seu caráter de resistência e ativismo, ao trazer à tona a ancestralidade e o poderio feminino negro, rompendo com as premissas tradicionais do museu universal.

INTRODUÇÃO

O surgimento dos museus modernos remonta ao século XVII, no contexto europeu, marcado pelo Iluminismo e pelas expedições coloniais. Essas instituições, muitas vezes consideradas espaços neutros de preservação e divulgação científica, desempenharam um papel central na legitimação da colonização, ao tratar povos, culturas e narrativas como objetos de exposição. O museu, enquanto “campo de batalha”, reflete as tensões sociais contemporâneas, abrangendo questões de classe, gênero e raça, e está no centro do debate sobre a necessidade de sua decolonização.

No Brasil, estudos recentes revelam que a maioria dos museus ainda perpetua estruturas coloniais, sendo predominantemente masculinos, brancos e vinculados às elites. Isso se deve à aparente neutralidade dos museus, que muitas vezes disfarça a dominação cultural e a disciplina social inerente à sua concepção original. Apesar das iniciativas de diversificação e inclusão, essas instituições continuam a reforçar a dominação cultural e social. Nesse sentido, a decolonização dos museus não se limita à inclusão de novos artistas ou obras, mas

exige uma transformação profunda nas suas estruturas e no modo como a sociedade os concebe.

Este trabalho busca explorar os desafios e as possibilidades da decolonização dos museus, com foco na exposição “Malungueiras”, da artista Ivonete Alves, que esteve em exposição no Museu de Arte e Cultura Popular do Norte do Paraná em 2022. Através da análise de suas exposições e práticas culturais, pretende-se contribuir para a compreensão de caminhos possíveis para as instituições museológicas superarem suas raízes coloniais e se tornarem espaços verdadeiramente inclusivos e representativos da diversidade cultural.

METODOLOGIA

A metodologia deste artigo adota uma abordagem qualitativa e exploratória, iniciando com uma revisão bibliográfica para contextualizar as bases coloniais dos museus. Em seguida, realiza-se uma análise crítica da exposição “Malungueiras”, de Ivonete Alves, enfocando o conteúdo visual, os processos criativos, e as narrativas decoloniais presentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Museu moderno, compreendido enquanto instituição, tem seu surgimento na Europa, no século XVII, sendo um fruto do Iluminismo e das expedições coloniais (VERGÈS, 2023, p. 21). A chegada dos europeus aos continentes americano, africano e asiático criou grande curiosidade quanto às pessoas, aos artefatos, e à nova realidade que aqui encontraram. Muitas vezes visto como um espaço de neutralidade, o museu é um instrumento que legitimou a colonização, em nome da divulgação científica, tratando povos, narrativas, e culturas como meros objetos de exposição.

Nesse sentido, o Museu é:

(...) um espaço social total, atravessado por lutas de classe, gênero e raça, culturais e ideológicas; uma instituição que propõe uma história da arte e uma geografia do mundo, que abriga restos mortais, objetos roubados, saqueados ou adquiridos de forma desonesta, privando povos e comunidades de seu luto e de suas riquezas. O museu universal é uma arma ideológica (...) (VERGÈS, 2023, p. 24).

O Museu enquanto “campo de batalha” é um espaço que reflete as tensões sociais que enfrentamos na sociedade contemporânea. Não é nova a reflexão sobre quais os corpos e saberes são permitidos a adentrar esses espaços, e de que forma é feita essa inclusão. Todavia, cada vez mais se percebe o movimento por uma “decolonização” desses espaços, com uma maior diversificação dos artistas, obras, e ações desenvolvidas. Mas é preciso nos perguntar: será que essa inclusão da diversidade é suficiente para transgredir sua raiz colonial?

De acordo com Baptista, Boita, Escobar, Tedesco, Quintiliano e Ribeiro, ao investigarem como as questões relativas à sexualidade, gênero, raça e classe estão inseridas nos museus do Ibram (Instituto Brasileiro de Museus),

(...) o que está em jogo no debate da decolonialidade é justamente a codificação crítica da produção de hierarquias pautadas na sexualidade, gênero, raça/etnia/cor e classe, elementos que embora separados por vírgulas constituem um só estrato, o dos corpos e epistemologias abjetos (2023, p. 5).

Os pesquisadores e pesquisadoras concluíram, com base na análise de nomes, missões institucionais, exposições de longa duração e/ou musealização dos espaços em cerca de 30 espaços administrados pelo Ibram, que estes seguem majoritariamente

masculinos, brancos, cishétero-centrados, e vinculados às elites nacionais (2023, p. 18).

Isso ocorre porque

Por trás da aparente neutralidade, o museu tem participação nos processos de dominação e na representação do Estado-nação sobre si mesmo. (...) As pessoas vão ao museu para se cultivar não apenas numa história eurocentrada da arte, mas também numa disciplina da visão e do corpo. O museu é visitado em silêncio, com o recolhimento próprio de certa concepção da recepção da beleza conveniente à cultura burguesa (...) (VERGÈS, 2023, p.83).

A nova museologia é uma perspectiva museológica que ganhou força a partir da década de 1970, e que vem ao encontro das iniciativas de decolonização dos museus. Nesse sentido, seus pressupostos “(...) propõem a valorização das diversidades culturais, a participação da comunidade na construção coletiva dos acervos, assim como no desenvolvimento local e na resolução das demandas sociais presentes nos lugares que os museus se encontram” (CARBONE, 2024, p. 1).

O exemplo do Museu da Maré, inaugurado em 2006 no Rio de Janeiro, é um exemplo importante no sentido de maior inclusão da própria população representada ao construir um acervo comunitário a partir da doação de objetos pessoais dos próprios moradores do Complexo da Maré, garantindo seu direito à memória. Entretanto, é preciso destacar que iniciativas isoladas, ainda que louváveis, não tem o poder de transformar uma realidade pautada pelos valores coloniais. É como destaca Vergès, “A decolonização não é uma postura; nenhuma instituição pode ser decolonial enquanto a sociedade não for decolonizada, e não existe museu fora do mundo social que o criou (2023, p. 41).

Com isso em mente, nos aprofundaremos em outra iniciativa de questionamento da bases coloniais do museu, trazendo o caso do Museu de Arte e Cultura Popular do Norte do Paraná, vinculado à Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

O Museu de Arte e Cultura Popular do Norte do Paraná abriu suas portas pela primeira vez em junho de 2022. O nome atribuído já indica sua vocação: não pretende ser uma museu universalizador, mas apresentar exposições e ações culturais referentes à arte e à cultura popular, especialmente da região Norte do Paraná, abrangendo também a região sul do Estado de São Paulo, escolha que se justifica pelo forte intercâmbio cultural que ocorre na região por ser área de fronteira entre os Estados, e pelo grande fluxo de estudantes paulistas que vêm estudar na UENP.

Desde sua inauguração, abriga a exposição de longa duração “Minha terra, que delícia, quantos carnavais”, sobre as tradições e práticas do Carnaval na cidade de Jacarezinho, tendo recebido as seguintes exposições de curta duração: “Mostra de Arte e Cultura Popular”, pelo Grupo Novo Prisma e “Joãozinho Caldeira, o poeta do barro”; “Malungueiras”, de Ivonete Alves; 37º Salão de Artes Plásticas de Jacarezinho; “Arte em Papelão”, sob orientação de Anderson Encarnação; “Submundo: Arte em Grafite”, por Carlão Grafitti; 38º Salão de Artes Plásticas de Jacarezinho; e “Cacostiando em Educar para as Relações Étnico-Raciais”.

Vale destacar que, assim como mencionado sobre a constituição do Museu da Maré, a exposição “Minha terra, que delícia, quantos carnavais” se constituiu, primordialmente, a partir de doações e empréstimos de fantasias, alegorias, instrumentos de percussão, pavilhões, e fotografias de integrantes das mais de 15 escolas de samba e blocos de enredo que passaram por Jacarezinho, além de narrações em áudio e vídeo de membros destas agremiações, sendo construída a várias mãos. Em contraponto, a parte da exposição que se dedica ao Carnaval de Salão se pauta, especialmente, sobre o acervo Celso Rossi, memorialista de Jacarezinho, que se dedicou em especial a registrar as experiências da elite da cidade.

Assim vemos que este museu volta suas atividades para a cultura e criações artísticas para setores muitas vezes marginalizados pela sociedade, pois, tem como foco a cultura popular. Em sua página de divulgação, define como Missão, Visão, Valores e Princípios o seguinte:

Missão: Promover o reconhecimento, a valorização e a preservação do patrimônio cultural da região nordeste do Paraná, sobretudo das manifestações culturais populares.

Visão: Ser um espaço de referência para a região nordeste do Paraná no que diz respeito à gestão e à implementação de projetos culturais e educativos, e ao apoio aos produtores de arte e cultura popular.

Valores e princípios: Responsabilidade com a produção e a difusão da cultura popular na região nordeste do Paraná (MUSEU UENP, online).

Definindo sua vocação para a arte e cultura popular, especialmente aquela produzida na região nordeste do Paraná, o Museu revela sua intenção em se distanciar do museu universalizador, e permitir que vozes dissidentes sejam o foco. Entre as exposições acolhidas pelo Museu de Arte e Cultura

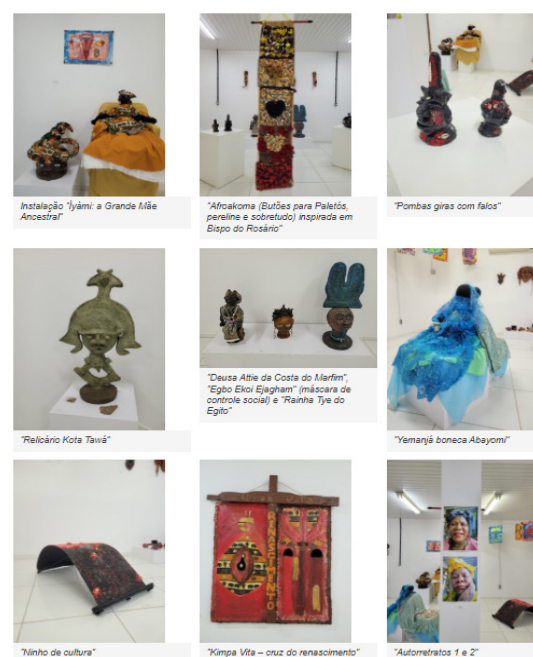
Popular da UENP, evidenciaremos a exposição de curta duração “Malungueiras”, da artista plástica Ivonete Aparecida Alves¹, aberta ao público na data de 09 de novembro de 2022 e encerrada em 12 de dezembro de 2022, como parte da programação da VIII Mostra de Arte e Cultura afro-brasileira - Candaces: Mulheres negras na cultura, na ciência e na vida (UENP). A exposição é fruto de seu doutoramento em Educação, pela UNICAMP.

A escolha em debruçar-se sobre essa exposição como objeto de pesquisa para pensar a decolonialidade dos museus, se dá perante seu caráter de *Artivismo*, como se declara Ivonete Alves. Neste sentido, a exposição reúne em seu acervo 20 obras, de variados suportes, confeccionados por mãos de mulheres negras, que resgatam com a arte a ancestralidade e o poderio feminino negro.

Dentre as obras, temos esculturas que representam orixás, máscaras em papel machê, obras em tecido e pinturas, entrelaçando a Arte do antigo Egito Negro, com a Arte Contemporânea. Vale destacar que a técnica utilizada em muitas das obras se chama “Kizombagem”, método da artista o qual anuncia o *modus* coletivo de dar vida a suas obras, que além das muitas mãos envolvidas no processo de criação, incide na preocupação com o meio ambiente e na responsabilização coletiva perante a sociedade.

Confira abaixo um pouco desse acervo potente que constitui a exposição “Malungueiras”²:

Figura 1 - Parte do acervo de “Malungueiras”, de Ivonete Alves



Observando a coleção e considerando a sua proposta que integra propósito-método-resultado de forma muito linear, há de notar a práxis da pesquisadora e artista Ivonete Alves, que entre Mulherismo Africano, atinge a finalidade de seus estudos voltados à Educação Popular, de educar para as relações étnico raciais por meio da resistência ancestral.

(...) dentro do processo de resistência ancestral, renasce a arte negra como um instrumento de luta, pois, em suas mais diversas linguagens, se fundamenta em constituir identidades, acessar subjetividades e criar um cenário de acolhimento. Quando esta arte negra é produzida por mulheres negras e gestadas com olhar respeitoso da ancestralidade, o processo é tão importante quanto o resultado (...) (ALVES, 2022).

O diferencial da exposição *Malungueiras* se exprime na citação acima. A exposição busca questionar o *status quo* do colonialismo, desde a ideia de sua concepção à forma de fazer, e as mãos que fazem, até a execução e os espaços por onde circula.

Para elucidar melhor essa ideia, é pertinente o comparativo entre exposições de temática Afro que ocupam grandes museus paranaenses, como é o caso da exposição de longa duração “África: Expressões artísticas de um Continente”, do Museu Oscar Niemeyer (MON)³, aberta em 01 de setembro de 2021, que congrega cerca de 1.700 obras de arte africana, do século XX, adquiridas pelo casal de colecionadores Ivani e Jorge Yunes, durante 50 anos de suas vidas, e doadas ao MON.

Figura 2 - Parte do acervo “África: Expressões artísticas de um Continente”



Uma vez que estamos discutindo a respeito de decolonialidade e museus, o contraponto entre as expo-

sições é necessário, afinal, a atitude decolonial não se dá apenas pela inclusão de obras africanas no seu acervo, retornando a discussão já apresentada do Museu Universal, especialmente se considerando que as edificações museológicas emergiram do roubo e da legitimação de saques facilitados a partir da colonização. No campo de batalhas, os povos subalternos estavam expostos como excentricidades em vitrines. Françoise Vergès conceitua a reflexão:

(...) Um mundo da modernidade que se baseia na filosofia liberal dos direitos e acumulou bens e riquezas à custa do tráfico, da escravidão, da colonização e do capitalismo racial e patriarcal; (...) Sua concepção de Estado liberal é monolíngue, as liberdades são outorgadas às minorias linguísticas, raciais, religiosas e culturais em função de seu respeito e adesão às normas. Direitos individuais foram estabelecidos, enquanto códigos negavam esses direitos aos subalternos (...) (2023, p. 18).

Então, é verdade que os Museus estão se qualificando, ampliando seus acervos, treinando suas equipes e diversificando-as, todavia, outras questões estruturais devem ser superadas, pois

(...) sabemos que as equipes de cada unidade museológica desenvolvem uma série de ações para superar a matriz colonial vigente nas unidades onde atuam, como exposições de curta duração, publicações, eventos ou ações educativas — mas o que aqui se está discutindo são os aspectos estruturais, e não as conjunturas. (...) (BAPTISTA *et al*, 2023, p. 6).

Voltando os olhos para Ivonete Alves, com a exposição “Malungueiras” no Museu de Arte e Cultura Popular do Norte do Paraná, como parte da programação da VIII Mostra Afro (UENP), percebe-se esforços da Universidade, enquanto estrutura, em romper os paradigmas previamente consolidados do colonialismo nos museus. Esse interesse soma-se à proposta da exposição, que como já visto, todo o sistema é baseado em diretrizes afrocentradas, portanto aqui reconhecemos como decolonial.

Portanto, do processo ao resultado, “Malungueiras” cumpre seu propósito de “Malungar”, reunindo sabedoria feminina ancestral, que se traduzem em obras de arte e ocupam salões e salas expográficas, revelando que Museu é espaço de Sankofa! “A ideia do sankofa é a de que é preciso ter os pés no presente, com o corpo indo para o futuro, sem nunca esquecermos do passado. Então, é no tempo sankofado que a exposição ‘Malungueiras’ se inscreve” (UENP, 2022).

CONCLUSÃO

Este estudo explora as tensões e contradições presentes no campo museológico, particularmente em relação à influência das raízes coloniais e à busca por decolonialidade. Embora frequentemente considerados espaços neutros e de preservação cultural, os museus têm suas raízes profundamente entrelaçadas com processos coloniais, que legitimaram a dominação e a imposição de narrativas eurocêntricas.

A partir da segunda metade do século XX, emergem novos paradigmas museológicos que buscam romper com as tradições coloniais. Tomamos como objeto de análise o Museu de Arte e Cultura Popular do Norte do Paraná, vinculado à Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Com uma vocação explícita para a valorização da cultura popular e das manifestações culturais da região Nordeste do Paraná, esse museu se posiciona como uma alternativa ao modelo universalista tradicional, promovendo maior inclusão e protagonismo das vozes historicamente marginalizadas.

Nesse contexto, a exposição “Malungueiras”, da artista Ivonete Alves, destaca-se como um exemplo concreto de ativismo, onde o processo criativo e a escolha dos temas e métodos são profundamente entrelaçados com a resistência ancestral e a crítica ao colonialismo. Essa exposição, ao lado de outras iniciativas semelhantes, evidencia que a verdadeira decolonialidade nos museus vai além da simples inclusão de diversidade nos acervos, exigindo uma transformação estrutural que reflita uma sociedade também decolonizada.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Jean Tiago; BOITA, Tony; ESCOBAR, Geanine Vargas; TEDESCO, Caio de Souza; QUINTILIANO, Marta; RIBEIRO, Lucas. **Sexualidade, gênero, raça e classe no Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)**: por uma guinada queer interseccional e decolonial. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 57, p. 1-20, 2023

CARBONE, Mariah Cristina Rodrigues. **Feminismos negros e decolonialidade no Museu da Maré**. Disponível em <https://wikifavelas.com.br/index.php/Feminismos_negros_e_decolonialidade_no_Museu_da_Mar%C3%A9>. Acesso em 29 de agosto de 2024.

MUSEU DE ARTE E CULTURA POPULAR DO NORTE DO PARANÁ (UENP). **“Missão, Visão, Valores e Princípios.”** Website oficial. Disponível em <<https://museu.uenp.edu.br/sobre/>>. Acesso em 28 de agosto 2024.

MUSEU OSCAR NIEMEYER. Exposição “Áfri-

ca: Expressões Artísticas de um Continente”. Website oficial. Disponível em <<https://www.museuoscarniemeyer.org.br/exposicoes/africa>>. Acesso em 28 de agosto 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ (UENP). Museu de Arte e Cultura Popular. **Exposição “Malungueiras”**, de Ivonete Alves. Jacarezinho, 2022.

VERGÈS, Françoise. **Descolonizar o Museu: Programa de desordem absoluta**. São Paulo: Ubu Editora. 2023.

Notas finais

1 Ivonete Alves é uma artista de diversas linguagens, que realiza suas criações de modo integrado à sua atuação social e comunitária, se autointitulando uma Artivista. Reside em Presidente Prudente/SP, no Mocambo APNS Nzinga Afro-Brasil, onde realiza diversas ações artísticas, culturais e de acolhimento de suas comunidades.

2 Galeria disponível no site do Museu de Arte e Cultura Popular do Norte do Paraná. Disponível em: <https://museu.uenp.edu.br/exposicao/exposicao-malungueiras-de-ivonete-alves/>. Acesso em 28 ago. 2024

3 Maior museu de artes da América Latina, em área construída. Projetado por Oscar Niemeyer. Localizado em Curitiba (PR), popularmente conhecido por “Museu do Olho”. Galeria disponível no site do Museu em: <https://www.museuoscarniemeyer.org.br/exposicoes/africa/>. Acesso em 28 ago. 2024

O PNLD LITERÁRIO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Begrami, Felipe Miguel da Silva¹, Batista, Valdirene Barboza de Araújo²

1. Discente do Curso de Graduação em Letras: Português/Inglês - Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ - felipebegrami@gmail.com

2. Graduada em Letras: Português/Literatura, Mestra e Doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Professora Colaboradora do Centro de Letras, Comunicação e Artes da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Jacarezinho (UENP/CJ)

PALAVRAS-CHAVE

Políticas públicas;
Formação leitora;
Pnld/Literário;
LGBTQIAPN+.

KEYWORDS

Public policies;
Reading education;
PNLD/Literary;
LGBTQIAPN+.

POLÍTICAS PÚBLICAS E A RELAÇÃO DE GÊNERO E AS SEXUALIDADES

RESUMO

Desde a década de 1990, em razão dos movimentos de internacionalização e globalização dos mercados econômicos que impulsionaram a redefinição do papel social a ser exercido pelo Estado, o governo brasileiro vem implementando políticas públicas para atender às demandas específicas da comunidade que, atualmente, é conhecida como LGBTQIAPN+. Dentro desse cenário, o programa de distribuição de livros PNLD Literário pode ser importante para problematizar e democratizar, junto ao público juvenil, o acesso às questões que perpassam as relações de gênero e sexualidades. Considerando a importância do texto literário no processo de formação integral dos estudantes, esta pesquisa, de cunho bibliográfico e documental, objetiva investigar a presença/ausência de temas ligados às relações de gênero e sexualidades nos livros que compõem o PNLD Literário, edição 2021, por meio da análise das resenhas das obras. O resultado mostrou uma presença tímida de obras que tratam desses temas, indicando a necessidade de repensar, em termos quantitativos, o processo de constituição do acervo do programa de forma mais igualitária.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas educacionais brasileiras voltadas para diversidade, gênero e (homo)sexualidades, conforme salientam Cláudia Vianna e Maria Cristina Cavaleiro (2011), foram impulsionadas, em especial, pela participação do governo brasileiro e da sociedade civil em diversas conferências internacionais ocorridas ao longo dos anos de 1990. Ainda que a realização dessas conferências objetivasse o cumprimento de metas voltados para a universalização de acesso, a elevação da escolaridade, a flexibilização dos currículos, entre outros propósitos orientados por agências multilaterais internacionais, elas foram cruciais para a constituição de um pacto educacional, voltado às questões da diversidade sociocultural em várias direções.

A crítica especializada indica os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN) como o primeiro documento orientador do currículo brasileiro a usar oficialmente os vocábulos “sexualidade” e “gênero”.

Todavia, segundo Vianna e Cavaleiro (2011), a subordinação dessas duas temáticas ao trinômio corpo/saúde/doença no tema transversal denominado Orientação Sexual foi motivo de severas críticas. Isso porque o documento assinala que o trabalho com a orientação sexual deveria estar voltado para a promoção da saúde das crianças e dos adolescentes, de modo a prevenir das doenças sexualmente transmissíveis, particularmente da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) que, naquele momento, assustava a população brasileira. Da mesma forma, deveria contribuir para a prevenção de problemas graves, como o abuso sexual e a gravidez indesejada. Conforme consta no documento, as “informações corretas aliadas ao trabalho de autoconhecimento e de reflexão sobre a própria sexualidade ampliam a consciência sobre os cuidados necessários para a prevenção desses problemas” (Brasil, 1998, p. 79).

A pouca relevância dada ao tema diversidade sexual suscitou severas críticas, sobretudo, por sinalizar

certa discriminação em relação às homossexualidades, como evidenciam diferentes estudos. A título de exemplificação, no artigo “Parâmetros curriculares nacionais: um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil”, os pesquisadores Yáskara Arrial Palma, Aline da Silva Piason, Almudena Garcia Manso e Marlene Neves Strey divulgam o resultado de uma pesquisa que objetivou investigar a abordagem do tema da orientação sexual nos PCN. Os investigadores apontam certa incipiência em relação à diversidade sexual, podendo, no documento, o termo diversidade se relacionar à cultura em geral, mas não especificamente à sexualidade. Além disso, criticam o modelo higienista da sexualidade adotado pelo documento curricular nas áreas de Linguagens e códigos e suas tecnologias e de Ciências Humanas e suas tecnologias.

Segundo os pesquisadores supracitados, no que diz respeito à homossexualidade, a temática aparece rapidamente vinculada à ideia de que não se deve ter preconceitos nem discriminar o diferente. Em nenhum momento suscita a discussão acerca da necessidade de promover momentos de reflexão para pensar o desejo afetivo-sexual direcionado para a pessoa do mesmo sexo. Da mesma forma, não há discussão sobre as diversas maneiras de se constituir uma família para além do modelo tradicional pai, mãe e filhos.

Seja como for, ainda que dentro desse contexto de saúde pública, conforme indicam os estudos de Vianna e Cavaleiro (2011), esse período foi muito importante para impulsionar a discussão de questões ligadas à identidade de gênero e à (homo)sexualidade. Nesse cenário, destaca-se a realização de algumas ações importantes, a saber: a criação das *Diretrizes para uma Política Educacional em Sexualidade* em 1994; a instituição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I) em 1996, iniciando a trajetória que relaciona sexualidade e direitos humanos; a aprovação do *Plano Nacional de Educação* em 2001, Lei 10.172, que ao contrário do que se esperava, nesse momento, não ampliou o debate em relação à sexualidade, à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero.

Ainda sob o ponto de vista dessas duas pesquisadoras, foi ao final de 2002 que o movimento homossexual brasileiro sofreu algumas alterações, surgindo a denominação LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros). Com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), a agenda governamental do Ministério da Educação (MEC) acolheu temas e sujeitos que dela estavam excluídos, ficando essa secretaria incumbida de transformar as propostas gestadas em outros programas e planos em metas voltadas para a educação. Ao longo dos anos, mesmo entre sobressaltos, foram realizadas várias ações com vistas a incluir as questões específicas desse grupo social. A realização da

VI Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2010, por exemplo, insere questões da inclusão e da diversidade na pauta das políticas educacionais do Brasil. O eixo “Justiça social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e igualdade”, do Plano Nacional de Educação (PNE), também abordou diversas sugestões de políticas sobre temas muito variados, tendo em vista a realidade sociocultural do país, estando entre eles as questões de gênero e diversidade sexual.

Isso posto, com vistas a viabilizar a formação integral dos estudantes, prevista pela LDB/1996, e reiterada pela *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC/2018), é que os programas de distribuição de livros vêm, ao longo dos anos, incluindo, em seus acervos, obras que abordam temas contemporâneos e relevantes. Quando foi criado, em 1997, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), aparentemente, não dava tanto enfoque à inclusão da temática LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, *Queer*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e Não-binárias), posto que oferecia às escolas públicas obras mais focadas na literatura clássica e contemporânea. A partir dos anos 2000, começa a inclusão gradual de temas ligados à sexualidade sob várias perspectivas. Esse programa foi substituído pelo PNLD Literário, que é resultado da união de dois grandes programas do Governo Federal: do PNBE e do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Esse trâmite se deu, em 2017, por intermédio do Decreto 9.099, de 18 de julho e, desde 2018, o PNLD Literário vem distribuindo livros de literatura para os três níveis de ensino que constituem a educação básica.

Esse programa, se bem aproveitado pelos educadores, pode ser fundamental para a formação de leitores de literatura em ambiente escolar, mobilizando a fruição estética, os pensamentos crítico, criativo e reflexivo, o (re)conhecimento de si e do outro, a partir do acesso a temas que contemplam a diversidade étnica, sexual, cultural, identitária e social. Isso porque, conforme já preconizou Antonio Candido (1972), a literatura pode humanizar as pessoas em sentido profundo, uma vez que consegue, por intermédio do trabalho artístico com a palavra, representar toda a complexidade humana, podendo atuar no processo de formação e desenvolvimento dos leitores.

Nesses termos, considerando a importância desse programa no âmbito das políticas públicas voltadas para a formação de leitores de literatura, esta pesquisa objetiva investigar a presença/ausência de temas ligados às relações de gênero e sexualidades no acervo que compõe o *Guia Digital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático Literário*, no ano de 2021, para o ensino médio (1ª à 3ª série). A intenção é compreender em que medida esse programa de distribuição de livros literários está contribuindo para a democratização desses temas em ambiente escolar, bem como possibilitando reflexões que pos-

sam levar ao conhecimento de si e do outro, de forma sensível, empática e generosa.

METODOLOGIA

A pesquisa é de cunho bibliográfico, tendo em vista que se realiza e dialoga com estudos desenvolvidos por outros pesquisadores que já trataram do tema, estando entre eles: Vianna e Cavaleiro (2011), Palma *et al.*, Yamasaki (2020), Louro (1999). Ao mesmo tempo, é documental, pois possui como principal objeto de investigação o *Guia Digital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático Literário*, edição de 2021, que teve como público-alvo os estudantes do ensino médio e professores das escolas públicas brasileiras. O trabalho foi desenvolvido sob abordagem mista, lançando mão tanto da análise quantitativa quanto da qualitativa, o que possibilita a compreensão mais completa e abrangente do problema de pesquisa, bem como a interpretação dos dados considerando as complexidades que os envolvem.

Nesses termos, a investigação se concentrou na busca por palavras que pertencem ao mesmo campo semântico que, na esfera dos estudos linguísticos, é utilizado para nomear as séries de unidades lexicais que possuem características em comum no que tange a seus significados. Dessa forma, no primeiro momento, utilizando o recurso para busca de palavras em documentos do Word – Localizar –, foi feito o levantamento de palavras e termos que fazem parte do campo semântico das relações de gênero e sexualidades nas resenhas oferecidas pelo Guia do PNLD Literário, a saber: diversidade sexual, educação sexual, homossexualidade, identidade de gênero, LGBTQIAPN+, orientação sexual e sexualidade. No segundo momento, intencionando fazer uma análise comparativa, foi feita a busca de outros temas que também podem pertencer ao universo juvenil, estando entre eles: amizade, namoro, escola, família e religiosidade. Segundo Teresa Colomer (2003), a narrativa juvenil contemporânea tende a tratar de temas ligados a questões que envolvem relações interpessoais, amadurecimento, a vida em sociedade e aventuras.

Conforme já foi informado, a busca desses doze termos-chave foi feita no âmbito das resenhas produzidas por especialistas para apresentar uma visão geral da obra, com vistas a apoiar os educadores no processo de escolha. Daí que, segundo esse Guia, a leitura atenta desse material seria de fundamental importância, posto que essas poderiam mobilizar debates e reflexões nas escolas, as quais deveriam considerar, igualmente, os contextos, as singularidades e os (as) participantes desse processo, de maneira a oportunizar a inclusão de novas obras no acervo literário das escolas e no horizonte de leituras literárias dos estudantes.

A indicação de temas a serem abordados na obra nas resenhas é, certamente, um elemento importante no

processo de escolha dos livros, uma vez que oferece orientações aos educadores. De acordo com o Guia, as obras que compõem o acervo do PNLD Literário devem estar isentas de preconceitos, estereótipos ou discriminação de ordem racial, regional, social, sexual, religiosa ou de gênero. Da mesma forma, a obra não pode incitar a violência entre seres humanos ou contra outros seres vivos, em qualquer uma de suas diversas manifestações, de maneira acrítica.

Após o levantamento dos doze termos-chave, foi feita a análise dos resultados obtidos, que são apresentados no tópico seguinte.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No total, o Guia em análise disponibilizou, em 2021, 526 resenhas aos educadores, cujos livros abordam diferentes temáticas. No que diz respeito aos temas que interessam à comunidade LGBTQIAPN+, em momento algum consta a expressão diversidade sexual de modo específico. Essa constatação dialoga com o já mencionado estudo realizado por Palma *et al.* que, em 2015, observaram o uso genérico do termo na esfera dos PCN. Os autores salientam que, nesse documento curricular oficial, o termo diversidade se relaciona à cultura, mas não à sexualidade. O mesmo ocorre com as expressões educação sexual e identidade de gênero, que aparecem várias vezes como palavras isoladas no âmbito do Guia analisado. O vocábulo diversidade aparece 61 vezes, identidade 67 e gênero 759, no entanto, em nenhum momento esses termos são empregados de forma específica no que diz respeito à diversidade sexual e identidade de gênero. Já a sigla LGBTQIAPN+ está totalmente ausente no Guia.

Apesar desse diagnóstico, as resenhas informam que dezenove livros contemplam, de alguma maneira questões ligadas à comunidade LGBTQIAPN+: onze abordam a sexualidade, cinco a homossexualidade e três a orientação sexual. Nesse cenário, importa salientar que, em geral, as resenhas não fazem hierarquizações entre os temas. Assim, nesses livros, esses temas dividem espaços com outros assuntos também. A título de exemplificação, em *As Santas*, além da orientação sexual, a obra discute temas do universo feminino, como religiosidade, matrimônio e violência doméstica, além de discutir questões relacionadas à ficção, mistério e fantasia. No segundo livro – *A princesa salva a si mesma* – que é uma obra autobiográfica, igualmente são abordados os seguintes temas: desentendimentos familiares, estupro, relacionamento abusivo e suicídio. O mesmo ocorre com a obra *Quando somos todos quase* que também trata de outras questões, estando entre elas, a adolescência, a construção da identidade, as relações familiares e a internet.

Importa ressaltar que, em algumas obras, com base

na leitura das resenhas, esses temas ocupam lugar de centralidade: dos cinco livros que indicam a homossexualidade na lista de temas, três a possuem como temática articuladora da trama narrativa. São eles: Marcados pelo triângulo rosa, obra que aborda memórias de homens que sofreram durante o nazismo em razão da atração sexual sentida por outros homens; Spinning, que se caracteriza por um relato autobiográfico que trata das dificuldades de se assumir homossexual perante à sociedade (o livro discute a sexualidade de forma pontual); e Quinze dias que, embora não indique a homossexualidade como tema, a julgar pelo resumo da trama narrativa, a temática é uma das principais. De maneira sintética, o enredo se constrói a partir do conflito vivenciado pelo protagonista Felipe, um estudante do ensino médio que sofre preconceito por ser gordo e homossexual. Logo, a homossexualidade está presente na obra como tema gerador, no entanto, não aparece na indicação de temas, sendo indicados como eixos temáticos os termos bullying, gordofobia e homofobia. À primeira vista, a ausência da palavra homossexualidade na resenha do livro em questão pode ser explicada pela presença da palavra homofobia.

O mesmo pode ser pontuado em relação ao tema sexualidade: das onze obras que indicam o vocábulo como tema, é possível afirmar que duas obras abordam a sexualidade como tema central. Trata-se de Spinning e Sentimentos: achados e perdidos. A primeira aborda a sexualidade como tema principal, dando ênfase à homossexualidade, conforme já foi pontuado anteriormente, enquanto a segunda é uma coletânea de contos que abordam diversos temas, estando entre eles um que explora a descoberta da sexualidade.

Já os outros temas menos polêmicos, igualmente importantes para o universo juvenil, são mais recorrentes: a palavra amizade aparece como eixo temático em 39 livros; o vocábulo escola aparece como tema em 26 resenhas; o tema família aparece em 74 livros; oito exploram a temática namoro; cinco abordam a religiosidade; e quatro indicam a palavra igreja entre os temas elencados nas resenhas. Ainda que a recorrência dos temas igreja, religiosidade e namoro esteja próxima da quantidade de vezes em que são indicadas as palavras que compõem o campo semântico das palavras ligadas à comunidade LGBTQIAPN+, o número é bastante desigual quando se considera o percentual de aparição dos vocábulos amizade, família e escola.

A recorrência em maior quantidade de temas que estão fora das urgências da comunidade LGBTQIAPN+ em livros destinados ao público juvenil pelo PNLD/Literário 2021, no primeiro momento, pode indicar a permanência de obras que não tratam de questões que são tabus na sociedade contemporânea. Uma das justificativas para essa permanência pode ser o fato de que tais obras possibilitam aos

professores trabalhar em ambiente escolar com mais facilidade, sem preocupações ou pressões por parte da família e da sociedade em geral. Não se pode esquecer de que, não raro, os jornais veiculam notícias de livros que sofrem algum tipo de censura quando tratam de temas fraturantes. Em 2024, por exemplo, o livro *O avesso da pele*, de autoria de Jefferson Tenório, foi censurada, conforme informa o jornal virtual *Estadão*, por conter linguagem inapropriada para menores de 18 anos e descrição de relações sexuais entre personagens.

Em contrapartida, a pouca presença desses temas pode sinalizar a dificuldade dos que estão à frente desse programa para garantir que todas as pessoas sejam representadas igualmente. Mesmo que os temas família, amizade e escola possam não ser a temática principal das obras em que eles foram indicados, não há paridade de representação em termos quantitativos; a recorrência dos temas ligados à comunidade LGBTQIAPN+ está em evidente desvantagem. Ao discutir questões de gênero e sexualidade no currículo, Guacira Lopes Louro (1999) salienta que, no espaço escolar, há a prática de uma pedagogia da sexualidade que legitima determinadas identidades e reprime e marginaliza outras. Daí a necessidade de ampliar essa representatividade num espaço tão importante como é a escola. Como defende Bárbara Yamasaki (2020, p. 9): “A representatividade valida a existência das pessoas, assegura que elas podem ser quem são e ainda mostra que elas não estão sozinhas”.

Não se pode negar que a abordagem dos temas polêmicos exige certo preparo por parte dos docentes. No entanto, é imprescindível lembrar que a literatura representa, no plano artístico, a vida em toda a sua plenitude e educa entre altos e baixos, luzes e sombras, tal como já preconizou Candido (1972), exercendo função bem diferente da exercida pela instituição escolar. Portanto, os livros disponíveis no PNLD Literário não devem ser utilizados para realizar algum tipo de educação formal, eles precisam estar a serviço da fruição estética e do conhecimento de si, do outro e do mundo.

CONCLUSÃO

O estudo desenvolvido evidenciou que, desde a década de 1990, as políticas públicas brasileiras vêm caminhando em direção à inclusão de questões ligadas à comunidade LGBTQIAPN+ em projetos, planos e programas governamentais. Apesar disso, conforme foi evidenciado, a julgar pelas resenhas do Guia do PNLD Literário, de 2021, as quais são consideradas um importante instrumento orientador da escolha dos livros que irão compor o acervo das escolas, a presença de obras que abordam a sexualidade, a diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero ainda é bem tímida. Esse apontamento pode ser confirmado, em especial, quando se compara com

a presença quantitativamente bem maior de outros temas que fazem parte do universo juvenil, mas que não suscitam polêmicas no primeiro momento.

Essa ausência reforça a exclusão, o isolamento e até mesmo a evasão escolar dos pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+, o que favorece a ideia de que indivíduos que fazem parte desta sigla têm lugar limitado no espaço educacional, lugar garantido por lei a todos os indivíduos. Fechar os olhos para esses temas é negar a própria natureza humana, pois como é explicitado no texto de apresentação do tema transversal Orientação Sexual, parte que compõe os PCN (1997), a sexualidade é algo inerente à vida e à saúde, estando expressa desde cedo no ser humano. Sendo assim, é de suma importância que os livros que vierem a compor o PNLD Literário contemplem uma diversidade de temas de forma igualitária, não permitindo que um se sobreponha ao outro em termos quantitativos e qualitativos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes para uma política educacional em sexualidade*. Brasília: MEC/Secretaria de Projetos Educacionais Especiais, 1994. (Série Educação Preventiva Integral; 2).
- _____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- _____. Presidência da República. Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decree-to/D9099.htm. Acesso em: 22 jul. 2018.
- _____. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.
- _____. Ministério da Educação. *Guia Digital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático Literário*. Brasília: MEC, 2021.
- _____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 18 jul. 2024.
- CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 24, n. 9, p. 803-809, set. 1972.
- COLOMER, Teresa. *A formação do leitor literário: narrativa infantil e juvenil atual*. Trad. Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2003.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2010, Brasília, DF. Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento-Base. Brasília, DF: MEC, 2010. v. 1-2.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista* Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36.
- ‘O AVESSE DA PELE’ livro que foi alvo de censura, será leitura obrigatória do vestibular da UFRGS. *Estadão*. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/cultura/literatura/o-avesso-da-pele-livro-que-foi-alvo-de-censura-sera-leitura-obrigatoria-do-vestibular-da-ufrgs-nprec/#:~:text=Literatura%20E2%80%98O%20Averso%20da%20Pele%20E2%80%99%2C%20livro%20que%20foi,recolhida%20de%20escolas%20do%20Paran%C3%A1%20e%20de%20Goi%C3%A1s>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- PALMA, Yáskara Arrial; PIASON, Aline da Silva; MANSO, Almudena Garcia e STREY, Marlene Neves. Parâmetros curriculares nacionais: um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil. *Temas psicol.* [online]. 2015, vol.23, n.3, pp.727-738. ISSN 1413-389X. <https://doi.org/10.9788/TP2015.3-16>.
- VIANA, Cláudia; CAVALEIRO, Maria Cristina. Políticas públicas de educação e diversidade: gênero e (homo)sexualidades. *Niterói*, v.12, n.2, p. 27-45, 1. sem. 2012. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/06052013-124914dossie-2.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MUDANÇAS ‘QUE TRANSFORMAM: O “EU”, “VOCÊ”, OS “OUTROS” E O “TODOS NÓS”!

Rosa, Gabrielle da Silva¹

1. Graduada em Matemática e Superior Tecnologia em Terapias Integrativas e Complementares Especialista em Sexualidade Humana Centro Universitário Faveni – UNIFAVENI, Especialista em Terapia Sistêmica e Psicanálise Ead pela Faculdade Iguaçu Especialista em Saúde Mental, Psicopatologia e atenção psicossocial pela Universidade Pitágoras Unopar

PALAVRAS-CHAVE

Gênero;
Sexualidade;
Luta de classes;
Metodologias lúdicas;
Educação crítica.

KEYWORDS

Gender;
Sexuality;
Class struggle;
Playful methodologies;
Critical education.

GÊNERO, SEXUALIDADE E LUTA DE CLASSES

RESUMO

A oficina “Mudanças que Transformam: o “Eu”, “Você”, os “Outros” e o “Todos Nós”!” visa explorar as intersecções entre gênero, sexualidade e luta de classes por meio de uma metodologia lúdica e interativa, adaptada ao formato online. O ponto de partida é a utilização de metáforas animais, que representam a fluidez das identidades, para desconstruir preconceitos e incentivar a reflexão crítica. A oficina envolve atividades como o “Jogo dos Animais em Transformação”, inspirado em teorias sobre o jogo e a criatividade, seguido por um “Teatro do Oprimido Virtual”, onde os participantes encenam situações de opressão para discutir soluções coletivas. A expressão criativa é incentivada através de um “Mural Coletivo Virtual”, que permite a visualização das reflexões dos participantes, e o encerramento se dá com a dinâmica “Círculo de Vozes Virtual”, baseada na educação dialógica. A expectativa é que a oficina promova um engajamento profundo e acessível, facilitando a compreensão das complexas intersecções entre gênero, sexualidade e classe social, e contribua para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos. A conclusão reforça a importância do diálogo e da colaboração como ferramentas para a transformação social.

INTRODUÇÃO

As questões de gênero, sexualidade e luta de classes têm se tornado centrais no debate contemporâneo, tanto na esfera acadêmica quanto na sociedade em geral. A discussão atual sobre essas temáticas revela uma complexidade crescente, na qual as identidades e experiências pessoais são atravessadas por múltiplas camadas de opressão e privilégios (MOTTA, 2018). Segundo Crenshaw (2002), a interseccionalidade é crucial para compreender como diferentes formas de discriminação, como racismo, sexismo e classismo, se sobrepõem, criando experiências únicas de opressão para indivíduos em diversas situações. Fraser (2009) também explora essa complexidade, discutindo como as lutas por reconhecimento e redistribuição devem ser entendidas como interconectadas e essenciais para abordar as desigualdades estruturais presentes em nossa sociedade.

No contexto educacional, esses temas assumem uma

relevância particular. Educadores e gestores enfrentam o desafio de abordar tais questões de maneira que promova o respeito, a inclusão e a equidade, ao mesmo tempo em que lidam com as resistências e preconceitos enraizados. Freire (2011) argumenta que a educação deve ser um ato político e emancipador, com o potencial de transformar as relações de poder e desigualdade, incluindo aquelas baseadas em gênero e classe. Essa abordagem é essencial para criar ambientes educativos que reconheçam e aborem as desigualdades de forma crítica e reflexiva.

A metáfora da transformação, como observada em determinados animais que mudam de forma ou comportamento, oferece uma poderosa ferramenta pedagógica para ilustrar a fluidez das identidades e das relações sociais. Segundo Lorenz (1970), a observação do comportamento animal pode revelar dinâmicas de adaptação e mudança que são aplicá-

veis à compreensão das identidades humanas. Essa abordagem permite que os participantes explorem de forma lúdica e simbólica as complexidades de gênero, sexualidade e classe, promovendo uma compreensão mais profunda e acessível dessas interseções.

O problema central abordado nesta oficina reside na necessidade de criar espaços educacionais que permitam uma compreensão profunda e empática das interseções entre gênero, sexualidade e luta de classes. A hipótese é que, ao utilizar analogias lúdicas e criativas, como as transformações observadas em certos animais, podemos facilitar o engajamento dos participantes e promover uma reflexão mais profunda e acessível sobre essas questões complexas.

Diante disso, o objetivo desta oficina é proporcionar um espaço de aprendizado e reflexão interativa, onde os participantes possam explorar e discutir as transformações nas identidades de gênero, sexualidade e classe social, utilizando a metáfora dos animais em transformação como ferramenta pedagógica.

JUSTIFICATIVA

A oficina “Mudanças que Transformam: o “Eu”, “Você”, os “Outros” e o “Todos Nós!” se alinha diretamente com o Eixo Temático “Gênero, Sexualidade e Luta de Classes”, promovendo uma abordagem inovadora e interativa que visa aprofundar a compreensão dessas interseções. A relevância da oficina está em sua capacidade de traduzir conceitos teóricos complexos em experiências práticas e lúdicas, facilitando o entendimento e a sensibilização dos participantes. Como Bell Hooks (2013) sugere, a educação deve ser um espaço de transgressão, onde as vozes marginalizadas podem ser ouvidas e onde as barreiras tradicionais ao conhecimento são quebradas.

Além de ser uma ferramenta pedagógica potente, esta oficina contribui para o avanço do conhecimento científico ao explorar metodologias não convencionais para a educação em sexualidades e gênero. No campo filosófico, a proposta desafia as noções rígidas de identidade, promovendo uma reflexão sobre a fluidez e a interdependência das experiências humanas, conforme discutido por autores como Butler (2003). Artisticamente, a oficina valoriza a expressão criativa como meio de explorar e comunicar questões sociais profundas, utilizando a metáfora animal como um recurso simbólico poderoso.

A pertinência da oficina ao tema do congresso reside em sua abordagem inclusiva e inovadora, que visa não apenas informar, mas também transformar a percepção dos participantes sobre as complexas interações entre gênero, sexualidade e classe social.

METODOLOGIA

A oficina será conduzida em formato online, utilizando as plataformas de videoconferência Zoom ou Microsoft Teams, com uma metodologia que prioriza a interatividade e o lúdico. O objetivo é engajar os participantes de forma criativa e reflexiva, abordando as interseções entre gênero, sexualidade e luta de classes. A escolha por uma abordagem lúdica está fundamentada na ideia de que o jogo e a expressão criativa são ferramentas poderosas para a construção de conhecimento e para a reflexão crítica, como argumenta Huizinga (1938) em sua análise do papel do jogo na cultura, e Dewey (1934), ao defender a importância da experiência estética e do processo criativo na educação.

O público-alvo da oficina inclui educadores, estudantes, ativistas e qualquer pessoa interessada nas interseções entre gênero, sexualidade e luta de classes. A oficina é projetada para até 40 participantes, o que permite uma interação eficaz e um ambiente colaborativo. Esse número foi escolhido para garantir que todos os participantes possam contribuir ativamente nas atividades e discussões. Embora não haja pré-requisitos formais, é desejável que os participantes tenham algum envolvimento ou interesse em questões relacionadas a gênero, sexualidade e educação, para que possam se engajar de maneira mais profunda nas atividades propostas.

A oficina começará com a dinâmica “Jogo dos Animais em Transformação”, onde cada participante receberá uma descrição digital de um animal que muda ao longo da vida, como camaleões, borboletas ou peixes-palhaço. Estes animais, que mudam de forma, cor ou comportamento, servirão como metáforas para refletir sobre a fluidez das identidades de gênero, sexualidade e classe social. Os participantes serão divididos em pequenos grupos (usando salas de grupo nas plataformas de videoconferência), onde discutirão como as características desses animais podem ser comparadas às suas próprias experiências de identidade e transformação. Essa atividade busca desconstruir preconceitos e abrir um espaço para a exploração da fluidez identitária, apoiando-se na teoria de Huizinga (1938), que destaca a capacidade do jogo de criar novas realidades e possibilidades de entendimento.

Em seguida, a oficina avançará para a criação de cenas inspiradas no “Teatro do Oprimido”, uma metodologia desenvolvida por Augusto Boal (2005), que será adaptada para o ambiente virtual. Os participantes, ainda divididos em pequenos grupos, criarão e encenarão cenas curtas que abordam situações de opressão relacionadas a gênero, sexualidade e classe, inspiradas nas características dos animais estudados. Essas cenas serão compartilhadas com o grupo maior, onde outros participantes poderão intervir nas cenas para propor alternativas e soluções às situa-

ções de opressão apresentadas. Esse método permite que os participantes experimentem diferentes papéis e explorem as dinâmicas de poder e resistência de maneira segura e controlada, conforme proposto por Boal (2005). A atividade não só estimula a empatia e a compreensão das experiências alheias, mas também promove uma reflexão crítica sobre como essas opressões podem ser enfrentadas e transformadas na vida real.

Após a atividade teatral, a oficina se direcionará para uma atividade de expressão criativa chamada “Mural Coletivo Virtual”. Usando ferramentas digitais como Google Jamboard, Miro ou Padlet, os participantes serão convidados a criar representações visuais de suas reflexões sobre as discussões de gênero, sexualidade e luta de classes. Esta atividade se baseia na ideia de Dewey (1934), que enfatiza a importância da experiência estética e da arte como um meio de expressão e compreensão das experiências humanas. O mural coletivo permitirá que os participantes sintetizem suas aprendizagens de maneira criativa, criando um produto visual coletivo que representa as diversas perspectivas do grupo.

Para concluir a oficina, será realizada a dinâmica “Círculo de Vozes Virtual”, onde os participantes terão a oportunidade de refletir coletivamente sobre os aprendizados e as emoções geradas durante as atividades. Nesta última parte, cada participante será convidado a compartilhar uma palavra ou frase que resuma sua experiência na oficina. Esta dinâmica final é inspirada nas práticas de educação dialógica de Paulo Freire (2011), que valoriza o diálogo como um meio de construção coletiva do conhecimento e de fortalecimento das relações humanas. A troca de experiências e percepções entre os participantes reforça a importância da colaboração e do respeito mútuo, elementos centrais na construção de um ambiente educacional inclusivo e equitativo.

REFERÊNCIAS

BOAL, Augusto. Teatro do oprimido e outras poéticas políticas. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: CRENSHAW, Kimberlé; COTTER, David; PHILLIPS, Peter. Raça, gênero e direitos humanos: artigos e ensaios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002. p. 85-110.

DEWEY, John. Art as Experience. New York: Minton, Balch & Company, 1934.

FRASER, Nancy. Escalas de Justiça: repensando

o espaço político em um mundo globalizado. São Paulo: Boitempo, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

HOOKE, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HUIZINGA, Johan. Homo Ludens: A Study of the Play-Element in Culture. Boston: Beacon Press, 1938.

LORENZ, Konrad. Estudos sobre o comportamento animal e humano. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1970.

MOTTA, Daniele. Do universal ao específico: entrelaçando gênero, raça e classe. Cadernos Ce-marx, n. 11, p. 71-88, 2018.

PROJETO DE LEI 5.167/2009 E A NECROPOLÍTICA CONTRA A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

Santos, Letícia Maire Silva¹, Fonseca, Andrei Domingos²

1. Discente do Curso de Graduação em Direito - Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ - Ltcmair@gmail.com

2. Graduado em Direito pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD - Doutorando e Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP

PALAVRAS-CHAVE

Necropolítica;
População LGBTQIAPN+;
União Homoafetiva.

KEYWORDS

Necropolitics;
LGBTQIAPN+ Population;
Same-Sex Union.

DIREITOS SEXUAIS E DIREITO ANTIDISCRIMINATÓRIO

RESUMO

O Projeto de Lei nº 5.167/2009, de autoria dos deputados Capitão Assunção (PSB/ES) e Paes de Lira (PTC/SP), visa proibir o reconhecimento legal de uniões homoafetivas no Brasil. Este artigo interpreta-o à luz do conceito de necropolítica, conforme formulado por Achille Mbembe, que se refere ao poder estatal de determinar quem é incluído ou excluído dos direitos fundamentais. O objetivo central do estudo é demonstrar como essa proposta legislativa pode ser utilizada como um mecanismo de necropolítica contra a população LGBTQIAPN+, privando-a do direito de constituição familiar e, consequentemente, de outros direitos essenciais à vida plena. Adotou-se uma metodologia hipotético-dedutiva, com recurso à análise bibliográfica e documental para sustentar as hipóteses formuladas. Os resultados da pesquisa indicam que a exclusão das uniões homoafetivas do reconhecimento jurídico representa não apenas uma negação de direitos, mas também uma forma de violência institucional que reforça a marginalização dessa população. Dados documentais revelam que, entre 2000 e 2022, foram registradas 5.635 mortes associadas à violência contra pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil, sublinhando a necessidade de proteção legal efetiva. Conclui-se que o PL 5.167/2009, ao buscar retirar o direito ao casamento civil e à união estável de casais homoafetivos, não apenas nega direitos fundamentais, mas também institucionaliza uma forma de necropolítica que relega essa população à margem da cidadania plena, perpetuando sua vulnerabilidade social e marginalização estrutural.

INTRODUÇÃO

Os direitos da comunidade LGBTQIAPN+ têm sido constantemente violados ao longo da história brasileira. A estrutura da sociedade brasileira foi construída a fim de causar desvantagem e desigualdade, onde as relações sexuais e de afeto entre pessoas de mesmo gênero eram proibidas por lei. Apesar dessa proibição ter sido retirada pelo Código Penal Imperial de 1830, as leis dos séculos XIX e XX sobre “comportamentos que ofendiam os bons costumes” eram utilizados para punir qualquer manifestação pública de casais homoafetivos.

Hoje, embora diversos projetos de lei voltados para a promoção dos direitos da comunidade

LGBTQIAPN+ tenham tramitado no Congresso Nacional desde o processo de redemocratização, nenhum deles foi aprovado por ambas as casas legislativas. Ademais, propostas que visam restringir ou suprimir os direitos dessa comunidade continuam a ser apresentadas por parlamentares. Exemplos notáveis incluem o Projeto de Lei nº 5.069/2013, de autoria do deputado João Campos (PSDB-GO), que buscava permitir a utilização de terapias de conversão para a chamada “cura gay”, e o Projeto de Lei nº 2.563/2019, apresentado pelo deputado Márcio Labre (PSL-RJ), que visava a proibição da adoção por casais de mesmo gênero.

Outro projeto de lei sobre a retirada de direitos LGBTQIAPN+ no Brasil que deve ser salientado é o apresentado pelos deputados Capitão Assun-

ção e Paes de Lira, de nº 5.167/2009, que propõe a inclusão de artigos que proíbem o casamento civil de pessoas de mesmo sexo e/ou sua equiparação as uniões heterossexuais no código civil brasileiro. Projeto esse que chegou a ser aprovado na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados em outubro de 2023 e segue em tramitação.

A perda de direitos pode ser relacionada com a necropolítica, que se refere a um regime de poder que controla e administra a vida e a morte dentro das sociedades contemporâneas. Esse conceito analisa como os Estados exercem controle sobre os corpos e as vidas, determinando quem tem o direito à sobrevivência e quem é exposto à morte e à violência. A necropolítica se manifesta em práticas de violência estatal, zonas de exceção, condições de vida precárias e retirada de direitos, refletindo uma forma de poder que utiliza a morte e a marginalização como instrumentos de controle e dominação, especialmente em contextos de desigualdade e exclusão social.

Nesse sentido, a presente pesquisa busca responder a seguinte problemática: como o Projeto de Lei nº 5.167 de 2009 pode ser um dispositivo para implementar a necropolítica contra a população LGBTQIAPN+? A hipótese demonstrada é que o Projeto de Lei nº 5.167, de 2009, visa retirar o direito já conquistado de constituição de família da população LGBTQIAPN+, por meio da proibição do casamento e da união estável dos casais homoafetivos, rebaixando-os em relação aos casais heteronormativos e excluindo-os de políticas públicas, negando, portanto, direitos fundamentais para uma vida plena, implantando assim a necropolítica.

Para responder ao questionamento condutor do trabalho, o objetivo geral da investigação é identificar como a utilização do Projeto de Lei nº 5.167, de 2009, pode ser uma ferramenta de necropolítica contra a população LGBTQIAPN+. Para isso, foi analisada, em um primeiro momento, a configuração de família no ordenamento brasileiro ao longo dos anos, bem como demonstrado como o referido PL tem sido utilizado contra os direitos da população LGBTQIAPN+ no Brasil.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa foi a hipotético-dedutiva, sendo formuladas hipóteses sobre a possível aplicação do Projeto de Lei nº 5.167 de 2009, e deduzindo suas possíveis consequências. Para isso, foram utilizados os métodos auxiliares de análise bibliográfica e de análise documental em artigos científicos, livros, teses, dissertações e dossiês sobre o tema em comento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A única maneira prevista legalmente de se constituir família durante a vigência do Código Civil de 1916 era por meio do casamento civil entre homem e mulher, em uma estrutura heteronormativa e patriarcal, onde o marido era o único representante legal da entidade familiar. A mudança dessa estrutura se iniciou com o advento da Constituição Federal de 1988 (CF/88), que ampliou as possibilidades, podendo a família ser provinda também de união estável e da monoparentalidade, sendo norteadas pelos valores da dignidade e realização da pessoa humana (Madaleno, 2018, p. 41).

Apesar das importantes inovações, a CF/88 não abrangeu todas as diferentes formas familiares que surgiram na sociedade brasileira, como as entidades familiares homoafetivas. O reconhecimento das famílias homoafetivas aconteceu somente no ano de 2011, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.277 de 2009 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132 de 2008, onde excluiu os impedimentos para se reconhecer a união de duas pessoas de mesmo sexo. Para garantir que o acesso a esse direito, o Conselho Nacional de Justiça editou no ano de 2013 a resolução nº 175, vetando autoridades competentes da recusa da habilitação e celebração de casamento civil ou de realizar a conversão de união estável em casamento de pessoas de mesmo sexo (Nascimento, 2020, p. 326-328).

Com o intuito de regulamentar a união de duas pessoas de mesmo sexo, antes mesmo das decisões do Supremo Tribunal Federal, o então deputado Clodovil Hernandes (PTC/SP) apresentou na Câmara dos Deputados, no mês de março de 2007, o Projeto de Lei nº 580, que propunha alterações no Código Civil de 2002, incluindo disposições sobre contrato de união homoafetiva. Ao longo dos anos foram pensados a ele oito novos projetos, incluindo o Projeto de Lei 5.167 de 2009, de autoria dos deputados militares Capitão Assunção (PSB/ES) e Paes de Lira (PTC/SP) que vai de encontro ao proposto no projeto original, proibindo totalmente a equiparação da união homoafetiva ao casamento ou à entidade familiar.

As justificativas apresentadas pelos deputados para as alterações propostas no projeto de lei nº 5.167 foram pautadas por valores religiosos, bem como em nome da população brasileira fervorosamente cristã (Camurça, 2010), apesar do país seguir o princípio da laicidade em sua lei maior. Os deputados argumentam ainda que a equiparação seria inconstitucional, utilizando artigos da Constituição Federal que versam sobre a entidade familiar como base da sociedade brasileira, enfatizando os termos homem e mulher pelo legislador. O texto continua com trechos da bíblia que defendem a família somente aquela com propósito da procriação, além de trechos contrários

às relações homoafetivas (Brasil, 2009).

O projeto de lei supracitado traz à tona um enorme retrocesso jurídico, colocando em risco não somente a perda do direito de constituição familiar e a negação da proteção estatal para a população LGBTQIAPN+, mas também a possibilidade de que outros direitos sociais serem questionados à medida que cheguem ao poder judiciário (Tiroli et al, 2024, p. 12).

Essas perdas de direitos podem ser compreendidas a partir do conceito de necropolítica, desenvolvido pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2018). A necropolítica refere-se a uma tecnologia de poder em que o poder estatal se vale de mecanismos que restringem e excluem os direitos fundamentais de determinada parte da população, determinando quem é relegado à margem da sociedade, quem pode viver e quem deve morrer. Inspirado pelo conceito de biopoder proposto por Michel Foucault (2010), a necropolítica mbembeniana se concentra em como os regimes políticos e instituições exercem controle sobre a mortalidade e a vulnerabilidade de determinados grupos sociais.

Por meio da necropolítica, é possível analisar os instrumentos políticos que permitem a “destruição material de corpos humanos e populações” consideradas irrelevantes (Mbembe, 2018). Para implementar esse regime de necropoder, o Estado recorre ao discurso do inimigo interno para justificar e sustentar sua postura violenta. Como destaca Pereira (2019, p. 4), “No Brasil a mídia e seu discurso têm o poder de destituir a humanidade através da desqualificação da pessoa que mereça ser punida”. Para que a aceitação da morte se torne ainda maior, o conceito de “inimizade” é crucial, pois o “outro” é visto como perigo à segurança e a própria vida em sua totalidade, e sua eliminação física torna-se necessária para tal ameaça, conforme aponta Negriz (2020).

O projeto dos deputados Capitão Assunção e Paes de Lira e suas justificativas evidenciam o discurso de inimizade voltado a comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil, evidenciando a minimização da importância de seus direitos, desrespeitando, inclusive, preceitos fundamentais da Constituição, como igualdade e dignidade da pessoa humana, além de configurar um afrontamento ao STF, que é o responsável por salvaguardar os direitos humanos dos grupos minoritários no Brasil (Tiroli et al, 2024, p. 8-9).

A população LGBTQIAPN+ pode ser apontada como parte dos corpos que são vistos como inimigos e passíveis como matáveis no Brasil, como exemplifica Lidoni (2020, p. 5):

A caracterização das populações LGBT+ como o novo “inimigo da família” e, em algum grau, inimigo deste estado teocrático velado, tem a ver com a intrínseca relação entre gênero

e poder, considerando o gênero pilar, cimento e pedagogia de todo poder e expropriação, e qualquer questionamento desta ordem patriarcal e das relações decorrentes dela são inadmissíveis sob a ótica necroliberal patriarcal. A partir destas intrínsecas relações de manutenção do poder, dominação patriarcal e capitalismo, começamos a compreender por que motivos o Brasil trata populações LGBT+ como “matáveis”, não oferecendo políticas que possibilitem sobrevivência e prosperidade, relegando a estes o status de “menos que vidas” e, em última instância, negando o luto por estas vidas ao omitir os dados de violência.

Os dados de violência disponíveis refletem essa questão, segundo o Dossiê de Mortes e Violência Contra LGBTI+ no Brasil, produzido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), foram registradas 5.635 mortes em função de preconceito e intolerância entre 2000 e 2022. Esses índices evidenciam como a falta de proteção legal contribui para um ambiente de violência e insegurança para a população LGBTQIAPN+.

Ao se analisar o texto e as justificativas do projeto de lei 5.167 de 2009 é possível fazer uma ligação direta com a necropolítica. Conforme Yaros (2022), “A soberania exercida pelo Estado brasileiro evidencia sua política de morte e violência, que se tornou um regime usado diariamente àqueles considerados como inimigos a ordem social, marginalizados mediante a retirada de seus direitos.”, portanto, ao tentar retirar o direito ao casamento civil e à união estável de casais homoafetivos, o projeto de lei não se limita a uma mera negação de direitos, ele se configura como um dispositivo estatal que rebaixa as relações dos casais homoafetivos em relação aos casais heterossexuais, desqualificando-os como cidadãos plenos e excluindo-os de políticas públicas e de outros direitos fundamentais que surgem a partir dessa formalização, constituindo uma forma de necropolítica ao decidir que essas vidas e suas uniões são menos dignas de proteção e reconhecimento legal.

Além disso, a aprovação do Projeto de Lei nº 5.167/2009 não apenas se limitaria somente na proibição desses casamentos, mas também uma grave insegurança jurídica sobre os direitos de uniões já formalizadas. Após as decisões do Supremo Tribunal Federal na ADI nº 4277 e ADPF nº 132, segundo o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) (2024), foram registrados 76.430 casamentos entre pessoas do mesmo sexo no Brasil, a aprovação de tal projeto pode trazer consigo os questionamentos

sobre a legalidade dessas uniões e, ainda, inviabilizar seus efeitos legais e o exercício de todos os aspectos da vida civil.

CONCLUSÃO

A pesquisa teve como objetivo responder ao seguinte problema: como o Projeto de Lei nº 5.167 de 2009 pode ser um dispositivo para implementar a necropolítica contra a população LGBTQIAPN+? A hipótese, posteriormente confirmada, apontou a fragilidade dos direitos da população LGBTQIAPN+ e a forma de violência simbólica e estrutural que perpetua a marginalização e exclusão dos membros da comunidade. O PL 5.167/09 reforça uma ordem social que submete certos corpos à precariedade de vida e à desvalorização de seus direitos fundamentais.

Ao apontar a população LGBTQIAPN+ como uma ameaça e ao retirar seus direitos de constituição familiar, o projeto não só perpetua desigualdades e injustiças estruturais, mas também institucionaliza uma forma de necropolítica que decide quem é digno de uma vida plena e quem deve ser relegado à margem da sociedade.

Por fim, compreender os impactos específicos dessas políticas é fundamental para reconhecer como elas afetam negativamente as vidas das pessoas pertencentes a minorias sexuais e de gênero, em especial para buscar meios efetivos para proteção dos direitos de grupos dissidentes como esse.

REFERÊNCIAS

ANUNCIAÇÃO, Débora. **Norma do CNJ que permite casamento civil homoafetivo completa 10 anos em 2023**. Instituto Brasileiro de Direito de Família, Belo Horizonte, 18 mai. 23. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/10797/Norma+do+CNJ+que+permite+casamento+civil+homoafetivo+completa+10+anos+em+2023>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 580 de 27 de março de 2007**. Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para dispor sobre o contrato civil de união homoafetiva. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=446458&filename=Tramitacao-PL%20580/2007. Acesso em: 23 ago. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto**

de Lei nº 5.167 de 05 de maio de 2009. Altera o art. 1.521 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=653047&filename=Tramitacao-PL%205167/2009. Acesso em: 23 ago. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277**. Relator Min. Ayres Britto. Diário da Justiça, Brasília, 05 maio 2011. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>. Acesso em: 23 ago. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132**. Relator Min. Ayres Britto. Diário da Justiça, Brasília, 05 maio 2011. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628633>. Acesso em: 23 ago. 2024.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. O Brasil religioso que emerge do Censo de 2010: consolidações, tendências e perplexidades. In: FAUSTINO, Teixeira; MENEZES, Renata (orgs). **Religiões em movimento: o censo de 2010**. Petrópolis: Vozes, 2012, pp.63-87.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013**. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Brasília: CNJ, 2013. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754>. Acesso em: 23 ago. 2024.

DOSSIÊ 2022: Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil. Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM). **Brasil bate recorde de casamentos homoafetivos**. 2024. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/11696/Brasil+bate+recorde+de+casamentos+homoafetivos>. Acesso em: 30 ago. 2024.

LIDONI, Grieco da Costa. Necropolítica LGBT em Rondônia: omissão de dados de LGBTfobia em Rondônia e a não possibilidade de luto pelas vidas precárias. In: IV Reunião Ampliada do Grupo de Estudos em Temáticas Étnicas da Amazônia. **Anais**. Ji-Paraná (RO) IFRO, 2020. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/processos/de137511622e44a2941b.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2024.

MADALENO, Rolf. **Direito de família**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 1. ed. - São Paulo: n-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Arthur Ramos do. **A democracia crítica como superação do risco de backlash em face do reconhecimento das uniões homoafetivas**: o uso (estratégico) da jurisdição constitucional na ampliação de espaços democráticos de inclusão. 2020. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho, 2020.

NEGRIS, Adriano. Entre Biopolítica e Necropolítica: uma questão de poder. 2020.

Revista Ítaca N.º 36 – Especial Filosofia Africana Issn 1679-6799, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Itaca/article/view/31835/19767>. Acesso em: 24 ago. 2024.

PEREIRA, Juliana Martins. [resenha] MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p. A teoria da necropolítica e a colonialidade no Brasil contemporâneo. **Horizontes Antropológicos** [Online], 55 | 2019. Porto Alegre, 03 dezembro 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/horizontes/3977>. Acesso em: 24 ago. 2024.

TIROLI, Luiz Gustavo; SANCHES, Jussara Romero; MARTINS, Lara Caxixo; CLAUDINO DA SILVA, Diego Estevam. Sobre o projeto de lei n. 5.167/2009 e os direitos humanos da comunidade LGBTQIAP+: Uma abordagem crítico-dialética. **Cadernos Cajuína**: Revista Interdisciplinar, v. 9, n. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.52641/cadcajv9i1.157>. Acesso em: 24 ago. 2024.

YAROS, Maria Eduarda de Camargo. **Necropolítica no Brasil**: da necessidade da insti-

tuição de políticas públicas emancipadoras para a efetivação dos direitos fundamentais. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade Estadual do Norte do Paraná. Jacarezinho, 2022.

GALERIA DE FOTOS



GALERIA DE FOTOS



GALERIA DE FOTOS



GALERIA DE FOTOS



GALERIA DE FOTOS



GALERIA DE FOTOS



GALERIA DE FOTOS



GALERIA DE FOTOS



GALERIA DE FOTOS

